

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA E DIREITO**

JULIANA MAIA VICTORIANO DA SILVA

**ESPELHO MEU:
A iniciativa das mulheres da Igreja
Betesda de São Paulo no enfrentamento
à violência de gênero**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

NITERÓI

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO

JULIANA MAIA VICTORIANO DA SILVA

**“ESPELHO MEU”:
A iniciativa das mulheres da Igreja Betesda de São Paulo no
enfrentamento à violência de gênero**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Humanidades, Políticas Públicas e Desigualdades, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Ciências Jurídicas e Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Eder Fernandes Monica

Niterói

2021

Ficha catalográfica

**Universidade Federal Fluminense
Superintendência de Documentação
Biblioteca da Faculdade de Direito**

Silva, Juliana Maia Victoriano.

Espelho Meu: A iniciativa das mulheres da Igreja Betesda de São Paulo no enfrentamento à violência de gênero / Juliana Maia Victoriano da Silva. – 2021. 000 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2021.

Violência de gênero. 2 Enfrentamento. 3 Mulheres evangélicas.

JULIANA MAIA VICTORIANO DA SILVA

“ESPELHO MEU”: a iniciativa das mulheres da Igreja Betesda de São Paulo no enfrentamento à violência de gênero

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Humanidades, Políticas Públicas e Desigualdades, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Ciências Jurídicas e Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Eder Fernandes Monica

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Dr. Eder Fernandes Monica — Orientador — PPGSD/UFF

Dr^a. Carla Appollinário de Casgro - PPGSD/UFF

Dr^a. Fernanda Pontes Pimentel — PPGDIN/UFF

Dr. José Eduardo Leon Swacko - IESP/UERJ

Niterói, 29 de janeiro de 2021

À Edilene e ao Sérgio, minha mãe e meu pai

Ao Ronilso, marido e companheiro

À Olivia, minha filha amada.

À Letícia e ao Gustavo, meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Realizar sonhos demanda empenho, coragem, disciplina e fé. E eu precisei de doses extras para concluir este sonho.

Em 2018, dias antes da prova de seleção para o mestrado do PPGSD-UFF, eu fiquei hospitalizada em razão de uma embolia pulmonar. Li parte da bibliografia da prova no leito do Hospital Clínica Grajaú (RJ). Na sequência, fiz a entrevista e a defesa do pré-projeto de pesquisa com a minha perna direita completamente inchada consequência de uma trombose venosa profunda e extensa que me deixou acamada por mais 21 dias.

Depois, a presente pesquisa foi concluída em 2020. Um ano marcado pela pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) que impôs adoção de medidas sanitárias para conter a propagação do vírus. Com a quarentena e o isolamento social atividades coletivas de cinema, teatros, celebrações religiosas, aulas, eventos esportivos, feiras, shows, passeatas foram cancelados objetivo de evitar aglomerações e a contaminação de pessoas pela doença.

Concomitantemente à pandemia da Covid-19, eu dei à luz a Olivia, minha primeira filha, nascida na cidade de Nova Iorque (EUA), epicentro da pandemia da Covid-19. Morte e vida se cruzaram naquele mês de março. Medo e esperança. A quarentena durou mais dias do que eu esperava e outras restrições foram impostas, como, barreiras sanitárias visando reduzir o trânsito de pessoas. Foram infundáveis dias de isolamento social, sem poder contar com a presença da família e de amigos.

Distante de todos, em meio aos cuidados da Olivia e da casa, nove meses depois dei à luz pela segunda vez: nasceu esta dissertação que é muito especial para mim, pois marca um novo tempo na minha vida profissional e pessoal. Por isso, é tempo de agradecer:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E, por isso, sou grata à CAPES.

À Universidade Federal Fluminense por ser a casa que me permitiu regressar sete anos após a graduação.

Ao meu orientador Eder Fernandes pelo seu carinho, dedicação, paciência e amizade. É uma alegria de poder partilhar, além da pesquisa, perspectivas para o futuro e os desafios do presente. Você é uma inspiração para mim.

À todas e todos os integrantes do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia, pelo acolhimento e parceira, em especial a amiga Karen Collen, com quem eu tive a alegria e o privilégio de dividir esta jornada de pesquisa.

Às professoras da banca de qualificação e da banca examinadora, Carla Appolinário e Fernanda Pimentel, por aceitarem ambos os convites e pelas valiosas contribuições.

Ao José Swacko, por todo aprendizado durante o curso “Conservadorismos, Gênero e Sexualidade” e por ter aceitado o convite para compor a banca de avaliação da dissertação.

Às professoras Renata Menezes, Maria das Dores Machado Campos, Adriana Vianna, Camila Fernandes, Felícia Picanço e Aparecida Moares pelas lições sobre o fazer socioantropológico e as indicações de leituras que se mostraram essenciais.

À minha mãe, Edilene, por todo amor, dedicação e incentivo ao longo da minha vida. Obrigada por ter tido a coragem necessária de fazer a vida seguir o seu curso. Você é minha mestra, a quem respeito e amo a cada dia mais!

Ao meu pai, Sérgio, pelo apoio ao longo da jornada, sempre pronto a me auxiliar, orientar e debater todos (ou quase todos) os assuntos com maestria e segurança. Te amo demais, obrigada por tanto.

Aos meus irmãos, Gustavo e Letícia, que muito me ensinam sobre partilha e cuidado.

Ao meu companheiro na vida e no amor, Ronilso Pacheco, pelo apoio nesta empreitada, especialmente, nos momentos mais desgastantes. Ele quem sempre acreditou, me fez acreditar que seria possível. E assim foi feito.

À alegria infinita da Olivia, com seus lindos olhos castanhos e sorriso largo, enche os dias da mamãe de esperança, amor e motivação. Que bom que você veio, que bom que você chegou!

À Iara e Rael, que alegram o coração da titia babona.

Às minhas tias Edila, Edileia, Edilce e Sonia Maria pela força e coragem de serem mulheres incríveis.

À todas as mulheres e homens que contribuíram para a realização desta pesquisa, especialmente, a equipe de coordenação do Projeto Espelho Meu da Igreja Betesda de São Paulo.

À Lívia Reis e ao Isaac Palma, pela grande ajuda com o texto desta dissertação.

Às amigas e aos amigos que dividiram comigo esta jornada, em especial, Clarissa Felix, Luciana Fernanda, Camila Daniel, Claudia Constantino, Juliana Sanches, Thiago José da Silva, Silvio de Almeida, Barbara Cruz e Luiz Augusto Campos.

À Ilana Pinsk, minha companheira no momento mais intenso desta jornada quando maternidade, pandemia e escrita da dissertação ocuparam o mesmo lugar no tempo e no espaço. A sua generosidade, conhecimento e sabedoria me ajudaram a ver potência em cada desafio.

Ào Claudio, à Kate, à Marry, ao Ricardo e à Victória amigos queridos que nos acolheram no momento mais delicado de 2020, abrindo as portas de casa e os braços para cuidar da minha pequena Olivia, enquanto eu escrevia o texto da pesquisa.

Às mães amigas do grupo “Maternidade Uniu”, à Juliana Fernandes e à Monique França pela cumplicidade nas partilhas que me ajudaram a equilibrar as demandas da maternidade e da vida acadêmica com a loucura que é viver tudo isso numa pandemia.

Ao meu corpo, que mesmo passando pela experiência mais intensa já vivida, que é gerar uma nova vida, parir e alimentá-la, resistiu amorosamente às horas sentadas diante do computador e as noites mal dormidas.

Agradeço a todos os religiosos e ativistas da religião que em tantos momentos fizeram parte das minhas reflexões sobre o tema da pesquisa

E a Deus que até aqui nos ajudou com todo o cuidado e renovo diante de tantas novidades e desafios.

Aninha e suas pedras

Não te deixes destruir...

Ajuntando novas pedras

e construindo novos poemas.

Recria tua vida, sempre, sempre.

Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.

Faz de tua vida mesquinha

um poema.

E viverás no coração dos jovens

e na memória das gerações que hão de vir.

Esta fonte é para uso de todos os sedentos.

Toma a tua parte.

Vem a estas páginas

e não entres seu uso

aos que têm sede.

(Cora Coralina)

Aí, maloqueiro, aí, maloqueira
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você 'memo')
Respira fundo e volta pro ringue (vai)
'Cê vai sair dessa prisão
'Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?
Faz isso por nós, faz essa por 'nóis' (vai)
Te vejo no pódio
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
(AmarElo – Emicida)

SILVA, Juliana Maia Victoriano da. **Espelho Meu: A iniciativa das mulheres da Igreja Betesda de São Paulo no enfrentamento à violência de gênero**. Dissertação de mestrado. Orientação do Prof. Eder Fernandes Monica. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2021.

RESUMO

Esta dissertação analisa a articulação entre Feminismo, Gênero e Religião, a partir da análise empírica do projeto de enfrentamento à violência de gênero – Projeto Espelho Meu –, desenvolvido pela igreja pentecostal Betesda de São Paulo. Trata-se de um estudo de caso, no qual buscou-se caracterizar o referido projeto, identificar como o debate de gênero acontece dentro da igreja, a partir da pauta violência de gênero, e entender como é produzido enfrentamento à esta forma de violência pelo Projeto Espelho Meu, a fim de analisar quais as implicações do imbricamento entre os referidos eixos no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher e pensar o futuro das políticas de gênero no Brasil, considerando o momento político atual marcado pelo adensamento do conflito entre os movimentos religiosos conservadores e os movimentos de feministas em torno das políticas de gênero. A dissertação agrega a leitura transversal de estudos sobre os eixos temáticos mencionados. A hipótese é de que a intersecção com o pentecostalismo é interessante para os feminismos, uma vez que o Brasil é um país bastante religioso, de maioria cristã e com intensa ascensão dos evangélicos pentecostais, o que obriga os feminismos a também adentrar esse espaço para viabilizar maior alcance das suas lutas e reivindicações. A metodologia empregada consistiu na análise das redes sociais do Projeto Espelho Meu, documentos produzidos pelo projeto e entrevistas com a equipe de coordenação do projeto. Os resultados indicam que o debate sobre violência de gênero promovido pelo projeto começa partir da constatação do alto índice de mulheres – religiosas ou não – em situação de violência. A linguagem mobilizada pelo projeto segue em grande parte à legislação brasileira sobre o tema e o repertório de ação e de produção de enfrentamento corresponde às seguintes premissas feministas acolhimento, auto-reconhecimento e empoderamento feminino.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência doméstica e familiar contra a mulher; Direito das mulheres; Mulheres evangélicas; Enfrentamento.

SILVA, Juliana Maia Victoriano da. **Espelho Meu: The initiative of the women of the Betesda Church of São Paulo in the fight against gender violence**. Master's Degree Essay. Orientation by Prof. Doctor Eder Fernandes Monica. Niterói: Graduate Program in Sociology and Law at Universidade Federal Fluminense (Fluminense Federal University), 2021.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the articulation between Feminism, Gender, and Religion, based on the empirical analysis of the project to confront gender-based violence – Projeto Espelho Meu-, developed by the Pentecostal Church Bethesda of São Paulo. It is a case study, in which it was sought to characterize the referred project, to identify how the gender debate takes place within the church, based on the gender violence agenda, and to understand how this form of violence is confronted by Projeto Espelho Meu, to analyze the implications of the intermingling between the referred axes in the confrontation of gender violence against women and to think about the future of gender policies in Brazil, considering the current political moment marked by the intensification of the conflict between movements conservative religious and feminist movements around gender policies. The dissertation aggregates the transversal reading of studies on the mentioned thematic axes. The hypothesis is that the intersection with Pentecostalism is interesting for feminisms, since Brazil is a deeply religious country, with a Christian majority and with an intense rise of Pentecostal evangelicals, which forces feminisms to also enter this space to make the possible greater reach of their struggles and demands. The methodology used consisted of the analysis of the social networks of the Projeto Espelho Meu, documents produced by the project, and interviews with the project's coordination team. The results indicate that the debate on gender violence promoted by the project starts from the realization of the high rate of women - religious or not - in situations of violence. The language mobilized by the project largely follows the Brazilian legislation on the subject and the repertoire of action and confrontation production corresponds to the following feminist premises: welcoming, self-recognition, and female empowerment.

Palavras-chave: Gender violence, Domestic and family violence against women, Women's rights; Evangelical women; Coping mechanism

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADI Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADVOCACI Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos

CEDIM/RJ Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro

CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CLADEM Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CLAM Centro Latino-Americano em sexualidade e Direitos Humanos

CODIM/NIT Coordenação dos Direitos da Mulher de Niterói

CODIM/RJ Conselho do Direitos das Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro

DEAM Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBSP Igreja Betesda de São Paulo

JECRIM Juizado Especial Criminal

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis

OAB Ordem dos Advogados do Brasil

OEA Organização dos Estados Americanos

OMS Organização Mundial de Saúde

ONG Organização Não-Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PEM Projeto Espelho Meu

SEDIM Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

SPM Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Superior Tribunal de Justiça

SUS Sistema Único de Saúde

THEMIS Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

UFF Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. O TRABALHO DE CAMPO: PERCURSOS E METODOLOGIA.....	24
1.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	24
1.2. SOBRE A PESQUISADORA, SUA RELAÇÃO COM O CAMPO E COM AS INTERLOCUTORAS E INTERLOCUTORES.....	27
1.3. ARQUITETURA DO PROCESSO DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS	32
1.4. GÊNERO, FEMINISMOS E IGREJA: TENSIONAMENTOS, APROXIMAÇÕES, INTERSECÇÕES	36
1.5. IGREJA BETESDA.....	41
1.6. ESPELHO, ESPELHO MEU.....	43
1.6.1. O projeto	43
1.6.2. A liderança	46
2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO: CONCEITOS, DEBATES E O PAPEL IGREJA EVANGÉLICAS.....	49
2.1. GÊNERO: CONCEITO E APLICAÇÃO.....	49
2.2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES	54
2.2.1. Representações cristãs de gênero e a violência contra as mulheres.....	58
2.3. O CONCEITO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	64
2.4. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO	65
2.5. AS IGREJAS EVANGÉLICAS E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	71
3. DIANTE DO ESPELHO: ANÁLISE E BALANÇOS DOS DADOS DE PESQUISA.....	76
3.1. PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: ENTREVISTAS	76
3.2. PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O SITE E O PERFIL DO PROJETO ESPELHO MEU NO INSTAGRAM.....	78
3.3. O CONTEXTO E O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PROJETO ESPELHO MEU	81
3.3.1. O projeto como resposta ética da igreja	85
3.3.2. Conjugalidade, presença masculina e legitimidade	90
3.3.3. Academicismo: a capacitação e linguagem para efetivação do projeto	94

3.3.4. Papel social: a compreensão de si e a negociação de fronteiras entre a Igreja e o Estado	94
3.4. PRODUÇÃO DE SENTIDOS PARA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTOS	98
3.4.1. A metáfora do “Espelho” e a produção de sentidos para violência	98
3.4.2. As medidas de enfrentamentos produzidas pelo PEM	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	127
APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	128
APÊNDICE B — Tabela 1 — Profissões da liderança do Projeto Espelho Meu	131

INTRODUÇÃO

Dia 27 de março de 2017, 19h, na cidade de Guapimirim (RJ) foi onde esta jornada começou. Nesse dia, eu ministrei por quase duas horas uma palestra cujo tema era “A Violência de Gênero e a Lei Maria da Penha: caminhos institucionais de denúncia e de acolhimento para mulheres em situação de violência”. Nada estranho para mim, uma advogada que já tinha algum acúmulo sobre o tema, senão o fato de o evento ter sido realizado dentro de uma igreja evangélica no horário do culto. A igreja foi a Primeira Igreja Batista (PIB) de Parada Modelo. O pastor Luiz Ricardo fez uma saudação a todas e todos que lá estavam, orou e passou a palavra a mim. Minha fala foi sucedida pelo testemunho de outra convidada, que compartilhou sua história e nos contou como conseguiu romper com o ciclo da violência.

Pensando a trajetória que me trouxe até aqui, é inevitável não lembrar desse dia e do misto de emoções que eu experimentei: a ansiedade que antecedeu a realização do evento, a angústia no momento da escuta dos testemunhos das mulheres em situação de violência e a esperança ao receber o retorno positivo da atividade, pois muitas mulheres se identificaram com as exposições feitas e se sentiram de alguma maneira encorajadas a buscar ajuda para enfrentar a situação que viviam. Depois da atividade na PIB de Parada Modelo, eu participei de muitas outras atividades em diversas igrejas evangélicas, das mais variadas denominações, falando sobre violência de gênero, direitos das mulheres e da luta antirracista. Até que, em maio de 2019, eu cheguei na Igreja Betesda de São Paulo (IBSP), ponto de partida para o estudo que resultou nesta dissertação.

O convite para o evento na Igreja Betesda se deu por intermédio de Silvia Geruza¹, a quem conheci durante o “Colóquio de Outono do *Brazil Lab*” da Universidade de Princeton, em Nova Jérsei (EUA), em novembro de 2018. Na ocasião, fui convidada por pesquisadores do *Brazil Lab* para fazer uma apresentação no painel “*Religion and Violence in Brazilian Politics*” (tradução livre: Religião e Violência na Política Brasileira). A minha fala teve como foco o embate político entre os cristãos conservadores e os movimentos feministas e de mulheres em torno das políticas de gênero e seus efeitos na disputa eleitoral de 2018. Nesta eleição foi eleito

¹ Silvia Geruza é pastora, psicóloga e doutora em Ciências da Religião e estava na Universidade de Princeton realizando parte da sua pesquisa de doutorado e compareceu à atividade acadêmica que participei. Após a palestra, tivemos a oportunidade de conversar mais sobre os temas debatidos no painel, trocamos contato telefônico e passamos a nos acompanhar nas redes sociais.

Jair Messias Bolsonaro, e seu discurso anti-gênero adotado durante a campanha foi apoiado por setores conservadores², com destaque aos evangélicos³ tradicionais e pentecostais⁴.

Por conta desse encontro, fui convidada a participar de um evento organizado pela Igreja Betesda de São Paulo. O “Inside Fórum: Humanize-se”⁵ aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2019, e contou com painéis sobre temas de direitos humanos e a relação com o cristianismo e as igrejas evangélicas. A atividade aconteceu no templo da Igreja Betesda que ocupa um quarteirão da Avenida Engenheiro Alberto de Zagottis, no bairro Jardim Marajoara, em São Paulo (SP), e conta grande estacionamento, várias salas e gabinetes pastorais, uma capela para reuniões e celebrações religiosas menores, e o templo principal - um grande galpão equipado com telões, gruas e câmeras, palco-altar e centenas de cadeiras. Apesar de a Betesda ser uma igreja com muitos membros, ter quase 40 anos de existência e ser presidida por um pastor famoso no meio evangélico, em especial o meio evangélico progressista, Ricardo Gondim, eu não a conhecia até cruzar com Silvia Gersa em Princeton.

Chegando lá, fui surpreendida pela estrutura da igreja e pela organização do evento. Como preleitora, era a primeira vez que participava de uma atividade numa igreja de grande porte. Os três dias de evento tiveram a presença de um público composto por membras da Igreja sede, mas havia também membros que vieram em caravanas de igrejas Betesdas situadas em outros estados, como Ceará e Rio Grande do Norte, e do interior de São Paulo. Também havia pessoas

² Por conservadorismo religioso ou evangélico, entendo como um comportamento político marcado por reivindicações de cunho moralista contrário às políticas de gênero e de diversidade sexual com a justificativa da defesa de valores religiosos tradicionais. (cf. ALMEIDA, Ronaldo e TONIOL, Rodrigo (orgs.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalistas análises conjunturais. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018).

³ O termo “evangélicos” pode ser entendido como um conceito guarda-chuva que se constituiu no Brasil como oposição ao catolicismo visando articulação política de cristãos não católicos em defesa da liberdade religiosa e em oposição aos privilégios que a Igreja Católica possuía, em razão de essa ter sido a religião oficial do país. (ver MAFRA, Clara. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.) Ainda, de acordo com Pinezi (2000, p.9): “Evangélico é um termo que abrange todas as denominações cristãs originárias, de forma direta ou não, da Reforma Protestante, ocorrida no século XVI (Mariano, 1989). Portanto, incluem-se nessa terminologia os protestantes históricos, também chamados de “protestantes de origem missionária” (Velasques Filho, 1990), representados pelas igrejas reformadas de origem europeia e norte-americana, instaladas no Brasil desde o século passado (Prandi, 1997, p.16), bem como os pentecostais e os neopentecostais.” (PINEZI, Ana Keila. **A dimensão de presente e futuro em contextos religiosos diferenciados: uma análise comparativa entre dois grupos evangélicos**. Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto – SP; XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000).

⁴ Os evangélicos pentecostais juntamente com os católicos e os espíritas, compõe a chamada direita cristã. Direita cristã é expressão que surgiu nos Estados Unidos da América para nominar os agentes e movimentos religiosos conservadores que surgem na esfera pública em reação aos avanços dos movimentos feministas e pela diversidade sexual, no século XX. Para os fins dessa pesquisa, chamarei de direita cristã os agentes e movimentos religiosos que defendem uma agenda política anti-gênero, anti-diversidade e antifeminista.

⁵ IGREJA BETESDA, “A @julianamvictoriano é presença confirmada no Inside Fórum.” 22 Mai 2019. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/Bxx62ABBTnV/>>, Acesso em 27 Nov 2020.

pertencentes a outras igrejas evangélicas de São Paulo. Embora não tenha sido possível conhecer cada um dos participantes, foi possível conhecer algumas pessoas nos corredores e no pátio da igreja. Além disso, houve oportunidade de conversar com mais profundidade com a equipe pastoral da igreja, que fazia uma espécie de recepção para os convidados em uma sala privada, organizada como camarim, e nos jantares que fizemos após as atividades do dia.

Durante as atividades do “Inside Fórum: Humanize-se”, pude conhecer melhor da Igreja Betesda e o “Projeto Espelho Meu” (PEM), uma ação social da Igreja Betesda de São Paulo desenvolvido com o objetivo de, segundo o próprio material de divulgação, “despertar o olhar da comunidade para o tema [violência contra a mulher], criar mecanismos para acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino e, através de ações sistemáticas ser referência no combate a essa violência”. (PROJETO ESPELHO MEU, 2019). Uma vez que já estava fazendo leituras e investigações acerca da relação entre religião e violência de gênero para minha esta pesquisa de mestrado, cujo tema inicialmente era sobre mulheres pentecostais em situação de violência doméstica, o projeto despertou meu interesse e me colocou muitas perguntas.

Afinal, quais os motivos que serviram de fundamento e justificativa para a Betesda estruturar o projeto? Quais são os objetivos do projeto e como ele se insere na agenda de compromissos da Igreja? Os movimentos de mulheres e feministas influenciam o debate sobre gênero dentro do ambiente religioso, e como? Qual gramática o projeto utiliza para comunicar sobre violência de gênero? Quais formas de enfrentamento são produzidas pelo Projeto Espelho Meu?

Retornei para minha residência no Rio de Janeiro e durante alguns dias pensei sobre a experiência vivida na Betesda e sobre os movimentos feitos pela igreja por mim identificados, como, por exemplo, a inserção do debate sobre gênero, diversidade sexual e raça numa perspectiva pró direitos humanos e políticas públicas de reconhecimento às minorias sociais. Em julho de 2019, retornei à São Paulo para participar do 12^a Festival Latinidades e aproveitei a oportunidade para voltar à Igreja Betesda. Apesar de rápida, a passagem me permitiu conhecer a dinâmica cotidiana da igreja, fora do esquema de eventos e atividades.

Naquele momento, eu estava com muitas dúvidas sobre como definir os caminhos da pesquisa, pois estava chegando à metade do mestrado. Foi exatamente aí que as curiosidades despertadas pelo Projeto Espelho Meu reverberaram ainda mais em mim, fazendo com que eu percebesse que já tinha um objeto de pesquisa, isto é, algo que eu desejava conhecer e que tinha

relevância social. Outros fatores que me despertaram ainda mais interesse na iniciativa foram: (i) o fato de existir a institucionalidade do Projeto Espelho Meu, um projeto formalmente constituído, com personalidade jurídica diversa da Igreja Betesda; e (ii) o porte e a capilaridade que a Igreja Betesda de São Paulo possui, com potencialidade de influenciar outras tantas igrejas.

Assim, contatei a coordenadora do projeto, Gislene Reikdal, e compartilhei meu interesse e objetivo de pesquisa, e desde então ela se colocou à disposição. Juntamente com ela, Brenda Machado, integrante da equipe de coordenação e responsável pela elaboração da redação do projeto foram minhas principais interlocutoras, fornecendo informações e detalhes sobre a atuação do projeto. Acredito que o fato de ser uma mulher cristã evangélica assim como elas, e ter chegado à Betesda como uma convidada para uma atividade, contribuiu para a construção de uma relação de confiança entre mim e minhas interlocutoras. A identificação e alguns sentidos, premissas e paradigmas são compartilhados entre nós, conhecimento prévio do campo pesquisado com suas ambiguidades e contradições é, na minha concepção, a força deste trabalho. Ao mesmo tempo que, foi o ponto que me impôs desafios e a necessidade de uma “vigilância epistemológica” (PIERUCCI, 1997a, p. 247) para garantir que todas as etapas de pesquisa fossem orientadas por valores e objetivos científicos e não religiosos e ou pessoais. (PIERUCCI, 1997a, p. 255).

Defini que o problema de pesquisa consistia em verificar, a partir do olhar da liderança do PEM, quais as consequências que a intersecção entre os feminismos⁶ e a religiosidade cristã pentecostal trazem para o enfrentamento das situações de violência de gênero. A opção por analisar o projeto pelo olhar da liderança se justifica na possibilidade de conhecer a dinâmica do projeto nas suas atividades do dia a dia, mas também conhecer quem são as pessoas responsáveis por pensar, estruturar e gerenciar o projeto e as possíveis tensões o todo da igreja. Esta escolha visa também compreender quais as suas pretensões ao construir o projeto e o que de fato tem sido produzido com relação ao enfrentamento à violência de gênero.

Ao identificar, descrever e analisar o surgimento de movimentos religiosos “progressistas” e a sua atuação, é possível perceber um campo de estudos em constituição que articula Gênero, Feminismo e Religião, a fim de identificar os efeitos e consequências e contribuições dessas intersecções para as lutas emancipatórias. É nesse conjunto de reflexões que

⁶A utilização do termo feminismos no plural tem o objetivo de sinalizar a existência de teorias e ações políticas distintas e diversas que tem como objetivo a emancipação das mulheres.

eu pretendo inserir a presente pesquisa. Possibilitando contribuir com os estudos de gênero e violência contra as mulheres.

Depois de fazer estas primeiras definições, dei início à arquitetura do projeto de pesquisa e tomada de decisões metodológicas. Primeiro com uma revisão bibliográfica sobre os temas: “violência de gênero”, “movimentos sociais”, “história do feminismo no Brasil”, “gênero, feminismo e religião”, “religião, direito e secularismo” e “pentecostalismo” visando identificar os estudos sobre a relação entre violência de gênero e a igrejas evangélicas⁷, entre violência de gênero e direito, bem como pentecostalismos e feminismos. Em seguida, realizei a análise documental dos textos da Lei Federal nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei Federal nº 13.104 de 2015, que introduziu o feminicídio como qualificadora nos crimes contra a vida e alterou o rol dos crimes hediondos.

Superada essa etapa, utilizei dois campos de pesquisa distintos: (i) a análise de documentos e de publicações disponíveis no *site* e na página do PEM na rede social *Instagram*; e (ii) entrevistas com alguns integrantes equipe de coordenação, com objetivo de traçar um perfil das lideranças e identificar a percepção pessoal dos entrevistados em relação ao funcionamento do projeto. Durante a construção da pesquisa, descobri que estava grávida da Olivia, o que me trouxe algumas restrições de mobilidade em razão da proibição de viagens de avião e longas viagens de carro. Além disso, o meu marido se mudou para os Estados Unidos, em razão da aprovação no mestrado no *Union Theological Seminary of New York City* pertencente à Universidade de Columbia (EUA), e eu fui ao encontro dele. Com isso, já no momento da construção do objetivo, precisei buscar por alternativas viáveis para pesquisar o Projeto Espelho Meu, dentre elas a utilização do *Skype* para realização das entrevistas. Em razão da forma como o objeto de pesquisa e os dados de campo foram constituídos, a presente pesquisa está situada numa abordagem exploratória e qualitativa.

Para essa análise, o conceito de gênero será trabalhado como construção social que hierarquiza diferenças a partir da atribuição das classificações sexuais, negando determinismos biológicos para justificar as desigualdades entre homens e mulheres, conforme elaboração de Joan Scott (1995). O conceito de violência doméstica contra a mulher foi inicialmente formulado pelos movimentos feministas⁸, como um problema social, cultural e político - e não biológico -

⁸ No presente trabalho, utilizo a terminologia no singular por compreendê-lo como um múltiplo que possui várias concepções tanto teórico, quanto da atuação política.

no qual atos violentos são dirigidos às mulheres em razão da sua condição de mulher. Posteriormente, aprofundando a análise das situações de violência, a mobilização e utilização da categoria de gênero permitiu observar que os atos de violência são dirigidos às mulheres em razão da desigualdade de gênero e da assimetria de poder no âmbito doméstico (BANDEIRA, 2014), atualizando o conceito de violência doméstica contra a mulher para violência doméstica de gênero (CAMPOS; SEVERI, 2019). Os estudos de gênero sinalizam que a violência de gênero é aprendida durante a socialização primária (BANDEIRA, 2014, p. 461), que é a etapa em que os indivíduos aprendem e assimilam as regras que organizam a sociedade em que estão inseridos; e, posteriormente, o que foi aprendido é incorporado, reproduzido nos espaços de socialização secundária (BANDEIRA, 2014, p. 461). Dessa forma, as instituições sociais (por exemplo, a família, igreja, Estado, escola e mídia) ao criarem uma representação social da imagem da mulher subordinada ao homem, influenciam a construção social dos sujeitos e, conseqüentemente, a perpetuação das desigualdades entre gêneros que gera violência contra a mulher. (SCOTT, 2018; BANDEIRA, 2014; SEGATO, 2003). Busquei em Rosado (2015) elementos para analisarmos o impacto da religião na luta emancipatória de mulheres trabalhando a noção de ambigüidade da ação religiosa. Suspendendo todo e qualquer juízo feito previamente, para a partir da pesquisa empírica identificar os efeitos produzidos pelo PEM no enfrentamento à violência de gênero.

Apresentada a justificativa e inserção da história da escolha da temática, passamos a expor a estrutura do trabalho. Esta dissertação está dividida em três partes: a introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo intitulado “O trabalho de campo: percursos e metodologia” eu exponho como a minha trajetória me levou até ao Projeto Espelho Meu e como o fato de ser uma ativista dos Direitos Humanos e religiosa contribuíram para a minha inserção no campo e “afetaram” o meu olhar sobre o projeto pesquisado, descrevo o percurso pedagógico e metodológico que tracei para responder ao meu problema de pesquisa, os passos e as justificativas de cada escolha metodológica. No tópico “Gênero, feminismos e igreja: tensionamentos, aproximações, intersecções” exponho a crítica dos feminismos à igreja e às religiões e o atual embate entre os movimentos evangélicos conservadores e os movimentos feministas no Brasil; num segundo momento apresento a atuação e militância política de mulheres religiosas em prol da igualdade de gênero, dentro e fora do ambiente religioso, a partir da sua confissão de fé com o objetivo de compreender e problematizar as motivações e o contexto de surgimento do projeto pesquisado. Em “Igreja Betesda” e “Projeto Espelho Meu”

apresento a iniciativa estudada e a Igreja a quem ele está vinculado, para tanto lanço da análise de dados: entrevistas semiestruturadas, análise do *site* e da página no *Instragam* do PEM e materiais por ele produzidos.

No segundo capítulo intitulado “Violência de gênero e enfrentamento: conceitos, debates e o papel igreja evangélicas”, realizo uma abordagem acerca da violência de gênero contra as mulheres, a atuação política dos movimentos feministas e de mulheres em torno da aprovação de instrumentos normativos de combate à violência de gênero, como, por exemplo, a Lei Federal n. 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Ainda, tematizo as representações cristãs de gênero e a relação com a violência contra as mulheres, o conceito de enfrentamento e apresento alguns projetos capitaneados por igrejas evangélicas com objetivo de enfrentamento à violência de gênero.

No terceiro capítulo chamado “Diante do espelho: análise e balanços dos dados de pesquisa”, analiso o Projeto Espelho Meu, focando sua atuação organizada no enfrentamento à violência doméstica de gênero, destacando o contexto de surgimento, a formação da liderança e a presença de homens no projeto. Assim, como os repertórios de ação e suas estratégias de enfrentamento construídas e seus resultados. A minha hipótese é de que a intersecção com o pentecostalismo é interessante para os feminismos, uma vez que o Brasil é um país bastante religioso, de maioria cristã e com intensa ascensão dos evangélicos pentecostais, o que faz com que os feminismos se atentem a esses espaços para viabilizar maior alcance das suas lutas e reivindicações.

Concluo, por fim, que a análise do Projeto Espelho Meu possibilita entender como é feita a intersecção entre feminismo e cristianismo para o enfrentamento da violência de gênero, através dos seus discursos e práticas. Também indica que o projeto, ao assumir premissas reivindicadas pelos feminismos tais como igualdade de gênero, autonomia e empoderamento feminino e enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, atua como um tradutor das reivindicações feministas dentro do ambiente religioso, trabalhando com significantes cristãos que fazem sentido dentro da igreja. Como ficará demonstrado, a equipe de coordenação do PEM se mostra cuidadosa e preocupada com a linguagem utilizada, de maneira a evitar polêmicas e incompreensões que o termo “feminismo” pode gerar dentro da igreja. De todo modo, seu conteúdo evidencia as propostas emancipatórias direcionadas para mulheres.

1 O TRABALHO DE CAMPO: percursos e metodologia

O primeiro capítulo da dissertação é dedicado a apresentação do objeto de pesquisa e das escolhas metodológicas que orientaram a investigação aqui apresentada.

1.1. A construção do objeto de pesquisa

A presente dissertação se apresenta como um exercício de continuidade do trabalho de pesquisa iniciado em 2017, após realizar uma série de palestras e debates sobre violência de gênero e Lei Maria da Penha em igrejas evangélicas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Em 2015, eu me engajei na militância política da luta antirracista e pelos direitos das mulheres. Pouco tempo depois, passei a articular a militância política com a minha confissão religiosa, participando de atividades e rodas de conversa que se propunham a pensar o papel do cristianismo na formação e organização social do Brasil, bem como a estabelecer conexões entre ele e questões substantivas da sociedade, dentre elas: as relações de gênero e as relações raciais.

Inspirada pelos resultados da pesquisa “Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia” (2009), realizada por Valéria Vilhena, na qual a análise indicou que 40% das mulheres que estavam abrigadas na referida instituição eram evangélicas e a religião e a igreja tinham papel significativo na forma com que aquelas mulheres lidavam com a situação de violência que estavam passando, compartilhei com o público uma reflexão sobre a relação entre violência de gênero contra a mulher e o papel da igreja evangélica.

Posteriormente, a reflexão deu origem a um pequeno texto divulgado pelo Coletivo Esperançar⁹ através da rede social *Facebook*, ao qual integrei por um curto período. O Esperançar tem como missão “promover a reflexão sobre o real sentido do evangelho através de debates e mediações pastorais, tendo como sentido a luta contra toda a opressão, seja ela através do racismo, do machismo, da LGBTTFobia ou de classe.”, conforme consta no perfil do coletivo na

⁹ De acordo Alencar (2020, p. 186): “O material teológico promovido pelo Esperançar pretende apresentar as ligações que o evangelho possui com noções como justiça social e cidadania e convoca os fiéis e igrejas a se envolverem na construção de um novo mundo.” (ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 173-196, Dec. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872019000300173&lng=en&nrm=iso>. Acesso 03 jan. 2021

rede social *Facebook*.¹⁰ A publicação do meu texto gerou bastante engajamento e interações, uma delas foi com o pastor Luiz Ricardo, da PIB de Parada Modelo, que republicou o texto e me convidou para falar sobre violência de gênero em sua igreja.

Depois dessa primeira palestra, muitas outras foram realizadas e a experiência abriu o meu olhar para influência da religião e do papel ambivalente da igreja nos casos de violência de gênero suportados por mulheres religiosas, seja estimulando o enfrentamento da situação de violência, seja escamoteando e silenciando o conflito. Com o intuito de pesquisar e entender a realidade complexa observada da violência de gênero e a sua relação com a igreja e a religião, eu construí um pré-projeto de pesquisa aprovado em julho de 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF).

Durante a fase exploratória de pesquisa, participei de celebrações religiosas e atividades de formação de diferentes igrejas pentecostais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Algumas dessas participações na condição de facilitadora de rodas conversas e palestrante sobre a violência de gênero contra a mulher e direitos das mulheres. Fiz algumas conversas informais com mulheres religiosas, pastoras e pastores como forma de obter mais informações sobre violência de gênero dentro do ambiente religioso. Também realizei visitas e conversei com autoridades públicas e técnicos no Conselho Estadual do Direitos das Mulheres do Estado do Rio de Janeiro (CEDIM) e no Conselho do Direitos das Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro (CODIM) para verificar a possibilidade de realizar a pesquisa com mulheres religiosas que se encontravam abrigadas nos ou assistidas por equipamentos públicos. No entanto, as tentativas não surtiram o efeito desejado. Em razão dos protocolos de segurança e proteção dessas mulheres, o acesso a elas não é facilitado a pessoas não pertencentes à rede técnica de apoio.

Com a realização de novas leituras e de incursões em outras igrejas, decidi reenquadrar a pesquisa para analisar e pensar os grupos evangélicos com perfil ou comportamento “progressista” com relação as políticas de gênero e direitos das mulheres. Junto com Novaes, Vital, Lopes e Lui entendo como “evangélicos progressistas” os agentes e movimentos religiosos que surgem na esfera pública para disputar a identidade cristã (NOVAES, 2018, p. 363), se apresentando publicamente em defesa dos direitos humanos e das minorias sociais: mulheres, negros e indígenas, pessoas pertencentes aos movimentos da diversidade sexual, além de fazerem

¹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coletivoesperancar/about/?ref=page_internal, Acesso em 27 jul. 2020.

críticas ao comportamento dos movimentos religiosos conservadores e fundamentalista. (VITAL, LOPES E LUI, 2017, p. 122).

Decidida a estudar a intersecção entre feminismo e cristianismo, a partir do enfrentamento da violência de gênero, eu elegi o Projeto Espelho Meu como objeto de pesquisa, a fim de conhecer e analisar as estratégias de conscientização e enfrentamento à violência doméstica adotadas pelo projeto. Assim, contatei Gislene Reikdal, coordenadora do projeto, e afirmei meu interesse e objetivo de pesquisa, que foram bem recepcionados. Ela se colocou à disposição para contribuir com informações necessárias e me apresentou Brenda Machado, outra integrante da equipe de coordenação, responsável pela elaboração da redação do projeto, dando início a uma sequência de conversas telefônicas e trocas de mensagem sobre o projeto, a atuação, conquistas e reveses, o que me ajudou a construir o projeto de pesquisa.

Na qualificação do projeto de pesquisa, a banca o considerou ousado e atual. Em especial, na medida em que propunha a estudar um projeto desenvolvido por uma igreja que se apresenta publicamente a favor dos direitos humanos, das políticas de gênero e da diversidade sexual num contexto de ascensão do conservadorismo cristão no Brasil e no mundo e de disputas sociais intensas. No Brasil, o conservadorismo cristão contemporâneo é marcado pela defesa da família heteronormativa, dos papéis sociais e religiosos tradicionais de mulheres e homens e contrário ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivo às mulheres (VITAL, LOPES E LUI, 2017) e pode ser entendido como um movimento de reação às conquistas obtidas nas últimas décadas pelos movimentos sociais, especialmente em matéria de gênero e sexualidade (ALMEIDA, 2017, BIROLI, VAGGIONE e MACHADO, 2020).

No Brasil, o aumento do número de fiéis nas igrejas pentecostais (IBGE, 2010) tem fortalecido esses grupos. Soma-se isso à postura reativa de grande parte deles em relação às políticas de gênero, o que impõe grandes desafios ao movimento social feminista para viabilizar a construção coletiva de um projeto de sociedade que contemple a agenda política de superação das desigualdades entre mulheres e homens. Isso, estaria atrelado a uma série de reivindicações, como o fim da violência de gênero contra a mulher e o reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos às mulheres. Assim, a atuação de iniciativas como a do Projeto Espelho Meu, que tem como objetivo o debate da violência de gênero e a revisão dos papéis sociais de gênero, se mostram tão interessantes para análise, seja em razão das possíveis dificuldades e valências de diálogo com o público religioso, a partir da intersecção de feminismo e cristianismo.

1.2. Sobre a pesquisadora, sua relação com o campo e com as interlocutoras e interlocutores

De acordo com Weber (2006), a escolha de um tema de pesquisa possui relação com a subjetividade do pesquisador, uma vez que o interesse de pesquisa surge de uma escolha pessoal acerca do que se pretende conhecer. No meu caso, me propus a analisar as relações entre gênero, feminismo e cristianismo, a partir da temática da violência de gênero. Minha aproximação com a temática tem início antes de eu me tornar uma aluna de mestrado e, inegavelmente, guarda relação com a forma como estou posicionada no mundo: uma mulher negra, brasileira, cristã e advogada inserida numa sociedade construída com uma herança colonial escravista, na qual o patriarcado, o cristianismo e a noção de família tiveram um papel de destaque na conformação dos corpos e a na organização social das dinâmicas entre os indivíduos (SANCHIS, 2001).

Apesar de meus interesses pessoais terem me impulsionado em direção à investigação, esta dissertação só se tornou possível em razão de existir também um interesse social no tema da violência de gênero – um problema social, histórico, político e cultural do país – e viabilidade de execução da pesquisa com o acesso ao campo e às minhas interlocutoras e interlocutores. Com isso, quero dizer que a decisão de estudar cientificamente o Projeto Espelho Meu da Igreja Betesda de São Paulo conjugou interesses e viabilidade, mas também alguns desafios.

O fato de ser bacharel em Direito e esta ser minha primeira pesquisa sociológica e empírica, além de ter um pertencimento público ao cristianismo, colocaram-me algumas questões. Entre elas, a busca por repertórios teórico e instrumentos metodológicos que me permitissem elaborar uma análise interdisciplinar com o máximo grau de objetividade possível. Isso me ajudou a permanecer atenta às ações desenvolvidas pelo projeto pesquisado e às relações-interações entre os sujeitos que constroem o projeto, livre de especulações e do meu juízo de valor. Em primeiro lugar, considero importante destacar a interdisciplinaridade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF e o seu quadro docente que me permitiram uma formação sociológica e diálogo com pesquisadores das diversas áreas da Sociologia e do Direito. De igual forma, é importante destacar a essencial contribuição do meu orientador Eder Fernandes Monica que durante todo o meu percurso foi apontando e direcionando lacunas que eu deveria suprir, cuidados que eu deveria observar e caminhos em que eu deveria investir para aprofundar a minha formação e garantir a execução de uma boa pesquisa.

Para tanto, a minha primeira providência foi buscar pesquisadores e pesquisas com foco nos estudos de gênero e nas ciências sociais do direito e da religião, com objetivo de me aproximar da bibliografia acadêmica, conhecer teorias e metodologia de pesquisas. Foi assim que conheci o Grupo de Estudos do Cristianismo Clara Mafra, coordenado pela professora Cecília Mariz, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesse grupo, eu conheci alguns cientistas sociais brasileiros na área da religião, dentre eles: Livia Reis, que, juntamente com Renata Menezes, me apresentaram à Antropologia da Religião e à Antropologia do Cristianismo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2018.

O curso tinha como objetivo o mapeamento de autores e de questões importantes para o estudo contemporâneo do fenômeno religioso. Isso me proporcionou uma imersão na produção científica nacional e internacional das ciências sociais da religião, trazendo provocações e direcionamentos importantes para o meu fazer científico. Entre eles, os possíveis ângulos de análise do fenômeno religioso (continuidades, discontinuidades e transformações) e, em especial, à postura metodológica e a ideia de neutralidade científica diante de situações em que o pesquisador estabelece pertencimento, repugnância, afetações e ambiguidades com relação ao campo.

A discussão acerca do pertencimento religioso do pesquisador da religião é bastante recorrente nos debates acadêmicos e produz as mais variadas reflexões. Em “A livre religiosidade e a compulsória ciência do sociólogo da religião” (2015), André Souza aborda a responsabilidade, vantagens e desafios de ser um “religioso sociólogo da religião”. De acordo com o autor, o pesquisador que também é religioso não está moralmente obrigado a assumir a sua pertença religiosa. No entanto, tem o direito de assim fazê-lo, desde que esteja comprometido com a realidade objetiva que investiga (SOUZA, 2015, p. 312). Assim, tomados todos os cuidados, a pertença religiosa pode ser um elemento facilitador da pesquisa, na medida em que o pesquisador por ser parte do campo pesquisado, o conhece por dentro (SOUZA, 2015, p. 314). Em sentido parecido, Pierucci (1997a, p. 255) defende que não é preciso assumir pertença religiosa, mas recomenda uma “vigilância epistemológica” (PIERUCCI, 1997a, p. 247), o que significa dizer que deve o pesquisador se orientar por interesses científicos e não religiosos.

As leituras realizadas, assim como as conversas e trocas estabelecidas com outros pesquisadores, me fizeram compreender que a minha crença poderia ser acionada e colocada em debate por pares e leitores, ainda que eu estivesse munida de ferramentas metodológicas e mantivesse um certo distanciamento do objeto pesquisado. Com isso, optei por deixar público o meu pertencimento religioso e problematizá-lo academicamente. Sobretudo porque, no meu caso específico, foi o fato de eu ser uma mulher religiosa me fez considerar a relevância do fenômeno religioso como importante ângulo analítico para entender e pensar as desigualdades entre homens e mulheres, a violência de gênero e o embate contemporâneo entre a visão religiosa conservadora e os movimentos feministas e de mulheres.

Além disso, penso que o meu pertencimento religioso também foi um facilitador na minha inserção ao campo e no diálogo com as interlocutoras e interlocutores que colaboraram com informações e permitiram a realização dessa pesquisa. Uma outra questão que acredito ter facilitado a interação foi o fato de a equipe de coordenação do PEM possuir um alto nível de escolaridade e informação, alguns deles também desenvolvendo pesquisas acadêmicas e que reconheciam a importância do trabalho: “eu sei como é importante para gente fazer as entrevistas, a pesquisa demanda isso”¹¹ – afirmou uma interlocutora. Assim, não viram com desconfiança o meu interesse pelo projeto e se colocaram abertos a contribuir.

Outra questão bastante problematizada nos estudos da religião é a afetação que o campo pode produzir no pesquisador. No texto “Ser afetado”, Jeanne Fravet-Saada (2005[1990]) trabalha a noção de afetação e as consequências metodológicas disso no curso da investigação a partir da descrição da sua pesquisa sobre feitiçaria no Bocage francês. Sua inserção no campo se deu quando os camponeses do Bocage pensaram que ela havia sido alvo de “feitiçaria”. Porém, essa estratégia foi uma escolha consciente da pesquisadora que pretendeu, a partir da sua participação nos rituais de “desinfeitiçamento”, produzir conhecimento empírico das sensações e ações experimentadas (FRAVET-SAADA, 2005, p. 157-158). De acordo com a autora, foi imprescindível que ela se permitisse participar das dinâmicas do campo e por ele ser afetada, uma vez que não teria como descrever empiricamente a experiência se não tivesse passado por ela, ou seja, vivido. Ao ocupar esse lugar, a autora se permitiu ser afetada pelas emoções e sensações produzidas no campo, e se comunicar verbal e não verbalmente com os sujeitos envolvidos nos rituais (FRAVET-SAADA, 2005, p. 156;158-161).

¹¹ Entrevista n. 1, realizada por videoconferência, através do aplicativo *Skype*, no dia 08 de julho de 2020.

No entanto, não é somente a pessoa que pesquisa que é afetada pelo campo. Ela também produz afetações ao campo, como foi no meu caso. Como eu disse na sessão anterior, conheci o PEM durante a minha participação numa programação organizada pela Igreja Betesda de São Paulo. A minha chegada ao projeto acontece dentro de uma atividade de formação em direitos humanos proposta pela liderança da igreja, na qual participei como palestrante. Em alguma medida, a igreja me reconhece como uma pessoa que tem contribuições a fazer e que devem ser ouvidas, motivo pelo qual a experiência se replicou em Fortaleza e só não aconteceu em Natal em razão da minha gestação e a proibição médica de realizar viagens aéreas. Além disso, na edição de novembro de 2019 do “Fórum de Mulheres da Betesda” cujo tema era a igualdade racial, minha foto foi utilizada num *banner* como mulheres que inspiram, apesar de eu não ter nenhum vínculo religioso com a igreja. Na ocasião do fórum, a minha pesquisa já estava em curso e às vésperas da qualificação do projeto de pesquisa.

Acredito, portanto, que as pessoas que integram a liderança do projeto terem me conhecido previamente facilitou a minha inserção no campo, bem como a dinâmica de negociação e renegociação com elas acerca de informações, envio de materiais e datas de entrevistas. Além disso, o “juízo” que faziam de mim e da minha posição acerca das políticas de gênero também produziu efeitos. Logo no início das nossas conversas, elas me diziam coisas como “por mais que a gente queira fazer o debate de gênero dentro da igreja, as coisas acontecem lentamente”, “você sabe como é, a Betesda é uma igreja progressista, mas não é todo mundo”¹², como se deduzissem o que eu desejava saber com a pesquisa e por isso me alertavam. De acordo com Karen Colen (2019, p. 83), pesquisar “como as mulheres têm interpretado e vivenciado aspectos de uma religião que há muito tem sido acusada de excluí-las é desafiador, pois as mulheres que criticam e denunciam o machismo e, por vezes, a misoginia, são as mesmas que continuam frequentando ou integrando instituições religiosas”. No entanto, a autora sustenta que as trajetórias compartilhadas entre a pesquisadora e seus interlocutores ajudam a produzir acolhimento e a confiança necessária para a consecução da pesquisa e, consequentemente, melhor compreensão desses fenômenos sociais (COLEN, 2019, p. 84).

Passado este momento inicial, decidi me aprofundar nos estudos sobre gênero e feminismos. No primeiro semestre de 2019, eu cursei outras três disciplinas na qualidade de aluna externa: “Gênero e Família”, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do

¹² Informações registradas em caderno de campo.

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN-UFRJ), ministrada por Adriana Viana e Camila Fernandes; “Conservadorismos, Gênero e Sexualidade”, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), ministrada por José Swacko e, por fim, “Gênero e outros marcadores da diferença: questões teóricas e metodológicas”, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) ministrada por Felícia Picanço e Aparecida Moraes. As aproximações e os distanciamentos entre as bibliografias de cada uma das disciplinas me permitam um panorama da produção sociológica e antropológica das relações de gênero e debates feministas. A partir do curso dessas disciplinas e das trocas de experiência com outras pesquisadoras e pesquisadores, eu identifiquei algumas insuficiências do meu pré-projeto cujo objeto eram mulheres evangélicas em situação de violência, e tomei a decisão de retornar à fase de pesquisa exploratória para novamente analisar o campo e as suas possibilidades.

Portanto, quando conheci a igreja e o projeto, em maio de 2019, já tinha uma visão teórica aprofundada do cristianismo pentecostal (vertente da qual a Betesda surgiu), conhecimento das disputas internas do cristianismo e da existência de grupos e movimentos contrastantes dentro do campo, especialmente os “feministas cristãos”: Projeto Redomas, Católicas pelo Direito de Decidir, Feministas, Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), entre outros. Porém, todos esses grupos estão à margem da institucionalidade, são organizados coletivamente por religiosas de maneira autônoma, diferentemente o Projeto Espelho Meu surge dentro da instituição, proposto por religiosas que vem desenvolvendo uma agenda de debates cuja temática é desigualdades de gênero e a violência contra as mulheres.

Conforme apresentado anteriormente, considero que a Igreja é uma instituição social onde geralmente ocorre a socialização primária e, portanto, aprendizagem das desigualdades entre homem e mulher. Nesse sentido, a proposta do “Projeto Espelho Meu” de “despertar o olhar da comunidade para o tema [violência contra a mulher], criar mecanismos para acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino e, através ações sistemáticas ser referência no combate a essa violência” (PROJETO ESPELHO MEU, 2019) despertou meu interesse. Especialmente porque os estudos de gênero indicam também que o Estado, através das suas políticas públicas e da justiça, pode não ser capaz de dar conta das reivindicações e anseios de todas as mulheres em situação de violência, o que faz com que seja necessário superar a natureza exclusivamente jurídica do conflito.

Assim, entendo o espaço religioso como possibilidade de enfrentamento à violência de gênero com dimensões que o Estado não alcança. Uma vez que não se trata só de encaminhar uma denúncia e penalizar o autor, mas também de criar espaços de convivência no qual a dignidade de quem experimentou a situação de violência seja restaurada. Nesse sentido, me propus a analisar o Projeto Espelho Meu, em especial a articulação que ele faz entre premissas feministas e o cristianismo, e os efeitos que isso produz. A contribuição da pesquisa está justamente no fato de serem analisado elementos novos não considerados nos estudos de gênero.

Ainda com relação às entrevistas com os interlocutores, eu fiquei “surpresa” (WEBER & BEAUD, 2014 p. 193) com a espontaneidade com que algumas informações foram concedidas. A minha preocupação com o distanciamento e com a execução das entrevistas me fez pensar em múltiplas possibilidades, inclusive num controle de narrativa por parte dos entrevistados, de maneira que ruídos na comunicação interna da equipe e as dificuldades do projeto não fossem informados de maneira tão imediata. Talvez eu acreditasse numa performance de unidade (WEBER & BEAUD, 2014 p. 193). No entanto, isso não aconteceu e a conversa fluiu de maneira espontânea, de modo que não houve nenhuma questão que não fosse respondida. Na maior parte das vezes, os entrevistados, além de responder, ilustraram com exemplos práticos as questões abordadas na conversa.

1.3. Arquitetura do processo de pesquisa: escolhas metodológicas

A pesquisa apresentada nesta dissertação foi desenvolvida entre julho de 2019 e a outubro de 2020. Após definir o Projeto Espelho Meu como meu objeto de pesquisa, estive na sede do projeto apenas uma vez. Logo após veio a notícia da minha gravidez e, com ela, a restrição de realizar viagens de avião e longas viagens de carro em razão do risco de trombose venosa profunda, doença que já tive em 2018. De toda forma, como afirmado acima, não haveria condições financeiras para que eu permanecesse longamente em São Paulo. Felizmente, tanto a Igreja Betesda quanto o Projeto Espelho Meu têm uma participação ativa nas redes sociais, com a transmissão dos cultos e de algumas atividades de grupos em tempo real através da plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*. Com o advento da pandemia da Covid-19, a Igreja Betesda de São Paulo e o Projeto Espelho Meu suspenderam todas as suas atividades presenciais durante todo o ano de 2020.

Apesar de ser possível fazer uma dissertação a partir do conteúdo de cultos e de atividades de grupos, eu julguei que era necessário ter uma fonte de pesquisa que me permitisse mapear os repertórios de ação do “Projeto Espelho Meu” no enfrentamento à violência de gênero e como eles fazem a intersecção entre o feminismo e o cristianismo. Assim, optei por incorporar a entrevista semiestruturada da equipe de coordenação do projeto como método nesta pesquisa, em razão da possibilidade de fazer o cruzamento entre a análise do conteúdo publicado no *site* e na rede social *Instagram* do projeto e as entrevistas, com intuito de conhecer “mecanismos sociais” e os “pontos de vista” em suas “manifestações concretas” (GIUMBELLI, 2002, p. 102) do projeto.

Dessa forma, a abordagem desta pesquisa centra-se na perspectiva da liderança do PEM, nas suas iniciativas e ações no enfrentamento à violência de gênero. O recorte justifica-se no interesse de conhecer as lideranças religiosas que pensam e viabilizam a realização do projeto dentro da Igreja. De maneira geral, em uma igreja evangélica, conhecer a liderança, principalmente seus pastores e pastoras, é conhecer a própria igreja. No contexto evangélico observa-se uma maior autonomia das igrejas e das suas lideranças, haja vista a inexistência de um centro único de poder, diferentemente do que acontece com a Igreja Católica com a figura do Papa. Dessa forma, é bastante comum que líderes ou grupos divergentes de uma igreja rompam com a instituição de origem, dando início a uma nova igreja, uma nova instituição. Inclusive, tal fato aconteceu com a Igreja Betesda de São Paulo, que ela pertencente à denominação Assembleia de Deus e por divergências teológicas tornou-se uma igreja independente. Portanto, tão interessante quanto conhecer a dinâmica do projeto nas suas atividades do dia a dia, é conhecer a liderança do projeto que são as pessoas responsáveis por pensar, estruturar e gerenciar o projeto e administrar as suas possíveis tensões o todo da igreja.

Ao mesmo tempo, podendo o feminismo ser conceituado como um projeto emancipatório das mulheres (HOLZLEITHNER, 2016), optei por observar e expor as premissas feministas com as quais o “Projeto Espelho Meu” está vinculado, quais sejam: “combate e enfrentamento a violência contra a mulher”, “acolhimento de mulheres em situação de violência”, “empoderamento” e “autorreconhecimento feminino”. Além disso, o “Projeto Espelho Meu” tem a pretensão de se tornar uma referência no combate a violência de gênero, o que reafirma a importância deste tipo de análise.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se na construção, seleção e análise qualitativa de dados referente ao Projeto Espelho Meu. Tais dados foram construídos a partir da

rede social *Instagram*, apresentação institucional do Projeto Espelho Meu, o livro “Caim. O Homem no Espelho” escrito por Eliel Batista, supervisor do projeto, e realização de entrevistas semiestruturadas com alguns integrantes da equipe coordenadora do projeto. Além disso, uma revisão bibliográfica sobre “violência de gênero”, “movimentos sociais”, “história do feminismo no Brasil”, “gênero, feminismo e religião”, “religião, direito e secularismo” e “pentecostalismo” (teses, dissertações, livros e artigos científicos). A revisão se constituiu a fim de construir um referencial teórico que possa dialogar com os dados empíricos da pesquisa. Constava no projeto de pesquisa a análise documental do livro biográfico “Penhas Vivas – Cicatrizes”, organizado pelo Projeto Espelho Meu, a partir do relato de 21 mulheres que superaram a violência de gênero. Porém, o PEM não conseguiu viabilizar recursos financeiros suficientes para realizar a publicação do livro, prevista para inicialmente para novembro de 2019 e depois para março de 2020, motivo pelo qual a análise do material não pode ser incorporada nesta pesquisa.

Paralelamente, acompanhei páginas pessoais dos pastores e pastoras da Igreja Betesda de São Paulo no *Instagram* com intuito de ter acesso aos conteúdos divulgados por eles, sem, contudo, utilizá-los como ferramenta de análise na presente pesquisa. Entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de julho de 2020, eu recolhi do jornal O Globo notícias que mobilizassem o tema “violência de gênero” e “violência de gênero e religião”. O termo inicial guarda relação com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro e da sua equipe ministerial, com destaque à advogada e pastora pentecostal Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A ideia era observar as notícias durante um ano até 31 de dezembro de 2019. Porém, em razão da pandemia da Covid-19 (Novo Coronavírus) e a recomendação de isolamento social, os casos de violência contra a mulher aumentaram em todo o país¹³, possivelmente em razão da coexistência forçada e do estresse econômico decorrente da interrupção das atividades econômicas (VIEIRA, GARCIA e MACIEL, 2020). Assim, estendi o período de análise para cobrir também as notícias sobre violência contra a mulher durante a pandemia, no primeiro semestre de 2020.

As entrevistas foram realizadas por videoconferência, através do aplicativo *Skype*, em razão da maior agilidade e comodidade que a ferramenta oferece, o que permitiu que cada entrevistado fosse ouvido de acordo com a sua disponibilidade de tempo, o que foi crucial para a

¹³ Os dados ainda são incipientes e carecem de análises mais detidas. Porém, durante o período diversos veículos de imprensa divulgaram notícias e relatórios produzidos pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que indicam o aumento. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>, Acesso 06 dez. 2020.

obtenção de informações relevantes à pesquisa. A popularização da utilização do Skype como instrumento para realização de pesquisas empíricas tem provocado reflexões importantes teóricas e metodológicas acerca da interação entre os sujeitos da pesquisa e as negociações que se estabelecem entre eles nesse contato. Sobre o *Skype* Braga e Gastaldo (2012) pontuam o seguinte:

O *Skype* permite que se façam chamadas usando o microfone e as caixas de som de um computador, ligando tanto para outros computadores conectados quanto para telefones fixos e móveis do mundo todo, usando o sistema *SkypeOut*... além do sistema de mensagem instantânea (conveniente em caso de conexão fraca), o aplicativo ainda permite teleconferências – somente com voz, conectando até 100 pessoas simultaneamente, ou videoconferências com até 10 pessoas...em si, o *Skype* não traz nenhum grande avanço tecnológico que lhe seja exclusivo. Mas vem conseguindo concretizar a ficção do videofone ao combinar simplicidade de uso e custo baixo, desde que se disponha previamente de um computador com microfone, placa de som, alto-falantes e acesso à *Internet* em banda larga (BRAGA e GASTALDO, 2012, p. 8-9).

As entrevistas seguiam um roteiro semiestruturado, previamente elaborado (ver apêndice 2), foram realizadas através do *Skype*, duraram de 45 minutos a 1 hora e 30 minutos e foram gravadas e transcritas. Antes da realização de cada entrevista, houve contato pessoal ou por meio eletrônico da entrevistadora com a entrevistada. As escolhas pela modalidade de entrevista semiestruturada, composta por perguntas fechadas e a possibilidade de fazer outras perguntas não previstas de acordo com o fluxo da conversa, visava garantir que dúvidas, curiosidades e questionamentos não antevistos pudessem ser colocados em questão e ser respondidos no momento da entrevista (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74-75).

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir dos dados coletados e analisados nas fases anteriores da pesquisa, abrindo um espaço de diálogo entre os atores da pesquisa, os dados bibliográficos, jornalístico e estatísticos. Quando eu formulei as perguntas, classifiquei-as em dois grupos: 1) questões pessoais e 2) questões relativas aos feminismos, direitos das mulheres, violência de gênero, justiça de gênero, voluntariado e igreja. Os dados pessoais pretenderam sugerir um perfil socioeconômicos, racial e de gênero da equipe de coordenação do Projeto Espelho Meu, conhecer quem pensa e por que faz o projeto acontecer. Após a realização das entrevistas e as suas transcrições, dei início a sistematização dos dados em torno de eixos centrais feminismo e cristianismo, os quais guiarão a análise do material, o que foi feito com a ajuda do orientador.

Sobre a análise da rede social *Instagram*, julguei importante fazê-la em razão de as redes sociais terem se tornado uma importante plataforma política, para além de ser um espaço de

observação, interação e comunicação, conforme apontado também por Colen (2019, p. 87). No mesmo sentido, em “O Ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais” (2000), Mário Guimarães Júnior sustenta (p. 141-142) que as redes telemáticas não se reduzem a um espaço de comunicação à distância, mas um espaço de sociabilidade real, embora virtual. Para o autor “o virtual não é o oposto do real, mas sim uma esfera singular da realidade, onde as categorias de espaço e tempo estão submetidas a um regime diferenciado” (2000, p. 142). No texto “Os gêneros da rede: os ciberfeminismos” (2005), Ana de Miguel defende que a *internet* se tornou um elemento fundamental para a difusão de ideias e informações e o ciberespaço tem sido frequentemente utilizado pelos movimentos feministas como ferramenta de mobilização social e difusão de informações, permitindo ainda a articulação com outros grupos ativistas em defesa dos direitos humanos. Com isso, reconhecendo a importância desse recurso na contemporaneidade e, após identificar que o PEM utiliza a rede social como forma de publicizar suas ações e ideias, me propus a analisar as publicações feitas na plataforma entre novembro de 2018 e agosto de 2020.

1.4. Gênero, feminismos e igreja: tensionamentos, aproximações, intersecções

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil passou por mudanças sociais com o surgimento de movimentos sociais, econômicos, políticos e culturais que fazem disputa de sentidos aprofundado da noção de democracia, reivindicando políticas identitárias e saídas emancipatórias para grupos historicamente oprimidos. É nesse contexto em que os movimentos feministas se inserem. Os movimentos feministas podem ser entendidos como um projeto teórico e político com foco nas mulheres, reivindicando igualdade entre homens e mulheres e desenvolvendo modelos alternativos de sujeitos. (ROSADO, 2001; TARDECCI, 2016).

Paralelamente, a presença das religiões cristãs na esfera pública. A Igreja Católica, importante ator político e social, que exerce influência ideológica na política, no plano social e, também, na moral sexual desde a colonização (VAGGIONE, 2016; MONTERO, 2011), passou a dividir espaço com o segmento evangélico. Desde 1980, as igrejas evangélicas no Brasil vêm crescendo, resultado do aumento do número de pentecostais (IBGE, 2010), e tem se apresentado como um importante ator político e social conservador com relação aos papéis sociais de gênero, à corporalidade feminina, à sexualidade e à noção de família (BIROLI, 2018; VITAL; LOPES; LUI, 2017; CAMPOS MACHADO 2017; 2012).

Apesar de as sociedades ocidentais se pretenderem secularizadas, com a separação entre a religião e os ordenamentos jurídicos, e alguns Estados sejam declarados expressamente laicos, como é o caso do Brasil, não se pode negar a influência da religião na moral, no Direito e no sistema de justiça, na medida em que todos os agentes do direito também são afetados. O pesquisador Juan Vaggione, ao analisar o direito na América Latina, sublinha a forte influência da religião nas construções das normas legais e sociais. Segundo o autor (2016, p. 21), “a moral sexual católica funcionou como matriz de sentido para distintos ramos do direito”, e, em função disso, “o direito secular transmutou as normas religiosas em normas sociais, a família católica em família nacional e o pecado em delito” (idem, p. 26-27). E, por isso, os movimentos feministas e dos movimentos pela diversidade sexual têm concentrado esforços para visibilizar a influência da moral religiosa nas dimensões culturais da cidadania e no direito secular, para propor e reivindicar mudanças no direito secular (VAGGIONE, 2017).

Em sentido parecido, Flávia Biroli (2018, p. 87) considera que as políticas de gênero propostas pelos movimentos feministas desafiam os fundamentos religiosos entranhados na moral e no direito secular. E, em consequência da atuação política e do avanço dos movimentos feministas no embate aos fundamentos religiosos, atores evangélicos juntamente com os atores católicos têm se mobilizado em torno das políticas de gênero em defesa da tradição e dos valores religiosos na vida social, o chamado ativismo conservador (VAGGIONE, 2005). Este ativismo, ou, em geral, os fundamentalismos religiosos, podem ser entendidos como reação e/ou recusa às demandas históricas e políticas de reconhecimento da diversidade e de direitos humanos às minorias sociais, especialmente dos direitos sexuais e reprodutivos (CUNHA, LOPES & LUI, 2017; VITAL & LOPES, 2013). No entanto, convém destacar que o cristianismo não é monolítico e vinculado ao conservadorismo, fundamentalismo e ao extremismo. Há fissuras internas nas quais se travam disputas de moralidades, dos sentidos do cristianismo e da interpretação bíblica (PACHECO, 2016), que permitem a aproximação entre o cristianismo e as lutas emancipatórias, o que fica evidente através da atuação de agentes e movimentos religiosos de caráter progressistas (VITAL, LEITE & LUI, 2017, p.122; NOVAES, 2018, p. 363).

Maria das Dores Machado (2008) expõe como os movimentos feministas alteraram a agenda de pesquisas e de debate público, influenciando também mudanças no campo religioso. De fato, o pensamento feminista e suas críticas acerca da exclusão da mulher da esfera pública e da sua submissão à esfera privada, têm sido compartilhados por mulheres cristãs impactando

dinâmicas religiosas e deu ensejo à Teologia Feminista, uma teologia que se vale de uma hermenêutica que orienta em um determinado sentido a leitura do texto bíblico, considerando as questões de gênero contidas em cada narrativa, analisando as mulheres que foram personagens bíblicas, a partir dos traços condizentes às propostas feministas de gênero e confrontando à hermenêutica bíblica tradicional que sustentou por anos a hierarquização de gêneros e a sujeição feminina (COLEN, 2019; ROSADO, 2015). Por exemplo, a teóloga e pastora feminista Silvia Geruza Rodrigues sustenta que os discursos, pregações e ensino religioso foram pensados por homens e para impor uma posição de superioridade hierárquica do homem em relação a toda criação. Nas palavras dela: “[como se ele fosse] um cidadão de primeira classe, escolhido para dominar não somente os animais e a terra, como também a mulher” (RODRIGUES, 2011, p.11).

A teóloga feminista Ivone Gebara (2000, p. 125) afirma que: “a violência contra a mulher está relacionada com o discurso da religião cristã, visto que esta expressão religiosa tem apoiado a subordinação da mulher a partir das doutrinas que legitimam e sacralizam o sacrifício e o sofrimento.” Isto porque, historicamente, o estatuto de subordinação feminina no cristianismo está muito influenciado pela narrativa da história de Eva, narrada no livro de Gênesis, considerada uma mulher pecadora e incapaz de resistir à tentação e que, por isso, precisava da tutela masculina. No mesmo sentido, as cientistas da religião e feministas Sandra Souza e Carolina Teles (2009, p. 8) sustentam que “a representação sócio cultural da mulher sofredora, resignada e submissa, é resultado da tradição cristã e é, frequentemente, evocada por lideranças religiosas e por religiosos ordinários, os fiéis e, principalmente, as fiéis”.

A relação entre a violência de gênero e a igreja tem sido tema de debate entre religiosas, ativistas e intelectuais religiosas. Como resultado, estudos e materiais tem sido produzido tanto para o debate acadêmico quanto para o debate dentro das igrejas, com destaque as seguintes autoras: a cientista da religião e administradora Naira Pinheiro dos Santos (2014), as cientistas da religião Carolina Teles Lemos e Sandra Duarte de Souza (2009), a teóloga e ativista do Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Valéria Vilhena (2009; 2015). Além da organização de dossiês e coletânea de artigos por atividades e militantes feministas cristãos, como é o caso da ONG Feminista Católicas pelo Direito de Decidir que tem a coletânea de artigos, organizada pela ativista Yury Orozoco, chamada “Religiões em Diálogo: Violência contra as mulheres” (2009), o Coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero que também de uma coletânea de artigos, organizada pela teóloga e ativista Valéria Vilhena, chamada “Evangélicas por sua voz e

participação: Gênero em discurso” (2015) e, por fim, o Coletivo de mulheres religiosas Projeto Redomas organizou a cartilha “Não é falta de oração: Cartilha de combate à violência contra mulher nas igrejas e comunidades cristãs” (2018). Nas palavras de Maria Rosado (2011, p. 81): “é enquanto movimento social inspirador de práticas de resistência à situação de sujeição das mulheres que o feminismo atua, de início, no campo religioso”.

A socióloga Maria Campos Machado chama a atenção para o caráter ambivalente das doutrinas religiosas, e alerta que a interação de mulheres religiosas com outras ideologias seculares – como os feminismos – pode produzir um senso crítico acurado e promover a autonomia das mulheres religiosas:

E, mais, quando essas mulheres têm a oportunidade de transitar, por outros movimentos sociais e conhecer ideologias seculares, são maiores as possibilidades de que as zonas de autonomias estendam para além da família aumentando também a capacidade crítica das fiéis em razão da instituição religiosa. A realização de tais possibilidades depende, entre outras coisas, da competição religiosa, do nível de instrução das mulheres e da capacidade de penetração dos movimentos feministas nas diferentes esferas das sociedades. (MACHADO, 2008, p. 248).

Na esteira da análise de Machado, a socióloga Maria Rosado (2015) também fala da ambiguidade, ou do caráter ambivalente das religiões, e apresenta a seguinte constatação:

A observação empírica mostra ambiguidade da ação religiosa. As religiões não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras que contribuem para a subordinação das mulheres. Em certas circunstâncias elas podem funcionar como forças inovadoras, como um catalizador de mudanças sociais e políticas. Como fiéis, as mulheres podem se submeter ao poder disciplinador das religiões, mas podem, igualmente, por sua ação e seus pensamentos, contribuir para a sua mudança (ROSADO, 2015, p. 10).

As análises de Machado (2008) e de Rosado (2015) indicam que a opressão não é uma reserva da religião e nem o conservadorismo é a única possibilidade de ação religiosa. Havendo a possibilidade de articulação entre ações religiosas e ideologias seculares e comportamentos religiosos progressistas e/ou ações religiosas inovadoras, emancipadoras e críticas, capazes de alicerçar mudanças sociais e políticas, os quais podem ser identificados a partir da observação empírica. Além disso, as autoras alertam que o estudo do fenômeno religioso deve ser feito em diálogo com outros fenômenos sociais, como no caso do feminismo, a fim de que se possa identificar como essa interação se dá, quais seus efeitos e seus potenciais.

A teóloga feminista Elizabeth Fiorenza (1998) apresenta uma crítica ao comportamento “feminista secular” com relação à imagem que é feita das mulheres religiosas. Segundo a autora,

as feministas seculares tendem a considerar a religião, por si só, como algo ruim e autoritário e o secularismo como algo bom e libertador. Segundo a autora:

A religião desempenhou e ainda desempenha um papel importante nestas lutas emancipatórias [das mulheres], apesar de que muitas feministas tendem a vê-la mais como parte do problema do que da solução. [...] Elas desconsideram o fato de que para milhões de mulheres/homens a religião ainda oferece uma estrutura de significado que não é apenas alienante e opressivo, mas também de autoafirmação e libertadora (FIORIENZA, 1998, p. 27).

A antropóloga feminista e agnóstica Monica Tarducci (2001, p. 101), no artigo “Estudos feministas da religião: um olhar muito parcial”, faz críticas aos estudos feministas da religião e à teologia feminista, que segundo autora seriam muitos parciais, ao mesmo tempo que reconhece a resistência dos movimentos feministas às religiões e a ambivalência delas. Tarducci afirma que temas caros ao projeto feministas são atravessados pela religião, de maneira que a religião deve ser um tema a ser tratado pelo movimento feminista:

Durante anos, a religião, vista como uma fonte de subordinação das mulheres, foi um tema intratável para o movimento feminista. Uma relação ambivalente, pois os temas de interesse da religião fazem parte da agenda feminista: sexualidade, reprodução, parentesco, aborto (TARDUCCI, 2016, p.101, tradução livre).

No mesmo sentido, a teóloga feminista Elina Voula (2014, p. 41-42) sustenta que há duas posturas dos movimentos feministas com relação à religião. No mesmo sentido, a teóloga feminista Elina Voula (2014, p. 41-42) sustenta que há duas posturas dos movimentos feministas com relação à religião. Na primeira, a “subestimação da religião”, isso é quando os movimentos feministas, de maneira geral, desconsideram a religião como uma força cultural importante. Na segunda, a “superestimação da religião”, isso é, quando os movimentos feministas, de maneira geral, consideram a religião como fator principal da vida das mulheres, com isso qualquer traço de conservadorismos é explicado exclusivamente pelo viés religioso, sem considerar que marcadores como classe, raça e orientação sexual podem estar informando tal postura conservadora.

1.5. Igreja Betesda

A história da Igreja Betesda é marcada pela figura do Ricardo Gondim, um pastor bastante conhecido por seus posicionamentos dissonantes do movimento evangélico tradicional e conservador e pelas críticas que faz a esse segmento. A Igreja Betesda foi fundada em 1981 pelo médico Ademir Siqueira, como Assembleia de Deus Betesda, na cidade Fortaleza. Em 1982, em razão da morte do fundador, o pastor Ricardo Gondim assumiu a direção da igreja, onde permanece até os dias de hoje. A Betesda se tornou uma das igrejas pentecostais de maior presença no Nordeste, até chegar em São Paulo.

O pastor Gondim começou sua jornada evangélica na Igreja Presbiteriana em Fortaleza e fez parte da Aliança Bíblica Universitária (ABU), uma organização cristã vinculada a uma rede internacional de estudantes evangélicos que chegou ao Brasil no final da década de 50. Ele se converteu ao pentecostalismo após participar de um culto e ter sido batizado no Espírito Santo, ocasião em que começa a sua jornada juntamente com o amigo Ademir, que faleceu pouco depois. Gondim assumiu a liderança da Assembleia de Deus Betesda, mas foi gradativamente rompendo com o que ele considera excessos de legalismo da instituição. Vale destacar que o pai de Gondim foi preso e desaparecido durante o primeiro ano da Ditadura Militar, em 1964.

Com o livro “É proibido: o que a Bíblia permite e a Igreja proíbe” (1998), Gondim deu o seu primeiro passo em direção à afirmação de uma teologia e uma doutrina sobre a Bíblia que não fosse tão rigorosa quanto ao comportamento e as escolhas individuais. O pastor foi se tornando cada vez mais crítico, não apenas da Assembleia de Deus, mas de outras denominações evangélicas que ostentavam posturas mais conservadoras. Em 2008, um ano após o lançamento de mais um de seus livros que causou polêmica entre os evangélicos, “Eu Creio, mas tenho dúvidas” (2007), conduziu sua igreja ao rompimento definitivo com as Assembleias de Deus, mantendo apenas o nome Betesda. Assim, a Igreja Betesda se tornou uma das principais igrejas evangélicas que, a partir de sua principal liderança, assumiu publicamente temas e causas que se relacionavam com o debate dos Direitos Humanos e as minorias sociais.

A sede da Igreja Betesda de São Paulo fica localizada na Avenida Engenheiro Alberto de Zagottis, número 100, no bairro Jardim Marajoara, Zona Sul de São Paulo, Estado de São Paulo.

Na página inicial do site¹⁴ da Igreja Betesda, na aba “A Betesda”, o leitor fica sabendo sobre a história da igreja, suas principais características e valores defendidos. Além da sede localizada na cidade de São Paulo, existem outras unidades no interior do Estado de São Paulo e em outros Estados, como, por exemplo, Ceará, Alagoas, Piauí, Pernambuco entre outros.

A Igreja conta também com a Editora Doxa, responsável pela impressão e circulação da produção literária dos seus pastores, pastoras e intelectuais, com a Rádio Betesda, responsável pela transmissão de cultos, palestras e *podcasts* sobre variados temas e com o Instituto Coexistência, responsável pela execução dos projetos sociais da Igreja, onde está inserido o PEM. A difusão do conhecimento bíblico articulado e atualizado com as questões sociais relevantes do momento também marcam a história e a preocupação da Betesda. Além da editora, da rádio e do Coexistência, por anos a Betesda também era a sede do Instituto Cristãos de Estudos Contemporâneos (ICEC), que funcionava como um importante centro de debates e formação teológica. O ICEC era um centro aberto não apenas a professores teológicos e religiosos evangélicos, mas também a professores, intelectuais e ativistas não evangélicos, o que já significava uma experiência única entre as igrejas brasileiras.

Nos anos 2000, a Betesda começou um estudo sobre as mulheres e possibilidade de serem ordenadas ao sacerdócio, o que ainda é um grande tabu para grande parte das igrejas evangélicas brasileiras.¹⁵ Os que se opõem, alegam, entre outras razões, o fato de que Jesus somente escolheu discípulos homens e as afirmações do apóstolo Paulo sobre a submissão feminina, contida no primeiro livro de Coríntios: “permaneçam as mulheres em silêncio nas igrejas, pois não lhes é permitido falar; antes permaneçam em submissão, como diz a lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem a seus maridos em casa; pois é vergonhoso uma mulher falar na igreja.” (Bíblia Online, 1 Coríntios 14:34,35).¹⁶ O estudo feito por Betesda mobilizou a literatura teológica, inclusive a teologia feminista, das ciências sociais e historiografia, e, ao final, concluiu ser possível a ordenação de mulheres ao sacerdócio.

¹⁴ Mais informações sobre a Igreja Betesda de São Paul podem ser encontradas no *site* da igreja. Disponível em <https://betesda.com.br/?secao=http://betesda.com.br/&redirect=no>, Acesso em 27 Nov 2020.

¹⁵ Os estudos sobre o pastoreio feminino sinalizam algumas questões que merecem ser destacadas e a registradas: (i) o pastoreio feminino interpretado como uma parceira de negócios, (ii) o pastoreio feminino sempre vinculado ao pastoreio masculino, com isso as mulheres de pastores acabam sendo ordenadas em razão da sua condição conjugal. Cf. MACIEL, Pollyane Rachel Fernandes. Relações de gênero no espaço religioso pentecostal paraibano: comparação entre Assembleia de Deus e a Bola de Neve Church, em Campina Grande- PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

¹⁶ No presente trabalho não são feitas análises hermenêuticas e exegéticas de textos bíblicos. Mas, em razão do objeto pesquisado, é inevitável não fazer algumas citações.

A primeira pastora ordenada foi a Silvia Geruza, declaradamente feminista e esposa do pastor Ricardo Gondim. Parte do estudo feito por ela se transformou no livro “Um outro gênero de Igreja: as mulheres e a sua ordenação sacerdotal”, publicado pela Fonte Editorial, em 2011. No estudo, Geruza (2011) mobiliza a categoria *gênero* tal qual apresentada por Scott (1995), no artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, para negar qualquer determinismo biológico, evidenciando a construção social do papel das mulheres e dos homens na sociedade. A pastora confronta o tabu da submissão feminina a partir de uma leitura bíblica e de uma análise crítica das ciências: a filosofia, a medicina e o direito, que, segundo ela, disseminaram ideias e conceitos misóginos, patologizando e criminalizando a mulher (RODRIGUES, 2011, p.9).

A postura do casal Ricardo Gondim e Silvia Geruza, permitiu a Betesda ser mais sensível aos debates atuais e a ter proatividade em relação a muitas questões. De alguma forma, a renovação e atualização da igreja nunca parou. Nos últimos anos, ela vem passando por processos de mudanças teológicas, na sua hermenêutica bíblica, capitaneadas por seu quadro de pastores e pastoras, intelectuais e lideranças, com relação à temática de direitos humanos, especialmente, as minorias sociais: mulheres, negros e população LGBT. Esse movimento tem ficado evidente nas palestras e cultos realizados nas igrejas semanalmente e nas manifestações pessoais de seus pastores e pastoras nas redes sociais.

1.6. Espelho, Espelho Meu

A delimitação do objeto de pesquisa demanda a apresentação do que ele é, o que pretende e de quem o pensa e executa, o que passa a ser feito a seguir.

1.6.1. O projeto

O projeto “Espelho meu” surgiu em novembro de 2018, em São Paulo (SP). É coordenado por cinco pessoas que atuam de maneira voluntária, sendo três mulheres: Gislene Reikdal (diretora), Branda Machado, Viviane de Casto, Maria Parecida Valença, Monica Mônaco; e dois homens: Eliel Batista (supervisor) e Marcelo Bergamini. O Projeto Espelho Meu surgiu a partir de uma atividade organizada pelo grupo de mulheres chamado “Fórum de

Mulheres da Betesda”, no qual são discutidas questões acerca do papel da mulher na igreja e na sociedade.¹⁷ Na edição de novembro de 2018, o tema debatido foi “violência de gênero” e contou com a participação da pedagoga, teóloga e ativista feminista Valéria Vilhena, articuladora do Coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero – EIG e autora do estudo “Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia” (2009).

A pesquisa da Valéria Vilhena se tornou bastante conhecida não só no ambiente religioso, mas também por alguns movimentos feministas, em razão da divulgação dos dados produzidos e resultados encontrados por ela. A pesquisa de Vilhena (2009) foi realizada na Casa Sofia, uma Organização não Governamental (ONG) que atua com mulheres em situação de violência de gênero, doméstica e sexual, tendo a pesquisadora identificado que 40% das mulheres atendidas pela organização eram evangélicas. A partir de entrevistas realizadas com essas mulheres religiosas, a pesquisadora fez uma análise das representações religiosas de gênero e a sua relação com a violência contra a mulher. A divulgação do trabalho ganhou manchetes de jornais, *blogs* e destaque nas redes sociais, especialmente em razão do dado estatísticos que, embora seja bastante localizado, acabou ganhando tratamento de estatística nacional.

Após a realização do evento, a liderança religiosa identificou um aumento da demanda por parte de mulheres – membras ou não – que buscaram ajuda e orientação para lidar com a situação de violência que estavam vivenciando.¹⁸ Em razão disso, montou uma equipe para pensar estratégias de atuação e de assistência às mulheres em situação de violência e, como resultado, organizou o projeto com o intuito de trazer o debate de violência de gênero para dentro da igreja. Conforme consta no documento de estruturação do projeto e no *site*¹⁹, o seu objetivo de “despertar o olhar da comunidade para o tema [violência contra a mulher], criar mecanismos para acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino e, através ações sistemáticas ser referência no combate a essa violência” (PROJETO ESPELHO MEU - *Sobre*, 2019, s.p).

A partir da leitura dos objetivos do PEM, é possível identificar o seu alinhamento com algumas premissas feministas como: (i) o empoderamento e o acolhimento feminino, (ii) a

¹⁷ Informações registradas em caderno de campo.

¹⁸ Aqui, o termo liderança religioso compreende pastores e pastoras, mas também pessoas que dirigem grupos temáticos ou departamentos dentro da igreja: Ministério de Mulheres, Ministérios de Crianças por serem as pessoas responsáveis pela seleção de pautas e a organização de eventos, além de atividades de acolhimento e atendimento dos integrantes dos grupos.

¹⁹ Conforme <https://www.espelhomeu.sampa.br/>, Acesso em 27 de nov. 2020.

visibilização das situações de violência, (iii) “acolhimento de mulheres em situação de violência”, (iv) o enfrentamento e o da violência de gênero, e a sua pretensão de ser uma iniciativa referência no combate a violência de gênero não só no ambiente religioso, mas também fora dele. Em razão disso, o PEM institucionalmente está vinculado ao Instituto Coexistência, pessoa jurídica responsável pelas ações sociais da Igreja Betesda.

O PEM fornece com apoio jurídico, psicológico, de assistência social, odontológico, alimentar e de vestuário às mulheres em situação de violência. Assim como trabalha na formação de grupos reflexivos de gênero e promove eventos e palestras para conscientização sobre a temática. A atuação do PEM acontece dentro do espaço religioso, com o debate da temática de violência de gênero. Isso se dá por meio de pregações, palestras, rodas de conversa, dinâmicas de sensibilização ou impacto. Essas atividades são executadas durante os cultos ou eventos realizados pelo PEM e por um suporte técnico e estratégico às mulheres em situação de violência, através dos profissionais voluntários: advogados, dentistas, assistente social, psicológico, entre outros. Além disso, o site e a rede social *Instagram* do PEM funcionam como uma plataforma social e política nas quais o projeto divulga suas atividades e conteúdos relativos às políticas de gênero, mais especificamente da violência de gênero, produzidos pelo PEM ou por outros coletivos engajados na defesa de direitos humanos.

O PEM possui uma parceria com o Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) - Mulheres Vivas, equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizado no bairro do Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo, uma das regiões com maiores índices de vulnerabilidade de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, de 2010²⁰. Através da parceria, o PEM fornece apoio ao CDCM para a manutenção e pequenas reformas do espaço físico, doação de alimentos, vestuários e produtos de higiene, campanhas para demandas específicas, além de palestras e formações sobre temas variados visando a profissionalização das mulheres abrigadas e sobre violência de gênero.

Como se demonstrará na análise dos dados, a liderança do projeto avalia que a igreja se engajou no enfrentamento à violência de gênero. Porém, existem algumas dificuldades a serem superadas internamente. Uma delas diz respeito à comunicação entre o projeto e o corpo pastoral da igreja. Outra é referente ao financiamento do projeto e de suas ações. O Projeto Espelho Meu foi assim nominado a partir da inspiração de uma voluntária do projeto, que também é assistente

²⁰ Disponível em: <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php>, Acesso 20 Dez 2020.

social que integra a equipe de coordenação do projeto, e faz referência a ideia do autorreconhecimento da mulher que se olha no espelho, se enxerga e se percebe. O PEM pode ser entendido como um projeto de militância em prol das mulheres que surge em um contexto de levantes feministas e da efervescência do debate sobre as relações de gênero que reverberam também dentro das comunidades religiosas. A reivindicação de políticas identitárias tem por objetivo propor alternativas emancipatórias para as mulheres que serão capazes de produzir igualdade ou reduzir desigualdades. Com isso, os elementos conceituais feministas são (ou deveriam ser) transitórios para a consecução da promoção de igualdade de gênero, que, uma vez obtida, faria com que as categorias “homens” e “mulheres” fossem superadas e o projeto feminista teria atingido o seu intento.

Observa-se o influxo do ordenamento jurídico e do sistema de justiça na atuação do PEM, pois a gramática jurídica e secular é acionada nas argumentações e exposições públicas das ideias do projeto, com menção à Lei Maria da Penha, ao tipo penal Feminicídio e aos equipamentos da Assistência Social destinados ao acolhimento das mulheres em situação de violência. Para os entrevistados, o Estado, através do Sistema de Justiça e da Assistência Social, fará a recomposição de forças e de poder e proporcionará uma “escuta técnica” e “assistência estratégica” para a mulher em situação de violência. No entanto, também se verifica a articulação de uma gramática religiosa que visa demonstrar a compatibilidade entre o PEM, a Bíblia e o ideário cristão. A figura de Jesus é relacionada como alguém que denuncia as violências e as opressões do seu tempo e o Evangelho é lido como uma proposta emancipadora. Assim, as mulheres evangélicas são orientadas a denunciar a violência, pois o silenciamento pode gerar “normatização da conduta violenta” e o endosso a essa atitude de enfrentamento vem sob o signo da sacralidade do corpo e da vida das mulheres. Ou seja, se opor à violência contra a mulher seria, portanto, um imperativo cristão.

1.6.2. A liderança

O “Projeto Espelho Meu” é dirigido por Gi Reikdal, 50 anos, mãe e educadora e membra da Igreja Betesda há 28 anos, tendo desempenhado outras atividades voluntárias ao longo desse tempo. Ela já foi diretora do Centro Estudantil Betesda Minas Gerais, coordenadora do programa de Educação Social em convênio com a ONG *Compassion Internacional*. Atualmente, além do

Espelho Meu, coordena o ministério de crianças e adolescentes²¹ e é cosupervisora do ministério de Casais e Famílias. Ela é casada com Eliel Batista, supervisor do PEM e pastor da Igreja. Eliel é administrador de empresas e consultor de Recursos Humanos, possui formação em Filosofia e Teologia. Foi Presidente da Casa de Transformação Betesda - MG, ação social desenvolvida pela Igreja na reinserção social de egressos do sistema penal e na recuperação de adictos (álcool e drogas). Além de supervisionar o PEM, ele supervisiona também o ministério de casais e famílias.

Brenda Machado Fonseca, 28 anos, é graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo, mestranda em Administração Pública e Governo na Faculdade Getúlio Vargas. Ela foi uma das minhas principais interlocutoras na fase exploratória de pesquisa, especialmente por ter sido a responsável pela estruturação e escrita do documento que deu origem ao PEM. Ela se define como uma burocrática, trabalha na Prefeitura Municipal de São Paulo e é professora do curso de Serviços Públicos da Escola Técnica do Estado de São Paulo.

Viviane de Castro é graduada em Pedagogia e é *coach*, com experiência em cursos e treinamentos empresariais. E Maria Aparecida Valença, é assistente social, possui especialização em Gestão de Políticas Sociais e, atualmente, é gestora do Instituto Mara Gabrilli, ONG que trabalha com a inclusão social de pessoas com deficiência. A Monica Del Marco é graduada em artes plásticas, pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo, foi cenógrafa e figurinista teatral, atualmente arte educadora, artesã,icineira e contadora de histórias. E, por fim, Marcelo Bergamini, graduado em Economia com especialização em Recursos Humanos, também é fotógrafo. É ele foi responsável pela comunicação e identidade visual do projeto na rede social. No site do Projeto Espelho Meu, na aba “Equipe”²² é possível encontrar uma foto e pequena biografia de coordenação do projeto, além de fotos de outros voluntários.

Pelas informações públicas do projeto, foi possível identificar que as pessoas integrantes da equipe de coordenação possuem um alto nível de escolaridade, embora nenhum deles apresente formação acadêmica específica com relação aos estudos de gênero e de violência. Todos eles atuam como voluntários, ou seja, não recebem para desempenhar as atividades do

²¹ Ministério é um departamento temático dentro da organização das igrejas. A setorização tem o objetivo de dividir as tarefas que são realizadas dentro da igreja, de maneira de um grupo de pessoas fica responsável pelo o tema e a forma com que ele vai ser trabalhado junto à comunidade. Por exemplo: o ministério de louvor é o grupo responsável pela parte musical dos cultos e das atividades da igreja; o ministério das crianças é o grupo responsável pelo cuidado e ensino bíblico das crianças.

²² Conforme <https://www.espelhomeu.sampa.br/equipe>, Acesso 27 Nov 2020.

PEM. De acordo com as informações obtidas na fase exploratória da pesquisa, em razão da ausência de formação específica, a liderança do projeto buscou orientações de pessoas com expertise na temática, dentre elas a Valéria Vilhena e a Celina Simões, coordenadora do Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) - Mulheres Vivas, de Campo Limpo, São Paulo. Além disso, existe um investimento intelectual na temática com a realizando formações, participado de encontro e atividades organizadas por outros coletivos e instituições com o intuito de se aprofundar no debate.

Embora as pessoas integrantes da equipe reconheçam a si mesmas como feministas – incluindo os homens – e o projeto também é identificado como feminista, elas e eles evitam utilizar o termo feminista nas comunicações oficiais como estratégia para não afastar mulheres e homens que não simpatizam com o movimento feminista. Segundo um interlocutor, existem pesquisas que indicam que o uso dos termos gênero, feminismo e direitos humanos gera resistência em parte do público. No entanto, reconhecem que o fato de se afirmarem feministas faz com que mulheres e homens queiram se aproximar e entender mais o motivo dessa posição política, o que se eles acreditam que se dê em razão do “elo de confiança que possuem com as membras e membros da Igreja Betesda”.

Tendo apresentado toda a trajetória de pesquisa e da igreja, além da breve descrição da trajetória da liderança do PEM, passo, no próximo capítulo, a apresentar o conceito de gênero e de violência de gênero e reconstruir como a relação entre movimentos sociais feministas e de mulheres e a mobilização do direito²³ como instrumento de combate e enfrentamento à violência contra a mulher culminou na edição da Lei Federal n. 11. 340 de 2006 (Lei Maria da Penha) e, posteriormente, na Lei n. 13.104 de 2015 (Lei do Feminicídio). A leitura desses antecedentes teóricos e históricos serão importantes para o momento da análise do PEM.

²³ A expressão é tradução do inglês legal mobilization. No Brasil, os estudos sobre o tema têm utilizado variadas formas de tradução: “mobilização legal”, “mobilização jurídica”, “mobilização do direito”. Assim com Débora Maciel adoto a expressão mobilização do direito porque o ‘direito’ é mais amplo que a ideia de ‘lei’. Nas palavras da referida autora (2011, p. 106): “o direito como fenômeno social não se restringe, ou não se esgota, na sua forma legal que é apenas uma das suas expressões possíveis”. MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-112, Out. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 Jan. 2021

2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO: CONCEITO, DEBATES E O PAPEL DA IGREJA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar conceitos e linhas teóricas que orientam esta dissertação. O conceito de gênero, violência de gênero e enfrentamento à violência serão expostos e problematizados no presente capítulo, uma vez que são alicerces teórico desta pesquisa. Igualmente, apresento o histórico de mobilização dos movimentos feministas e de mulheres²⁴ no enfrentamento à violência de gênero, o advento da Lei Maria da Penha e do Feminicídio, que são o pano de fundo do surgimento do PEM. O projeto e as discussões que estão sendo feita na e pela Igreja Betesda não são articulados ao acaso, mas estão situados num contexto de levantes feministas²⁵ e a efervescência do debate público sobre desigualdades de gênero e violência.

2.1. Gênero: conceito e aplicação

O conceito de gênero foi formulado pelas Ciências Sociais com objetivo de nominar a construção social do sexo e das diferenças entre o que é atribuído à mulher e ao homem. Simone de Beauvoir, em sua obra “O segundo sexo”, de 1949, já questionava as relações sociais estruturadas na diferença biológica entre homens e mulheres, por entender que a noção de mulher assim como de homem são construção social. Ou seja, recebem significados sociais realizados pela sociedade. A problematização colocada pela filósofa inspirou outros estudos e trabalhos, abrindo caminho para o campo de estudos de gênero.

Nas palavras de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um

²⁴ Embora seja possível identificar semelhanças na atuação política desses grupos, identidade de pautas, por exemplo: o direito ao corpo, a autonomia, a emancipação das mulheres e a luta contra o patriarcado; academicamente existe distinção formal entre eles. Os movimentos de mulheres são entendidos como aqueles formados majoritariamente por mulheres “que visam à transformação da realidade social, de carências econômicas e/ou das opressões sócio-política e cultural” (GOHN, 2001, p. 25). Ao passo que os movimentos feministas possuem “um conjunto mais restrito de discursos e de práticas que dão prioridade à luta das mulheres, propõem um projeto de sociedade alternativa e colocam como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome dos princípios de igualdade, de equidade e de justiça social” (DESCARRIES, 2002, não paginado).

²⁵ Chamo de levantes feministas o conjunto de atos de insurreição: protestos, manifestações cuja temática é a opressão das mulheres e a denúncia e oposição às desigualdades de gênero.

indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Gayle Rubin (1975) foi a primeira intelectual a mobilizar o conceito de gênero, a partir da leitura e problematização da obra de Lévi Strauss intitulada “As estruturas elementares do parentesco” (1949), sobre o tabu do incesto e o sistema de parentesco. A antropóloga definiu o “sistema sexo/gênero” enquanto o “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 3). Segundo Rubin (1975, p.3), o sistema de parentesco, ao organizar os casamentos proibindo o incesto – regras de quem pode se casar com quem e quem não –, transformou a “fêmea” (sexo) em “mulher domesticada” (gênero) e o “macho” (sexo) em “homem dominador”. Rubin (1975) também faz referência ao “patriarcado”, como ideologia na qual o “homem dominador”, categoria socialmente construída, é considerando superior à mulher e é o responsável por estabelecer as regras sociais.

Com isso, Rubin concluiu que o sistema de parentesco – que é uma construção social e cultural – criou gênero que é um simbólico da ideia fragilidade, submissão e subordinação feminina, a partir do qual as relações sociais são constituídas e, conseqüentemente, criou a divisão sexual do trabalho, o controle da sexualidade:

[...] uma “mulher” esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não lideram, e na qual as mulheres não falam com deus (RUBIN, 1975, p. 9).

Posteriormente, Joan Scott (1995) aprofundou a formulação de Rubin, e definiu a seguinte ideia: “gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. (SCOTT, 1995:13). A historiadora, ao mobilizar o conceito de “gênero” pretendeu afastar todos os determinismos biológicos acerca da mulher e do homem, e nisso reside o avanço teórico por ela produzido²⁶. A

²⁶O conceito de gênero formulado por Scott foi considerado como um avanço em relação à categoria mulher (PISCITELLI, 2002). É importante pontuar que os estudos de gênero abrangem os estudos sobre as mulheres, mas mulheres e gênero não sinônimos. No entanto, a teorização de gênero é controversa dentro dos movimentos feministas porque a categoria “gênero” teria substituído e invisibilizado a categoria mulher e a opressão feminina, neutralizando os debates acerca da desigualdade entre homens e mulheres (COSTA, Ana Alice & SARDENBERG, Cecília, 1994,). Destaco que, para os propósitos deste trabalho, considero úteis as definições propostas por Scott (1990) e Rubin (1978).

compreensão de que gênero é uma construção social e cultural acerca dos corpos sexuais e que visa atribuir diferentes papéis a homens e mulheres rendeu muitas reflexões e pesquisas para o campo dos estudos feministas e de gênero, como no caso desta pesquisa.

Outra importante contribuição sobre o conceito de gênero está na obra *Problemas de Gênero* (2003), de Judith Butler. A filósofa, revisitando (e desestabilizando) o conceito formulado por Scott, sustenta que o corpo e o sexo são discursivamente construídos e, por isso, não possuem significados anteriores ou fora da cultura. Isto é, sexo e corpo também são construção social e cultural: "se o corpo é uma situação, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meios de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica, pré-discursiva" (BUTLER, 2003, p. 27).

Além disso, Butler (2003) questiona a estabilidade e universalidade da categoria "mulher", por ser insuficiente para análise e teorização do que é ser mulher, em razão da pluralidade e da complexidade da experiência de gênero; assim como faz crítica às ações políticas feministas centradas na noção de gênero, uma vez que tais práticas invisibilizam grupos de mulheres dentro do feminismo e na sociedade. Nas palavras dela:

"se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida." (BUTLER, 2003, p. 20).

Butler (2003) defende a mobilização de outras categorias de análise (por exemplo, classe social, raça, religião, geração, nacionalidade) para juntamente com a noção de gênero tentar dar conta da diversidade e complexidade das experiências do que é ser mulher; assim como outras possibilidades de ação política e projeto de sociedades são cotejados.

As formulações teóricas e críticas dos feminismos negros encampada por acadêmicas estadunidenses²⁷, em igual sentido com a crítica de Butler, destacam o racismo como um sistema de opressão e um elemento analítico a ser considerado para se pensar as experiências vividas por mulheres negras, nas sociedades racializadas, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. E as teorias feministas pós-coloniais ou do Sul destacam a importância da articulação de gênero – com classe social, raça, geração, escolaridade –, mas também com a religião e a nacionalidade,

²⁷ Sobre o feminismo negro ver Angela Davis (1981[2016]) e Kimberlee Crenshaw (1989).

uma vez que colonialismo, o imperialismo e a religião estavam/estão intrinsecamente associados ao patriarcado e controle dos direitos das mulheres nas sociedades coloniais.

Neste trabalho, compreendo e mobilizo o conceito de gênero como produto de uma construção histórica e, portanto, não naturalizada e imutável, assim como entendeu Scott (1994). Considero três pontos importantes para a sua aplicação do conceito de gênero, a saber: o seu aspecto relacional, as relações de poder e a sua transversalidade (IZUMINO, 2004, p. 83). O aspecto relacional funda-se na ideia de que os comportamentos feminino e masculino são definidos anteriormente pela cultura e apreendidos pelos sujeitos, que se relacionam entre si com base nas formulações, ou seja, um papel social é exercido em relação ao de outro. No que se refere às relações de poder, entendo que homens e mulheres exercem poderes, ainda que de maneira desigual em razão das hierarquizações de gênero produzidas pelas sociedades, tal como expôs Foucault (1999, p. 35). Por fim, a transversalidade que considera que as formulações de gênero recebem influência política e social das diferentes instituições existentes na sociedade.

A decisão de estudar gênero articulado com religião está fundamentada nas teorias de gênero contemporâneas que articulam a categoria com outros marcadores sociais da diferença. O marcador “religião” é mobilizado nesse trabalho levando em conta sua ambiguidade: se para algumas pessoas a religião pode ser considerada como fonte de alienação e atraso, para outras pode ser instrumento de resistência e catalizador de mudanças (ROSADO, 2015; MACHADO, 2008).

Neste trabalho, a religião será abordada sem essencialismos e binarismos. O que significa dizer que não atribuí previamente nenhuma noção ou qualidade constitutiva ao marcador religião, do tipo religião é boa ou religião é má. Aqui, pretendi identificar como o marcador “religião” é identificado pelas mulheres integrantes do Projeto Espelho Meu e como/se ele subsidia ações práticas do projeto. Essa postura metodológica guarda relação com o pensamento e a produção acadêmica de pesquisadoras e intelectuais feministas pós-coloniais ou do Sul que fazem críticas ao universalismo e a hegemonia do pensamento anglo-europeu. De acordo com a crítica feita por essas intelectuais, as teóricas feministas do Norte Global leem as mulheres do terceiro mundo de maneira essencializada e se reduzem a binarismos típicos do pensamento anglo-europeu, como, por exemplo, mulheres/homens; negro/branco; elite/povo; secularismos/religioso, entre outros. Essas críticas podem ser encontradas nos trabalhos de Spivack, 1985; Mohanty, 1984, 2003; McClintock, 1992; 1995; Rosado, 2015; Bahri, 2013; Mahmood, 2006.

Oportunamente, destaco a crítica feita por Chandra Mohaty (1984), no artigo “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”:

Desde que as discussões dos vários temas que eu identifiquei anteriormente (por exemplo, o parentesco, educação, religião etc.) são conduzidos no contexto do relativo ‘subdesenvolvimento’ do Terceiro Mundo (que é nada menos do que injustificadamente o confuso desenvolvimento com um caminho separado tomado pelo ocidente em seu desenvolvimento, bem como ignorando a direcionalidade da relação de poder primeiro-terceiro mundo), as mulheres do terceiro mundo como um grupo ou categoria são automaticamente e necessariamente definidas como: religiosas (leia-se ‘não progressista’), orientadas para a família (leia-se ‘tradicional’), menores legais (leia-se ‘elas-são ainda-não-conscientes-de-seus-direitos’), analfabetas (leia-se ‘ignorantes’), domésticas (leia-se ‘atrasadas’) e, algumas vezes, revolucionárias (ler ‘o seu país-está-em-um-estado-de-guerra-onde-há que-lutar!’). Isso é como a ‘diferença de terceiro mundo’ é produzida (MOHANTY, 1984, p. 352)

É inegável que o cristianismo tem papel relevante na constituição do modelo patriarcal desenvolvido no Brasil e em toda a América Latina, fruto da colonização ibérica, empreendimento sustentado ideologicamente pela Igreja Católica Romana, e pela estreita relação entre a Igreja e o Estado (ORO, 2008; MACHADO, 2008). O cristianismo, enquanto ideologia que justificou a racionalidade colonial, sustentou as assimetrias de poder entre os colonizadores e os colonos e fortaleceu a construção de identidades nacionais e dos papéis sociais de gênero (MACHADO, 2008). No entanto, a prática religiosa não é monolítica e assumir uma posição previamente de rechaço à religião poderia inviabilizar a compreensão e análise da realidade do Projeto Espelho Meu.

Uma vez definido o conceito de gênero e sua aplicação, torna-se necessário apresentar algumas reflexões sobre o conceito de violência para que no curso da confecção deste estudo se estabeleçam as conexões entre eles.

2.2. Violência de gênero contra as mulheres²⁸

No Brasil, o conceito de “violência de gênero contra as mulheres” foi elaborado conceitual e metodologicamente pelos movimentos feministas e de mulheres como um problema social, cultural e político - e não biológico, no qual atos violentos são dirigidos às mulheres em razão da sua condição de mulher (BANDEIRA, 2014, p. 449). É considerado ato violento o sofrimento e as agressões de ordem física, psíquica, emocional patrimonial e moral dirigidos especificamente às mulheres ou ao corpo feminilizado de uma relação, seja no ambiente privado ou no ambiente público (BANDEIRA, 2014, p. 449).

Alguns desses atos violentos são reputados normais ou tolerados socialmente por serem corriqueiros. A desnaturalização da violência contra as mulheres e a retirada dessa questão da esfera privada para a pública, nominando e visibilizando as violências, têm sido motivo de luta política e reivindicação dos movimentos feministas e de mulheres (CAMPO; SEVERI, 2019, p. 967).

Desde 1960, os movimentos feministas e de mulheres têm lutado para a inclusão do debate sobre, inicialmente, “violência contra as mulheres” (VCM) na agenda política²⁹ das violações de Direitos Humanos. Em razão do enfrentamento à ditadura militar (1964-1985), os referidos movimentos se rearticularam e se organizaram com objetivo de redemocratizar o país, mas não só, o momento permitiu o debate sobre a ampliação da cidadania para as mulheres e, dentro disso, a pauta sobre violência contra as mulheres ganhou destaque para além do ambiente universitário, conquistando penetração social em vários setores da sociedade, inclusive entre as organizações comunitárias e segmentos da igreja católica (CAMPOS; SEVERI, 2019, p. 967; MORAES & SORJ, 2009).

No entanto, somente em 1993, a violência contra as mulheres passou a ser considerada como violação de direitos humanos (BARSTED, 2011, p. 20-23). Também no início dos anos 90,

²⁸ No presente trabalho, apresento diretamente o conceito de violência de gênero contra as mulheres, seu contexto social e histórico, bem como as especificidades dos tipos de violência de gênero. Isto porque, o debate filosófico e sociológico e jurídico da “violência” *lato sensu*, é demasiado extenso e, a meu ver, dispensável para os fins desse trabalho. A violência é um fenômeno social complexo, podendo designar diferentes situações dependendo do contexto social e do momento histórico em que se está observando. Caso seja do interesse aprofundar nos debates sobre violência ver os trabalhos de Marilena Chauí (1998), Minayo (1994), Arendt (2009) e Foucault (1979).

²⁹ Agenda política é o conjunto de problemas reputados como relevantes resultado da ação política de atores sociais, como, por exemplo, os movimentos sociais, partidos políticos, mídia e os políticos. A primeira etapa de formulação de políticas públicas consiste na formação da agenda, ou seja, a elaboração de uma questão como problema que merece ser debatido e enfrentado politicamente. (SOUZA, 2006).

a denominação para o fenômeno passou a ser “violência doméstica contra a mulher” (VDM). E, no final da década de 90, com a inclusão da categoria “gênero” no debate feminista e na análise das relações entre homens e mulheres, aconteceu uma expansão do campo teórico, o que teve efeitos também os estudos sobre violência contra as mulheres. Com isso, o conceito de violência doméstica contra a mulher foi atualizado para “violência de gênero” (SANTOS e IZUMIRO, 2005, p. 03; BANDEIRA, 2014, p.449-453) e “violência doméstica de gênero”. (PARIZOTTO, 2018).

Santos e Izumino (2005) realizam uma revisão dos referenciais teóricos utilizados nos estudos da violência que envolve mulheres, e identificam três correntes de pensamento:

A primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 02).

A primeira corrente que se referem as autoras, intitulada “dominação masculina”, tem Marilena Chauí como principal expoente. No texto “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” (1985), Chauí argumenta que a violência contra as mulheres é uma ideologia produzida por homens e mulheres, o que gera dominação masculina e opressão feminina. A filósofa entende as mulheres como cúmplices desse fenômeno, ou seja, com alguma parcela de responsabilidade.

A segunda corrente chamada de “dominação patriarcal” encontra na produção de Heleieth Saffioti seu fundamento teórico. Em “A Mulher na Sociedade de Classes” (1985), Saffioti³⁰ entende que as mulheres estão submetidas aos homens, em razão da cultura machista e capitalista e, diferentemente de Chauí, não compreende a mulher como cúmplice. De acordo com Santos e Izumiro (2005), Heleieth Saffioti foi a primeira intelectual a utilizar a categoria violência de gênero, empregando-a como gênero, do qual violência doméstica é espécie:

Saffioti define violência de gênero como uma categoria de violência mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Segundo a autora, a violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser

³⁰Ver também Saffioti, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. (SAFFIOTI, 2004, p.69 apud SANTOS e IZUMINO, 2005, p.11).

A terceira corrente denominada relacional foi defendida por Maria Filomena Gregori (1993a; 1993b). A antropóloga sustenta que as concepções fixas e cristalizadas acerca das mulheres, dos homens e da violência contra a mulher são insuficientes para compreensão do fenômeno (GREGORI, 1993b, p. 143). Segundo Gregori, a violência de gênero contra as mulheres como a manifestação do conflito, nas palavras dela: “de um lado, o interesse do agressor, do dominador, o desejo de mando e, de outro, o interesse da mulher”. (GREGORI, 1993, p. 183).

Tanto Chauí (1985) quanto Gregori (1993) desestabilizaram o papel de vítima atribuído às mulheres. Ambas as intelectuais entendem que as mulheres são parte do conflito, esses entendimentos causaram bastante controvérsia e sofreram críticas sob a alegação de que as autoras estavam responsabilizando as mulheres pelas agressões sofridas. No entanto, tais estudos também são considerados um ganho para o campo dos estudos da violência de gênero, pois permitiram novas abordagens e ângulos de análise. Nesse sentido:

Defendemos uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder não de forma absoluta e estática, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como quer-nos fazer crer a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual. (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 14).

A práxis feminista também foi contemplada pela perspectiva relacional da violência contra as mulheres. A compreensão de sujeitos da relação (homens e mulheres) exercem poder, ainda que em medidas desiguais, permitiu retirar as mulheres do lugar estático e cristalizado de vítima, e visibilizar as agências e os movimentos feitos por essas mulheres em busca de alternativas de superar e romper com o ciclo violência. (VILLELA et al., 2011). Com isso, os termos “agressor” e “vítima” foram atualizados para “autor da agressão” ou “homem autor de violência” e “mulher em situação de violência”.

A mobilização da categoria “gênero” permite aprofundamento analítico das situações de violência e a percepção de que os atos de violência são dirigidos às mulheres, em razão das assimetrias de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres, como mecanismo de manutenção de relações políticas na família, no trabalho e em todas as esferas da vida social (BANDEIRA, 2014, p. 450; CAMPOS; SEVERI, 2019).

Para os fins dessa pesquisa, utilizo “violência de gênero” contra as mulheres por entender que essa perspectiva teórica permite visibilizar a construção social, cultural e religiosa das diferenças sexuais e os papéis atribuídos aos corpos sexuados, afastando-se de determinismos biológicos; assim como compreender que: “ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes” (BANDEIRA, 2014, p. 451).

A violência de gênero contra a mulher será compreendida como uma violação de direitos humanos, e segundo o conceito constante no artigo 1º da Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994):³¹ “violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.” Este conceito é amplo e compreende os diversos tipos (espécies) de violência de gênero contra a mulher: (i) violência doméstica, (ii) violência sexual e exploração de mulheres, adolescentes e meninas, (iii) assédio moral e assédio sexual no trabalho, (iv) o tráfico de mulheres; e (v) a violência institucional³². De acordo com Bandeira (2014, p. 460), a violência de gênero contra a mulher é um “fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física” e afeta todas as mulheres, independentemente de classe social, raça, religião, idade e escolaridade. Quando articulada com estes marcadores sociais das desigualdades ou outros sistemas de poder, as relações desiguais de gênero produzem diferentes formas de desigualdade nos diferentes espaços: no doméstico, no trabalho, nas religiões e nas profissões. (SEVERI, 2017, p. 41)

A presente pesquisa volta-se para a análise do PEM no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. Como a violência doméstica é pauta recorrente do projeto, valho-me do conceito de violência doméstica constante no artigo 5º da Lei Maria da Penha³³, segundo o qual violência doméstica ou familiar contra a mulher é toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da

³¹ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, adotada em 1994 e ratificada pelo Estado brasileiro em 27 de novembro de 1995.

³² Entende-se por violência institucional a ação ou omissão das instituições, nas quais mulheres sofram tratamento discriminatório, humilhante ou degradante; e aquelas mulheres em situação de violência sejam “revitimizadas”, julgadas e não tenham sua autonomia respeitadas. São exemplos de instituição: Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia, Escola, Universidade e a Igreja.

³³ A Lei Maria da Penha é um marco legislativo e civilizatório importante resultado da luta e reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, o que será apresentado mais detidamente na próxima seção.

unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006).

Os estudos sobre violência contra as a mulheres indicam que ela é aprendida durante a socialização primária, que é a etapa em que os indivíduos aprendem e assimilam as regras que organizam a sociedade em que estão inseridos; e, posteriormente, o que foi aprendido é incorporado, reproduzido nos espaços de socialização secundária (BANDEIRA, 2014, p. 461). Assim, instituições sociais (por exemplo, a família, igreja, Estado, escola e mídia) ao criarem uma representação social da imagem da mulher subordinada ao homem, influenciam a construção social dos sujeitos e, conseqüentemente, a perpetuação das desigualdades entre gêneros que gera violência contra a mulher (SCOTT, 2018; BANDEIRA, 2014; SEGATO, 2003).

Na seção seguinte, analiso a relação entre violência de gênero e as representações cristãs de gênero, a fim de identificar padrões de gênero estabelecidos pelo discurso religioso cristão evangélico e sua eventual relação com a violência. O objetivo é construir um suporte teórico para análise do PEM que será feita no último capítulo dessa dissertação.

2.2.1. Violência de gênero contra as mulheres e as representações cristãs de gênero

O processo de colonização da América Latina³⁴ foi sustentado ideologicamente pela Igreja Católica Romana sob pretexto de cristianização do mundo, consistente na conversão de populações ao cristianismo a fim de que fossem “salvas”. Com isso, as expansões marítimas europeias, ao longo dos séculos XV-XVIII, tinham motivação de ordem econômica, o arroubo de conquistar terras e riquezas naturais, mas também de ordem religiosa, que se traduzia no desejo de expansão do catolicismo E, mesmo após à constituição dos Estados Nacionais, a Igreja Católica continua desempenhando um papel importante na região, haja vista que muitos dos países adotaram o catolicismo como religião oficial (ORO, 2007; MACHADO, 2008).

No Brasil e nos demais países da América Latina, o cristianismo exerceu papel fundamental na consolidação das assimetrias de poder entre os colonizadores e os colonos, fortaleceu a construção identidades nacionais, e influenciou a construção dos papéis sociais de

³⁴ A América Latina é composta de 20 países, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Haiti, Honduras, Guatemala, El Salvador, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Importante registrar que Porto Rico não integra a América Latina em razão de ser um protetorado dos Estados Unidos da América.

gênero e do padrão de família (MACHADO, 2008). Com relação aos papéis de gênero feminino, a doutrina cristã relegou a mulher europeia branca ao ambiente doméstico, submissa ao domínio do homem branco europeu colonizador. Por sua vez, a mulher africana negra foi destituída de humanidade pelo discurso religioso e relegada à escravidão, objetificada e colocada como propriedade do homem branco europeu colonizador³⁵.

Partindo da constatação de que o cristianismo foi igualmente importante na formação social de países protestantes, como Inglaterra e os Estados Unidos da América, este último, que foi colônia inglesa, Gayle Rubin (1989) examinou as sociedades estadunidense e inglesa, e identificou relação entre a moralidade religiosa cristã ascética e a legislação civil, especialmente, sobre o sexo. Segundo a autora (1989), os conflitos contemporâneos relativos à sexualidade têm relação com as disputas religiosas do final do século XIX, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. O período ao qual se refere a pesquisadora ficou conhecido como Era Vitoriana por corresponder ao reinado da Rainha Vitória na Inglaterra, marcado pelos rígidos costumes, fundamentalismo religioso e moralismo social e sexual que buscava controlar o corpo feminino e normatizar o comportamento sexual, por intermédio de campanhas em defesa da castidade, contra a masturbação, a pornografia e a literatura obscena.

O filósofo Renato Nogueira, em “Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual” (2018), faz uma análise das mitologias grega, iorubás, judaico-cristão e guaranis, e a sua influência na construção social da mulher brasileira contemporânea e dos papéis sociais de gênero. O autor sustenta que a mitologia judaico-cristã e a Bíblia³⁶ são um arcabouço importante na história e na cultura ocidental, pois influenciam modos de ser e estar no mundo de homens e mulheres (2018, p. 115-134). Em razão disso, Nogueira se debruça sobre alguns textos bíblicos³⁷, nos quais pode se identificar padrões de comportamento atribuídos ao sexo feminino e masculino.

De acordo com a narrativa bíblica, a história humana começa a partir de uma família, formada por Adão, Eva, e seus dois primeiros filhos, Caim e Abel. Adão é o primeiro ser humano criado e tem a responsabilidade de administrar a terra, cuidar e proteger sua família. Por sua vez, Eva é criada a partir da costela de Adão e tem como missão ajudá-lo. A humanidade desanda

³⁵ Humanidade e escravidão

³⁶ A Bíblia é o conjunto de livros sagrados cristãos.

³⁷ O autor faz referência aos versículos bíblicos contidos nos seguintes livros: Eclesiastes 25:26; I Timóteo 2: 11-14; Efésios 5:22-24.

quando Eva desobedece a Deus e influencia Adão a fazer o mesmo. A desobediência ou o “pecado original” seria consequência da insubordinação da mulher e da sua capacidade de manipular os homens. Como castigo à desobediência, Deus pune as mulheres com as dores do parto.

Nesta estória está concentrada o mito fundante dos humanos individualmente considerados e da construção da vida em sociedade no planeta. O mito da criação dá conta dos papéis de gênero na sociedade, e justifica a manutenção destes lugares pré-estabelecidos por convicções religiosas. Ao se debruçar sobre esta narrativa, Noguera (2018, p. 128), sustenta que ela enseja a ideia de que mulheres são manipuladoras, impulsivas e, por isso, devem ser controladas e dominadas sob pena de colocar a humanidade em risco. Noguera confronta o texto de Gênesis, com outros mitos fundantes. Analisando os textos apócrifos³⁸ e o Talmude, que é uma coletânea de comentários do livro sagrado dos judeus, o autor identifica que antes de Eva existiu outra mulher chamada Lilith. Ela teria sido criada por Deus junto com Adão a partir do barro e não teria aceitado se submeter a Adão durante o ato sexual e, por isso, foi considerada rebelde e expulsa do paraíso.

Noguera conclui que (2018, p. 123): "A recusa de Lilith em reconhecer a superioridade masculina é um obstáculo às religiões patriarcais" e "um motivo para Lilith ter desaparecido de Gênesis é histórico e político" (idem, p. 124) e conclui que "Se Lilith ameaça o postulado do patriarcado, a menção a ela e o reconhecimento da sua presença podem trazer muitos transtornos" (idem, p.124). E acrescenta que a escolha de inclusão de textos na Bíblia é fruto de uma decisão política da Igreja Católica, que é uma instituição dirigida por homens. Ou seja, é uma “escolha política” de um padrão a ser “vitorioso” na formação de comunidades humanas.

Nessa perspectiva, Silvia Geruza Rodrigues (2011), que também é pastora da Igreja Betesda de São Paulo conforme apresentado no capítulo anterior, expõe que o discurso e o ensino religioso são pensados por homens, e serviram para produzir desigualdades, hierarquizando o homem acima de toda criação divina. Em suas palavras: “[como se ele fosse] um cidadão de primeira classe, escolhido para dominar não somente os animais e a terra, como também a mulher” (RODRIGUES, 2011, p.11). É importante ressaltar que alguns cristãos consideram a Bíblia e as histórias nela contidas como uma verdade inquestionável, enquanto outros cristãos

³⁸ São textos que não integram a Bíblia, apesar de narrarem histórias similares com as dos textos religiosos contidos nela.

acreditam ser apenas um mito³⁹(CUNHA, LOPES, LUI, 2017). De todas as formas, ambas as perspectivas produzem efeitos históricos, sociais e políticos sobre a vida de mulheres.

Saffioti (2004, p. 23) sustenta que o discurso cristão conduz a mulher à culpa e ao sofrimento, por ser responsabilizada por males decorrentes da desobediência.⁴⁰ Além disso, em entrevista concedida à Mendes (2011), Saffioti disse ser imprescindível o estudo das religiões para pensar a realidade brasileira e políticas públicas, com destaque ao cristianismo: “As pessoas são cristãs, protestantes ou católicas, católicas ortodoxas ou católicas brasileiras, se curvam ou não se curvam aos princípios religiosos etc. Estamos entupidos de cristianismo e isso representa uma face do fundamentalismo. Odeio fundamentalismos” (MENDES, 2011, p. 156).

Del Priore (1993) procede uma investigação da condição feminina, da maternidade e das mentalidades no Brasil Colônia e aponta que os corpos femininos sempre causaram inquietude e desconfiança, em razão dos “mistérios” que a gestação e menstruação representavam à época⁴¹. E os “mistérios” do corpo feminino eram explicados pelo discurso cristão católico como castigo pela da desobediência de Eva que influenciou Adão a comer o alimento proibido.

Igualmente, Araújo (2012) destaca que a transgressão de Eva era rememorada e utilizada para demonizar e controlar os corpos femininos:

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predisponha fatalmente à transgressão, e esta, na medida extrema, revelava-se na prática das feitiçarias, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por Satanás. (ARAUJO, 2012, p.46).

Além de Eva, a figura de Maria e o seu status de mãe de Jesus também é acionada como representação de gênero feminino. A experiência de maternidade de Maria, marcada pelo sofrimento de presenciar a morte de seu filho Jesus, e a sua castidade são mobilizadas como argumento moral e moralizante das condutas femininas e um ideal que deve ser seguido pelas mulheres. Por exemplo, espera-se que a mulher seja boa mãe, boa esposa, cuidadora, submissa, boa dona de casa. No entanto, o amor materno também é um mito construído com o objetivo de preservação e conservação a descendência (BADINTER, 1985).

³⁹ Na definição de Nogueira (2018, p. 14): “o mito é uma explicação da realidade que narra o nascimento do mundo, do ser humano e de como ele deve viver e encontrar sentido para a sua existência. Um mito é sempre uma história.”

⁴⁰ SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

⁴¹ A título de informação, somente no século XVIII foi que a medicina só descobriu que a gestação e a menstruação estavam associadas a processo de ovulação feminina (Perrot, 2012, p. 63).

A relação entre violência de gênero e religião tem sido objeto de diversos estudos no Brasil. Sandra Duarte (2006, p. 18), considera que no País “a religião – particularmente o cristianismo, como instituição produtora de sentido – é um campo fértil para a discussão da violência de gênero” (2006, p. 18). A autora sustenta que a violência de gênero guarda intrínseca relação com o cristianismo, em razão das representações sociais forjadas pelo sistema simbólico religioso, que conformam as identidades de gênero, atribuindo papéis sociais aos corpos sexuados. Nas palavras dela: “As representações religiosas de gênero, na medida em que produzem e reproduzem lugares diferenciados de poder de acordo com o sexo biológico, sacralizam a desigualdade de gênero” (DUARTE, 2006, p. 18). No mesmo sentido, Ivone Gebara (2000, p. 125) afirma que: “a violência contra a mulher está relacionada com o discurso da religião cristã, visto que esta expressão religiosa tem apoiado a subordinação da mulher a partir das doutrinas que legitimam e sacralizam o sacrifício e o sofrimento”.

Valeria Cristina Vilhena (2009) em estudo realizado junto a mulheres evangélicas em situação de violência identificaram a igreja como um agente capaz de influenciar mulheres em situação de violência a continuar na relação agressiva ou a romper com ela. Isto porque, apesar do processo de secularização, a religião ainda é um organizador social importante no ocidente (DUARTE, 2006, p.19-21). As pesquisas sinalizam que a ambivalência das igrejas na gestão das situações de violência de gênero. De um lado, as representações de gêneros cristãos do “ser mulher” pode ser um obstáculo à implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres quando tais representações reificam a ideia de subordinação feminina. Além disso, algumas igrejas espiritualizam a situação de violência, atribuindo a agressão à ação demoníaca ou ao castigo de deus pela falha de Eva, colocando como solução a adoção de práticas religiosas como o jejum e a oração:

A violência do agressor é combatida pelo ‘poder’ da oração. As ‘fraquezas’ de seus maridos são entendidas como “investidas do demônio” então a denúncia de seus companheiros agressores as leva a sentir culpa por, no seu modo de entender, estarem traindo seu pastor, sua igreja e o próprio Deus. (VILHENA, 2009, p. 94).

De acordo com Silva (2013), a crença de que a atitude violenta acontece em razão da influência do “demônio”, retira do autor da agressão a responsabilidade pelos atos e o coloca no papel de vítima, afetando a noção de tolerância com a agressão e pode fazer com que a situação de violência se perpetue por muito tempo, na esperança de que o autor da agressão seja liberto espiritualmente. Machado (1996) afirma:

A Associação dos” desvios morais “com a intervenção das forças demoníacas na personalidade dos indivíduos, possibilitando que os pentecostais retirem do desviante a responsabilidade por suas ações e estimulem a compreensão e tolerância por parte dos familiares e da comunidade religiosa (MACHADO, 1996:44).

As análises indicam também que as religiões podem vir a ser aliadas desde que se propõe ressignificar os papéis sociais de gênero e a desnaturalizar a ideia de violência contra a mulher. Vilhena (2009, p. 75) propõe que: “A superação das tradições culturais, religiosas e teológicas, que discriminam e fortalecem uma socialização de gênero desigual e definidas para cada sexo, devem fazer parte da agenda de indivíduos e instituições familiares, educacionais e religiosas, na busca de erradicar violências contra as mulheres.”

Duarte & Oshiro (2018) destacam o papel das igrejas no enfrentamento à violência de gênero. Segundo as autoras, o ambiente religioso pode ser um espaço de ressignificação da experiência de dor, empoderamento e fortalecimento da autoestima:

Os diversos relatos de nossas entrevistadas e a forma como elas atribuíram à experiência religiosa a sua força para romper com o ciclo de violência e superar os abusos sofridos, são indicadores de que a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica passam também pelo investimento em parcerias entre o poder público e as religiões (DUARTE & OSHIRO, 2018, p. 216).

As pesquisadoras Duarte e Oshiro (2018, p.215-216) defendem que o enfrentamento à violência de gênero contra a mulher deve ser multiforme, sendo realizado através da legislação e sistema de justiça, também de políticas públicas implementadas pelo sistema de assistência social, saúde e educação. Ainda, as pesquisadoras acreditam que a sociedade civil e a iniciativa privada podem dispensar atendimento qualificado às mulheres em situação de violência e promover campanhas educativas sobre a temática. Além disso, elas alertam que as destinatárias das políticas públicas são múltiplas e possuem bagagem histórica e social distintas e que o êxito das ações demanda pensar e repensar os sentidos de gênero que circulam na sociedade e a criação de gramáticas capazes de comunicar com as diversas realidades (2018, p. 216).

2.3. O conceito de enfrentamento à violência de gênero

O conceito de enfrentamento adotado neste trabalho é o formulado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011) e refere-se ao “conjunto de atitudes e posturas tomadas desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na

sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência.” (BRASIL, 2011, p. 25).

Trata-se de um conceito guarda-chuva que compreende medidas de prevenção, assistência, combate e garantia de direitos das mulheres executadas dos diversos setores: saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social. (BRASIL, 2011, p. 25). Juntamente com os setores listados, inclui a igreja e o PEM para os fins de pesquisa. O enfrentamento, enquanto categoria de análise, mostra-se mais adequado às discussões e considerações que apresento no último capítulo por reputar mais adequado à realidade social estudada e por ser mais abrangente do que o conceito de “combate” à violência de gênero.

A noção de combate está contida na de enfrentamento, mas a recíproca não é verdadeira. O “combate” à violência é pode ser entendido de maneira mais restrita, como ação política que visa desestabilizar e reprimir os comportamentos violentos e transformar o imaginário social. Inclui na noção de combate as ações punitivas e de ordem de justiça criminal e na LMP.

Por “prevenção” entende-se que são as ações educativas e culturais que tenham por objetivo a desconstrução dos estereótipos de gênero e a mudança dos padrões sexistas, difundindo o respeito à diversidade de gênero, raça/etnia geracionais (BRASIL, 2011, p. 26). São exemplos de ações preventivas campanhas, palestras e formações que conscientizam mulheres e homens sobre os diferentes tipos de violência e gênero e as desnaturalizem, alterando os padrões de tolerância e aceitação social dos atos violentos (BRASIL, 2011, p. 26).

Já por “assistência” se entende as medidas de fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de agentes públicos (BRASIL, 2011, p. 26) e dos profissionais que atuam no PEM. São exemplos de ação de assistência atendimento psicológico, jurídico, social e religioso; assim como as campanhas de arrecadação de recursos materiais destinados a subsistência das mulheres em situação de violência e a manutenção das Casa Abrigo Mulheres Vivas, com quem o PEM tem uma parceria.

Por “medidas de acesso e garantia de direitos” entende-se que são as iniciativas para o empoderamento das mulheres em situação de violência, cujo objetivo é o fortalecimento e emancipação dessas mulheres. São exemplos de medidas de empoderamento as práticas de autocuidado e autonomia feminina, resgate da autoestima e a possibilidade de denúncia. Por fim, o “monitoramento” é a atividade de avaliação sistemática do êxito de todas as iniciativas de

enfrentamento à violência de gênero pelo PEM, o que permite projetar novas iniciativas, corrigir falhas e aperfeiçoar as práticas exitosas.

2.4. Os movimentos feministas e de mulheres no Brasil e o enfrentamento à violência de gênero

A partir dos anos 70, os movimentos feministas se rearticulam na luta pela redemocratização do Brasil contra a Regime Militar (1964-1985) fazendo parte dos movimentos sociais que se insurgiram contra o regime ditatorial. (CORRÊA, 2001, p.25 e 26). Moraes e Sorj pontuam o seguinte:

O movimento feminista nos países desenvolvidos surgiu e construiu suas principais formulações, práticas e instituições, em diálogo criativo com valores e princípios embutidos na tradição ocidental de democracia liberal e cidadania. (...) O movimento feminista que ressurgiu no Brasil em meados da década de 70 é um produto da modernização do país. A origem social das suas ativistas encontra-se nas classes médias de profissionais altamente escolarizadas e, portanto, mais expostas e sensíveis aos desenvolvimentos do feminismo internacional (2009, p.11).

Essa retomada das atividades por parte das instituições, grupos e coletivos feministas coincidiu com a segunda onda do movimento feminista no mundo, na qual tinha estava em debate a necessidade de transformação profundas das relações de gênero na sociedade, questões como poder, igualdade de gênero e democracia em sentido aprofundado faziam parte da agenda feminista da época:

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

A militância organizada do movimento de mulheres lhes conferiu espaço para apresentar suas reivindicações pelo reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos, direito à saúde, direito a igualdade no casamento, o direito ao trabalho, direitos políticos e as políticas de cotas para mulheres nas eleições proporcionais, e o combate a violência de gênero contra a mulher⁴².

⁴² Os feminicídios (na época não existia o conceito e nem a qualificadora) de Ângela Diniz pelo companheiro Doca Street, e Eliane de Gramont pelo companheiro Lindomar Castilo, nos anos 1980, ensejaram manifestações contrárias a impunidade dos assassinos e trouxeram a violência contra a mulher para o centro do debate. Ver MEDEIROS, Luciene Alcinda de. **Quem Ama Não Mata**: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

Toda essa articulação política produziu efeitos institucionais materializados nas ações do SOS Corpo de Recife e do SOS-Mulher de São Paulo entre os anos de 1978 e 1980, serviço de assistência à mulher em situação de violência, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), mecanismo institucional que advoga pelos interesses das mulheres no interior do Estado (BARSTED, 2011, p. 19).

Durante a Constituinte que ganharam grande protagonismo político, e se engajaram na mobilização do direito para realizar reformas legislativas ou implementar políticas públicas de redução ou eliminação das desigualdades de gênero, o que ficou conhecido como *Lobby* do Batom, cujos lemas feministas eram: “Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher!” e “Constituinte Para Valer tem que ter Direitos de Mulher” (PINTO, 2003; BARSTED, 2011, pp. 18-19, MEDEIROS, 2018, p. 27-30).

O novo desenho institucional democrático aumentou a permeabilidade das instituições políticas e administrativas às demandas sociais, permitindo que os movimentos sociais ganhassem protagonismo político e, além disso, mobilizassem o direito como instrumento de luta política e de transformação social. A mobilização do direito pode ser entendida como estratégia política adotada pelos grupos minoritários (por exemplo, negros, feministas, ambientalistas, presidiários, consumidores) ou grupos de interesse, consiste na invocação de normas ou discursos jurídicos para influenciar mudanças sociais, a implementação de políticas públicas e novos comportamentos (VANHALA, 2015; FANTI, 2016,). A Constituição Federal de 1988 reconheceu a igualdade formal entre homens e mulheres e estendeu às mulheres todos os direitos e garantias individuais nela previsto, no sentido dado pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral em 1979⁴³ (BARSTED, 2011, p. 19).

A mobilização do direito e o uso do sistema de justiça é controversa. Alguns teóricos consideram a estratégia conservadora, uma vez que o direito tem como função a manutenção da ordem e do *status quo*, ou seja, reproduzindo ou sustentando as injustiças contra as quais os grupos minoritários e marginalizados se insurgem. Nesse sentido, HOLZLEITHNER entende que: “Direitos não superam nem a ordem estabelecida, nem seus mecanismos de reprodução, pois cada direito, mesmo aquele que alguém possui contra o Estado, representa, ao mesmo tempo, um

⁴³ Mais sobre em Leila Linhares BARSTED e Jacqueline PITANGUY, 2011.

empoderamento do Estado.” (2016, p. 891). Além disso, um dos efeitos da estratégia seria a desmobilização das bases sociais dos movimentos e a transferência do seu foco para o *lobby* do Legislativo e do Poder Judiciário (FANTI, 2020, p. 246). No entanto, há quem entenda o direito como um elemento importante na disputa política, uma vez que acreditam na possibilidade de mudanças sociais e políticas a partir de novos direitos ou novas interpretações jurídicas⁴⁴ (FANTI, 2020, p.242).

A mobilização do direito tinha como pano de fundo a efervescência de discussões sobre gênero e violência de gênero, e os movimentos de mulheres tinham o objetivo de internalizar os tratados e convenções que propunham ações políticas com o objetivo de reduzir as desigualdades de gênero (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 501). Por exemplo, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em 1993, reconheceu os direitos das mulheres como direitos humanos e orientou que os Estados adotassem uma perspectiva de gênero a fim de eliminar discriminação contra as mulheres (BARSTED, 2011, p. 22). No mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, mediante a Resolução 48/104, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, que orientou a elaboração da Convenção Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, Convenção Belém do Pará, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995 (BARSTED, 2011, pp. 20-21). E, em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 52/86, requereu que Estados-partes revissem sua legislação e práticas judiciais e de assistência social, para que as mulheres fossem melhor assistidas (BARSTED, 2011, p. 22). No início dos anos 2000, a temática da violência de gênero contra a mulher passa a ser trabalhada levando em consideração a sua articulação com o racismo, conforme apontado pela Conferência Mundial contra o Racismo. (BARSTED, 2011, p. 23).

Com efeito, o cenário internacional de intensos debates sobre gênero e violência permitiu o debate interno sobre o tema e a sensibilização de mulheres das mais diversas realidades sociais, homens e o Estado criando um ambiente favorável às mudanças judiciais e legislativas internas (MACIEL & PRATA, 2011). No âmbito do Poder Judiciário, a decisão do Superior Tribunal de Justiça que rejeitou a tese da “legítima defesa da honra” e determinou a realização do Tribunal do

⁴⁴ Os teóricos que se afiliam a essa linha ou a essa visão tem como base o caso *Brown vs. Board of Education*, julgado pela Suprema Corte Americana, em meados dos anos 1950. No caso, a Corte julgou inconstitucional a segregação entre negros e brancos nas escolas públicas do país. A decisão afetou e alterou o cenário político nos Estados Unidos, servindo como um importante ganho na luta pelos direitos civis e pelo final da segregação racial.

Júri para julgar o réu que assassinou sua esposa e sua amante foi considerada histórica. Segundo Barsted (1994) essa decisão representa a incorporação de um discurso feminista pelo Poder Judiciário, na medida que acórdão assim entendeu: “(...) o homicídio não pode ser encarado como o meio normal e legítimo de reação contra o adultério, pois nesse tipo de crime o que se defende não é a honra, mas a auto-valia, a jactância, o orgulho do Senhor que vê a mulher como propriedade sua...” (idem, 1994, p. 53).

Muitas foram as conquistas feministas e mudanças legislativas visando atender os anseios e reivindicações delas, como, por exemplo: (i) em 1994, o estupro entrou no rol dos crimes inafiançáveis; (ii) em 1995, a exigência de atestado de gravidez como condição de continuação no emprego foi considerada ilegal; (iii) já em 1997, a revogação do dispositivo legal que impedia que as mulheres pudessem formalizar queixas policiais sem a outorga do marido; mudanças foram feitas no Código penal para dispor sobre o assédio sexual; (iv) e em 2004, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 4549/04 que deu origem à LMP (BARSTED, 2011, pp. 19-28).

Os antecedentes da LMP eram de insatisfação por parte das feministas, uma vez que os crimes de violência doméstica e familiar, salvo homicídio e estupro, eram julgados pelo Juizado Especial Criminal (JECRIM), previsto pela Lei 9099/95, e recebiam a classificação de crime de menor potencial ofensivo (BARSTED, 2011, p. 28). A crítica feminista sustentava que o JECRIM banalizava a violência contra a mulher e que tal tratamento estava em conflito com a Convenção de Belém do Pará do qual o Brasil era signatário (AQUINO, 2009; PASINATO, 2004). O documento afirmou como direito das mulheres uma vida sem violência e classificou a violência contra a mulher como violação aos direitos humanos (BARSTED, 2011, p. 28; BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 506).

O caso de Maria da Penha Fernandes⁴⁵ foi uma oportunidade jurídica de engajamento e reivindicação pela elaboração de uma lei específica para a violência doméstica e familiar contra as mulheres que tivessem de acordo com as disposições internacionais referente ao tema. Com isso, o consórcio feminista composto pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) encaminhou o caso à Comissão Interamericana de Direito Humanos (CIDH) em 1998. As organizações peticionárias sustentaram na denúncia que o caso de Maria da Penha não era um fato isolado no

⁴⁵ Mais sobre o processo pode ser encontrado no Relatório Anual 2000, no 54/01, com acesso disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf.

país, mas representativo do tratamento dado pelo Estado às mulheres em situação de violência. E, por isso, o Estado brasileiro descumpria os tratados internacionais dos quais era signatário. (SILVA, 2015). Em abril de 2001, o Brasil foi responsabilizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra as mulheres (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 506).

Como resposta à condenação da CIDH, o Consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs) - que reuniu as representantes das seguintes organizações: CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento), ADVOCACI (Advocacia Cidadã Pelos Direitos Humanos) e THEMIS (Gênero Justiça e Direitos Humanos) – se articulou para elaborar uma proposta de lei eficiente na proteção das mulheres que resultou na Lei 11.340/2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. A LMP foi elaborada com fundamento nas normas previstas na Constituição Federal, na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; e criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar e foi sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em 07 de agosto de 2006, e entrou em vigor a partir do dia 22 de setembro do mesmo ano. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 506).

De acordo com Pasinato (2008, 2009), as ações previstas na LMP podem ser classificadas em três eixos: (i) medidas criminais de punição pelo ato de violência, a saber prisão em flagrante, restrição de representação criminal e o veto da aplicação da Lei 9.099/95; (ii) medidas de assistência e proteção da mulher, o que inclui medidas jurídicas, de assistência social e de saúde; e, por fim, (iii) medidas de prevenção e educação.

O advento da LMP foi festejado pelos movimentos de mulheres (BARSTED, 2011) mas também gerou debate e controvérsia entre os abolicionistas penais e criminalistas em razão do recrudescimento da repressão à violência contra a mulher (MARQUES *et al.*, 2020). Também foi questão de debate acerca da constitucionalidade da LPM, em razão de uma suposta violação do princípio da isonomia. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória (AC) n. 19, declarou constitucional a LMP por uma medida de correção material das desigualdades de gênero.⁴⁶

⁴⁶ Mais em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199845>, Acesso 27 Nov 2020.

Em que pese o avanço produzido pela LMP no enfrentamento à violência de gênero, as pesquisas sobre a efetividade e aplicação da legislação indicam que insuficiência de recursos materiais para implementação de políticas, A disponibilidade do serviço e a morosidade do judiciário são um óbice a efetivação plena da legislação (PASINATO, 2010, p. 226; CAMPOS, 2015, p. 519; GROSSI; MACHADO, 2015, p. 573). Além disso, existem outros fatores que mantêm as mulheres em relacionamentos violentos, como, por exemplo, a dependência financeira, a visão religiosa e cultural da família, a percepção do que é violência e o que não. (AKUTSU, 2017, p. 144-147).

Nove anos após a LMP, a Lei Federal n.º 13.104/2015 previu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e alterou o rol dos crimes hediondos. No Brasil, o termo foi introduzido no debate em 1995, no livro “Violência de Gênero: poder e impotência”, de Saffioti e Almeida, no qual as autoras usaram a expressão “femicídio” para designar o assassinato de mulheres cometido por homens em contextos de relações afetivas e/ou domésticas, combatendo a concepção de crime passionai⁴⁷.

O contexto histórico e as evoluções legislativas aqui delineados permitem identificar a constância da atuação dos movimentos feministas para a aprovação das suas reivindicações no enfrentamento à violência de gênero – é bem verdade que os movimentos feministas tem muitas outras pautas em discussão e disputa –, o quão demorado a circulação de ideias e temas que hoje estão na ordem do dia e são pautas de atores sociais que não necessariamente guardam relação com os movimentos feministas, como se verá na seção a seguir.

2.5. As igrejas evangélicas e o enfrentamento à violência de gênero

A elaboração de uma lei específica para os casos de violência doméstica contra a mulher é uma conquista da mobilização transacional dos movimentos feministas e de mulheres do Brasil e do mundo no combate à violência de gênero, reivindicando políticas de Estado para coibir e punir essa violência. A emergência da LMP permitiu uma gramática jurídico social que extrapolou os limites dos ambientes feministas e estatais. Isso se deve à dimensão simbólica do direito, que é capaz de produzir novas sociabilidades, temporalidades e espacialidades (SEGATO, 2006, p.

⁴⁷ SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely. Violência de Gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

130). Ao criminalizar a violência doméstica e familiar contra mulher, A LMP orientou a revisão de discursos sobre a violência contra a mulher, e mudanças de comportamentos por parte dos sujeitos. Em razão disso, alguns agentes e movimentos políticos e sociais conservadores, que inicialmente rechaçavam à agenda de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, passaram a se engajar na defesa e proteção das mulheres⁴⁸. Dentre eles, algumas igrejas evangélicas brasileiras, de perfil conservador, têm se organizado institucionalmente para tratar a temática da violência de gênero.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) tem o “Quebrando o silêncio”⁴⁹ que é um projeto educativo de prevenção à violência doméstica promovido anualmente, desde 2002. De maneira geral, as ações do projeto se concentram no “Dia de ênfase contra o abuso e a violência”, que é o quarto sábado do mês de agosto, quando a IASD tem uma programação voltada ao debate e reflexão sobre a temática da violência. Nas edições passadas do projeto já foram debatidas a violência contra a mulher, abuso de crianças e adolescentes, superação da violência, violência sexual e estupro, entre outros (SILVA, 2018, p; 62-63). No dia designado, as ações religiosas e culturais da IASD ficam sob a responsabilidade das mulheres, e são realizadas basicamente duas atividades: (i) passeatas e distribuição de panfletos de conscientização sobre violências pelas ruas das cidades onde a igreja está localizada e (ii) durante os cultos, sermões referentes ao temas da campanha. Essas atividades têm como objetivo de visibilizar as violências e impactar a membresia da igreja e a comunidade local (SILVA, 2018, p.53).

Desde 2010, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)⁵⁰ desenvolve o projeto “Raabe - Rompendo o silêncio”⁵¹, uma ação social de auxílio de mulheres em situação e violência doméstica e familiar. O projeto foi idealizado por Cristiane Cardoso, filha do bispo Macedo, que é o fundador da IURD, e conta com uma equipe de advogados, assistentes sociais e psicológicos que atende membras e não membras da IURD (TEIXEIRA, 2019, p. 124). Além disso, o projeto desenvolve ações de aconselhamento e orientação de mulheres presas, em situação de uso e abuso

⁴⁸ Diferentemente, a pauta do aborto não tem a mesma receptividade. O aborto ainda é condenado pelas religiões cristãs, sendo considerado um tabu que afeta o debate público da questão. Segundo a antropóloga Debora Diniz (2012), o debate público sobre “o aborto permaneceu inscrito nos registros da criminalidade e da moral religiosa.” (p. 315)

⁴⁹ Mais sobre em: <https://www.adventistas.org/pt/mulher/projeto/quebrando-o-silencio/>, Acesso em 30 Nov 2020.

⁵⁰ Sobre a fundação e a expansão da IURD existe uma extensa produção acadêmica dentro das ciências sociais. (Ver MARIANO, 1999, 2001, 2013; GOMES, 2004; ALMEIDA, 2008; SCHELIGA, 2010).

⁵¹ Mais sobre em: <https://www.universal.org/godllywood-raabe/>. O projeto é desenvolvido também em Portugal, onde a IURD também possui igrejas.

de drogas e de prostitutas. O projeto Raabe está inserido dentro do programa Godlywood⁵² que é programa da IURD que tem como objetivo a valorização e empoderamento de meninas e de mulheres segundo a palavra de Deus (TEIXEIRA, 2019, 2014; MARTINEZ, 2017; SOUSA, 2017).

A Igreja Batista da Lagoinha (IBL), uma importante igreja com sede em Minas Gerais, também tem um projeto destinado a prestar assistência jurídica e social às mulheres em situação de violência doméstico. Criando em 2016, o “Espaço Elas” é vinculado ao ministério de mulheres da IBL, e de acordo com informações contida na página do projeto no *Facebook*, é uma iniciativa de “cuidado integral às mulheres, feito por mulheres. Nosso objetivo é que elas recebam das atividades disponibilizadas os cuidados na área espiritual, emocional, social e física”⁵³.

A IBL conta com um grupo de pastores conhecidos nacionalmente, são eles pastor Márcio Valadão e seus filhos Ana Paula Valadão (líder do famoso ministério de louvor Diante do Trono (DT)⁵⁴, Mariana Valadão e André Valadão. Além da família Valadão, outra pastora importante que integrou a igreja é Damares Alves, atual Ministra de Estado da Mulher, Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Messias Bolsonaro. Ela é pastora, advogada e ativista, e foi responsável pela articulação da direita cristã no Brasil formada por políticos, agentes e movimentos cristãos defensores de uma agenda pró-vida (articulada em oposição ao aborto) e pró-família (articulada em oposição aos movimentos pela diversidade sexual e feministas)⁵⁵.

A escolha dos nomes do projeto não são fruto do acaso, mas guardam relação com a gramática e as estratégias de enfrentamento à violência de gênero adotadas pelos movimentos de feministas e de mulheres: a denúncia e o espaço seguro. A denúncia pressupõe a verbalização, nomeação e descrição da situação de violência conferindo visibilidade à agressão e, portanto, rompendo ou quebrando o silêncio. O silêncio e o silenciamento são questões suscitadas pelas minorias sociais quando discutem relações de poder. De acordo com Ferrari (2011)⁵⁶, o silêncio seria a ausência de fala que pode significar submissão, obediência e medo. Por sua vez, o silenciamento seria a interdição da fala de alguém, o ato de impedir que alguém comunique

⁵² Teixeira (2019, 2014), Souza (2017), Martinez (2017) tem pesquisa sobre o projeto e seus efeitos político-sociais.

⁵³ Informação disponível em https://www.facebook.com/pg/elascomunicacao/posts/?ref=page_internal

⁵⁴ Ninas Rosas (2018, 2013) tem pesquisas sobre a Igreja Batista da Lagoinha, o ministério de louvor Diante do Trono e a moralidade sexual existente nos discursos da igreja.

⁵⁵ Mais sobre a Ministra Damares Alves em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/setembro/esta-e-uma-cidade-pro-vida201d-afirma-ministra-damares-em-fortaleza-ce>, Acesso 20 Dez 2020.

⁵⁶ FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). Silêncios e educação. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011

alguma coisa. Ambos estão relacionados com sistema de poder e dominação, possuem caráter disciplinar dos corpos e afetam os modos de subjetivação, ou seja, o modo de ser e estar no mundo. E o nome “Espaço delas” decorre da ideia de um espaço seguro, que é aquele criado para pessoas marginalizadas e vulnerabilizadas possam se sentir fisicamente e emocionalmente seguras para se reunir e dialogar sobre suas experiências de violência e opressão.

Apesar dos projetos acima citados serem destinados às mulheres, eles não são necessariamente projetos ligados diretamente aos movimentos feministas, ainda que realizem alguns pontos dessa agenda, como, por exemplo exercício feminino do poder, o fortalecimento da autoestima e o enfrentamento à violência de gênero. A articulação dos referidos projetos é feita sob a lógica familista⁵⁷ (TEIXEIRA, 2019; MACHADO, 2018, SILVA, 2018, p. 53), na qual a proteção da família é o foco e não a mulher, enquanto sujeito de direitos. De maneira geral, as iniciativas trabalham com a ideia de que a família é um projeto de deus para os homens e para as mulheres, e a violência contra a mulher é um obstáculo ao desejo divino e, portanto, deve ser combatida.

Embora tematizem a violência de gênero, as iniciativas acima elencadas não discutem e nem revisam os papéis sociais e religiosos de gênero. Mas, estimulam as mulheres que são assistidas pelos projetos a serem agentes de transformação, mantendo os seus papéis tradicionais de cuidadora, auxiliadora e zeladora da família, do marido e dos filhos (SOUZA, 2017, p. 25; MARTINEZ, 2017; TEIXEIRA, 2019).

Para Jacqueline Teixeira, é importante observar que essas iniciativas são criadas num contexto de avanço de pautas dos movimentos feministas e da diversidade sexual, e de questionamento dos papéis tradicionais de gênero e da família como instituição. Assim, a disputa política fez com que as igrejas se engajassem no enfrentamento à violência contra a mulher não tendo essa mulher como sujeito de direito, mas sim visando defender a família heterossexual saudável⁵⁸. A ação política dessas iniciativas se centra na família não por um acaso, mas pelo fato dela ser instituição de primeira sociabilidade, responsável pela construção social de valores que serão colocados em práticas e validados na sociedade (TEIXEIRA 2019).

⁵⁷ No Serviço Social, o termo familismo diz respeito a um sistema de bem-estar social centrado nas famílias. Elas seriam responsáveis pelo cuidado e sustento dos seus membros e não os governos. (citar, ano).

⁵⁸ TEIXEIRA, Jacqueline. “Para muitas mulheres o processo de empoderamento está atrelado à igreja”. [Entrevista concedida a] Marina Rossi. **El País**. São Paulo, 14 Mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356_335349.html

Teixeira destaca o protagonismo feminino na execução desses projetos de enfrentamento à violência doméstica e sustenta que a LMP possibilitou criação de novos sujeitos políticos dentro do espaço religioso com desdobramentos na política partidária⁵⁹. A liderança feminina nos projetos tem dois efeitos políticos importantes. O primeiro é deslocar a posição sacerdotal dos homens típica no cristianismo, o que é uma quebra de paradigma do cristianismo que historicamente tem lideranças masculinas, a quem compete o exercício do poder e a produção do saber teológico (ROSADO, 2001). O segundo efeito é que essas mulheres têm desempenhado o papel de desarticulação do discurso feminista, pelo fato de serem mulheres que vocalizam um discurso antifeminista, se apropriando da gramática dos direitos humanos e dos movimentos feministas e subvertendo-a para embasar seus posicionamentos. É o que Machado (2017) chama de descolamentos discursivos.

Diferentemente das igrejas e dos projetos citados acima, identifiquei outras iniciativas de enfrentamento à violência de gênero, também capitaneadas por mulheres religiosas, mas que estão comprometidas com a justiça de gênero e com a redução das desigualdades entre homens e mulheres dentro e fora do ambiente religioso. Dentre elas: Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Projeto Redomas (PR) e o Projeto Espelho Meu (PEM). O EIG é um coletivo de mulheres religiosas pentecostais e neopentecostais, que surgiu em maio de 2015, durante a reunião do Fórum Pentecostal Latino-Caribenho (FPLC), com a missão de combater a violência de gênero e a discutir políticas de gênero a partir das raízes culturais-religiosas das integrantes, conforme informações constantes no site do coletivo na aba “Sobre a EIG”⁶⁰. Segundo a sua fundadora Valéria Vilhena, o grupo surge inspirado na atuação do coletivo “Católicas pelo Direito de Decidir” e tem como eixo norteador uma visão mais igualitária das mulheres na sociedade e nas igrejas.

O Redomas também surgiu em 2015, durante o encontro regional (região Sul) da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), quando um grupo de mulheres participantes julgou importante tratar da temática da violência de gênero dentro do ambiente cristão. De acordo com as informações contidas no site: “Nós buscamos ressoar as vozes das mulheres dentro dos espaços de fé cristãos, problematizar opressões e violências naturalizadas nesses espaços e promover novos olhares e perspectivas para a Igreja brasileira”. (REDOMAS, s.i). O nome do

⁵⁹De acordo com a pesquisadora, o número de mulheres pentecostais na política cresceu. Por exemplo, em São Paulo, existem 9 vereadoras. Dentre elas, 7 são evangélicas e vieram de projetos de combate à violência doméstica.

⁶⁰ Mais em <https://mulhereseig.wordpress.com/>, Acesso 27 Nov 2020.

coletivo guarda relação com a ideia da redoma como um objeto que protege algo ou alguma coisa, mas também enclausura. (SEABRA, 2018). Atualmente, é coordenado por cinco mulheres: Bianca Rati (Curitiba, PR), Luciana Petersen (São João del-Rei, MG), Amanda Lopes (Curitiba, PR) e Paloma Santos (Recife, PE) e Isadora Nascimento (São Paulo, SP) responsáveis pela elaboração de materiais audiovisuais e gráficos acerca da temática de gênero, sexualidade e raça e a sua relação com a igreja. Especificamente com relação à violência contra a mulher, o grupo organizou “Não é falta de oração: Cartilha de combate à violência contra mulher nas igrejas e comunidades cristãs” (2018). Tanto a EIG quanto o PR não estão vinculados a nenhuma igreja e ou denominação religiosa.

Por fim, o PEM que juntamente com a IBSP, se apresenta publicamente defendendo uma perspectiva teológica crítica aos papéis sociais de gênero e ao machismo, e com um declarado alinhamento a algumas pautas da agenda feminista, como será demonstrado no capítulo seguinte com a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

3. DIANTE DO ESPELHO: análise e balanços dos dados de pesquisa

3.1. Produção e análise dos dados: entrevistas

A "questão dos evangélicos" na política e suas incidências no debate sobre gênero, sexualidade e violência chama atenção dos movimentos sociais, partidos políticos e tem sido tematizada por intelectuais das variadas áreas das ciências sociais. Por essa razão, considerei importante realizar análise empírica a fim de identificar possíveis intersecções entre posturas feministas e as posturas cristãs com uma perspectiva de emancipação feminina e o estabelecimento de tratamento igualitário por parte do Projeto Espelho Meu.

A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com a quatro integrantes da equipe de coordenação do projeto, foi possível produzir dados secundários, da seguinte forma: finalizada as entrevistas, fiz a transcrição delas e para cada entrevista, atribuí um número: entrevista 1, 2, 3 e 4. Embora nenhuma das pessoas com quem conversei tenham se oposto à divulgação dos seus nomes, considero que essa a melhor postura por ser tratar de um grupo pequeno e restrito. Durante as entrevistas foram apresentadas potencialidades e as fragilidades do projeto, e não tenho interesse que as críticas formuladas causem algum tipo de embaraço ou desconforto na equipe.

Na sequência, partindo da pergunta de pesquisa “A partir do olhar da liderança do Projeto Espelho Meu, da Igreja Betesda de São Paulo, quais as consequências que a intersecção entre os feminismos e religiosidade cristã pentecostal trazem para o enfrentamento das situações de violência doméstica?” formulei outras quatro novas perguntas:

1. Quais os motivos levaram a IBSP a articulação de um projeto de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher?
2. Quais formas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher o PEM está produzindo?
3. Quais são os efeitos do projeto no cotidiano da Igreja?
4. Como é feita articulação do projeto com os movimentos sociais e outras instituições?

Na sequência, o material de campo (entrevistas, site oficial e rede social do projeto, caderno de campo com registros de conversas informais com outras pesquisadoras e pesquisadores, notas de artigos acadêmicos e outras pesquisas já realizadas) foi relido muitas vezes com o objetivo de analisar as informações obtidas e encontrar respostas aos questionamentos formulados nessa pesquisa:

Perguntas	Informações encontradas
1. Quais os motivos levaram a IBSP a articulação de um projeto de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher?	
2. Quais formas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher o PEM está produzindo?	
3. Quais são os efeitos do projeto no cotidiano da Igreja?	
4. Como é feita articulação do projeto com os movimentos sociais e outras instituições?	

A partir do cruzamento dos dados de campo e da releitura de todas as entrevistas com a triagem de informações importantes e até repetidas, formulei as seguintes categorias de análise:

1. “Resposta ética”: para descrever o contexto de surgimento do projeto;
2. “Conjugalidade”: para analisar e problematizar a produção de liderança e legitimidade do projeto;
3. Academicismo: para descrever a estruturação do projeto;
4. Papel Social: para analisar a institucionalização do projeto, como compreende a si, e a sua relação com o Estado, Igreja e demais movimentos sociais no enfrentamento à violência de gênero;
5. Produção de sentidos para a violência de gênero e de medidas de enfrentamentos: para descrever e analisar toda a produção do projeto: atividades, comunicações audiovisuais, cartazes e campanhas.
6. Espelhamentos e distanciamentos da relação com o feminismo e da relação com outras

igrejas evangélicas: para identificar a intersecções entre feminismo e cristianismos e a construção de sentidos emancipatórios, ou seja, condições de superação da violência de gênero e redução das desigualdades de gênero;

As categorias elaboradas serviram de fundamento para as análises que serão apresentadas nesse capítulo.

3.2. Produção e análise dos dados: o site e o perfil do Projeto Espelho Meu no *Instagram*

As mídias sociais, como são chamadas as plataformas digitais online que permitem o relacionamento e compartilhamento de conteúdo entre os usuários, são instrumentos importantes para difusão de informações entre seus usuários, e cada vez mais vêm sendo utilizadas por instituições prestadores de serviços públicos, partidos políticos, empresas, clubes desportivos, movimentos sociais, igrejas, clubes desportivos entre outros, como um canal de comunicação institucional em razão do seu caráter dinâmico.⁶¹

O campo de estudos dos movimentos sociais também identifica a importância das mídias sociais como instrumento para articulação de pautas e compartilhamento de reflexões sociais, além de ser um recurso de identificação, no qual os usuários se reconhecem e se identificam por afinidade com os conteúdos divulgados nos perfis das redes sociais. No campo dos estudos de gênero e feministas, a atuação dos movimentos nas mídias sociais tem sido chamada de “ciberfeminismo” “ativismo online” (MARTINEZ, 2018; BOIX E MIGUEL, 2013; HACHÉ, CRUELLS E BOSCH, 2013).

Considere importante uma análise sistemática do perfil do PEM no Instagram (IG) em razão da rede se configurar como um canal de comunicação institucional do projeto. Inclusive o próprio projeto incentiva a acompanhar o trabalho engajamento nas redes sociais, onde é possível encontrar mais publicações sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto e informações de outras causas afins do que no site oficial:⁶²

⁶¹ Miskolci (2015, 2016), ao reconstituir historicamente a criação e disseminação das tecnologias comunicacionais, identifica dois momentos distintos: (i) expansão dos meios de comunicação TV, Cinema e telefonia; (ii) expansão da internet comercial e o surgimento das mídias sociais. Miskolci, Richard. *Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade*. Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar, v. 6, p. 275-297, 2016.

⁶² O site oficial do PEM: <https://www.espelhomeu.sampa.br/>, Acesso em 17 Nov 2020.

“Siga o nosso trabalho nas redes sociais, curta nossos posts, comente o nosso trabalho, divulgue para os seus amigos, colegas de trabalho, pessoal da igreja, do clube e da escola. Quanto mais seguidores tivermos, mais relevante nosso trabalho se tornará, chamando a atenção das autoridades, de empresas e futuros parceiros.”⁶³

O Instagram é uma mídia social, uma plataforma digital gratuita para compartilhamento de imagens (fotos ou vídeos). Os usuários da rede, através dos seus perfis, se conectam por afinidade e interesse com outros perfis para compartilhamento de imagens. O IG é focado em conteúdo visual e possui algumas funções, sendo os *stories*, *lives*, *direct* e *feed* as mais utilizadas. O “*stories*” é um espaço virtual para compartilhamento temporário de fotos e vídeos. O conteúdo visual compartilhado tem duração máxima de 15 (quinze) segundos e fica disponível por 24 (vinte e quatro) horas, depois é automaticamente apagado. Diferentemente, “*feed*” é o espaço virtual para compartilhamento de imagens selecionadas que ficam disponíveis por tempo indeterminado. O *direct* é o espaço virtual que permite o envio de mensagens e imagens de forma privada entre os usuários. E as *lives* são as transmissões ao vivo. O Instagram está integrado com outras redes sociais como Twitter e Facebook,⁶⁴ de maneira que o conteúdo compartilhado numa das redes pode, caso assim deseje o usuário, ser partilhado nas demais.

A presente análise comporta as publicações feitas entre de 20 de março de 2019 a 31 de agosto de 2020. O intervalo de datas diz respeito à primeira publicação feita pelo PEM no *feed* do IG e a data estabelecida como limite para coleta de dados analisados nessa dissertação. No momento da qualificação do projeto de pesquisa, havia estabelecido como data limite para a coleta de dados e informações março de 2020. Entretanto, o advento da pandemia da COVID-19 e a utilização das redes sociais como alternativa para a continuidade das atividades durante o isolamento social, somadas com aumento do número de denúncias de casos de violência doméstica no período, fizeram com que fosse necessária a ampliação da data, para permitir identificar como o PEM funcionou e o que comunicou durante o período.

No final do período pesquisado, o perfil do PEM tinha 877 “seguidores” que são usuários que se conectaram para acompanhar e receber notificações do compartilhamento de conteúdo do projeto.⁶⁵ E seguia 98 perfis de usuários variados, dentre eles: os pastores e as

⁶³ Mensagem ao final de algumas publicações do Projeto Espelho Meu no *Instagram*.

⁶⁴ O Twitter é uma rede social de micro blog, no qual as publicações são limitadas a 140 caracteres por postagem. É uma das redes sociais que têm mais utilizadores no mundo inteiro. O Facebook é um serviço de site e rede social de compartilhamento de informações com múltiplos recursos de interesses que atuam concomitantemente.

⁶⁵ Seguidores é uma nomenclatura típica das redes sociais. Embora não seja objeto de discussão aqui, não posso deixar de registrar que é uma categoria religiosa também. Os fiéis de uma determinada religião também são

pastoras da IBSP, órgão públicos como o Ministério da Mulher, Família e Direito Humanos e o Hospital da Mulher, institutos de ação social e cultural como o Fundo ELAS, Itaú Cultural, Instituto Avon e Glocal e perfis feministas e antirracistas como Revista AzMina, “Moça, Empodere-se”, Falando de Racismo, entre outros.⁶⁶

A identidade visual do PEM tem as cores preta, cinza e laranja, o logotipo é composto por tipografia com o nome do projeto “Projeto ESPELHO MEU” e o desenho de um coração com uma mulher dentro se olhando no espelho. A mulher está na cor laranja e o espelho na cor cinza, o entorno é da cor preta. Dentro e fora do coração existem linhas que se conectam umas nas outras. As imagens divulgadas pelo PEM seguem o padrão da identidade visual na maior parte das vezes, salvo quando se trata da republicação de conteúdo produzido por outras pessoas ou organizações, o que é uma prática bastante comum nas redes sociais. Além disso, o texto descritivo das imagens publicadas pelo projeto costuma referenciar a fonte das informações veiculadas.

No intervalo da análise, o PEM realizou 282 publicações no *feed* do IG. Separei as publicações feitas em três grupos: (i) Violência de gênero; (ii) Publicidade do PEM; (iii) Outros conteúdos. O primeiro grupo “Violência de gênero” diz respeito às publicações que tenham a violência de gênero como foco da mensagem partilhada, contendo informações sobre legislação, canais de comunicação, denúncia e acolhimento de mulheres em situação de violência, conceitos e definições do que é violência de gênero contra a mulher. No segundo grupo “Publicidade do PEM” estão todas as divulgações das atividades desenvolvida pelo projeto: rodas de conversa, reuniões, treinamento e formação de equipe, oficinas profissionalizantes ofertadas às mulheres em situação de violência, prestação de contas da utilização dos recursos financeiros do projeto e a convocação de voluntários. Por fim, no último grupo “Outros conteúdos” todas as publicações que não se enquadram nos grupos anteriores, como, por exemplo, divulgação de datas comemorativas, como Dia dos Pais e das Mães, e de outras lutas sociais, como Dia da Consciência Negra, Dia do Combate a Homofobia entre outros.

chamados de seguidores. Isto porque, seguem ensinamentos e se espelham no modo de vida e valores morais pregados por um líder religioso, como é o caso de Jesus Cristo e os cristãos.

⁶⁶ Para estabelecer um paralelo, o perfil da Igreja Betesda de São Paulo tem 15.700 seguidores e o pastor da igreja, Ricardo Gondim tem 39.600, conforme informações coletadas em 17 de novembro de 2020, a partir do acesso ao perfil no IG.

A maior parte das publicações está dentro do grupo “Publicidade do PEM” (164 imagens), seguida pelo grupo “Violência de gênero” (78 imagens) e, por fim, o grupo “Outros” (40 imagens). Dentro do grupo “violência de gênero”, alguns temas têm maior destaque como, por exemplo: incentivo à denúncia da violência com a divulgação de meios (aplicativos, disque 180, polícia militar, hospital) para formalizá-la, endereços de equipamentos públicos de saúde e assistência social, divulgação de dados estatísticos, descrição dos tipos de violência e das fases do ciclo da violência, recorte de matérias em jornais e revista sobre a temática, orientações de como ajudar alguém em situação de violência doméstica.

Durante a quarentena, foram feitas 8 publicações sobre o aumento de denúncias casos de violência doméstica contra a mulher no período, com incentivo à denúncia com ampla divulgação de endereços e telefones para acolhimento e orientação de mulheres. Além disso, vale registrar que alguns pastores e as pastoras da igreja também fizeram nas suas páginas pessoais publicações sobre a temática, alertando sobre os dados e incentivando mulheres nessa situação a denunciar e a buscar ajuda e acolhimento.

A análise dos dados será apresentada em três etapas, com objetivo de construir didática e gradativamente o argumento da pesquisa e a conclusão obtida ao final. Na primeira etapa, demonstro o contexto e o processo de formulação do projeto, os motivos que levaram a constituição de um projeto, a articulação interna do projeto e a relação para com a igreja e como o projeto pensa a si mesmo, o que repercute na forma com que se apresenta publicamente. Na segunda etapa, o objetivo é analisar toda a produção de sentidos de violência e de medidas de enfrentamento pelo projeto, o que diz respeito ao que o projeto entende por violência e como cria alternativas ou antídotos para lidar com a violência de gênero e reduzir desigualdades de gênero.

3.3. O contexto e o processo de formulação do “Projeto Espelho Meu”

3.3.1. O projeto como resposta ética da igreja

Na seção denominada “Os movimentos feministas e de mulheres e o enfrentamento à violência de gênero”, tratei da atuação dos referidos movimentos na construção de um ambiente político e social favorável ao reconhecimento da violência de gênero contra a mulheres como um problema social, político e jurídico que demanda criação e implementação de políticas públicas

capazes de reduzir ou eliminar casos de violência. As conquistas políticas, legislativas e judiciais só foram possíveis graças à mobilização através de campanhas de conscientização, sensibilização e envolvimento da sociedade na questão, bem como a produção robusta de pesquisas que comprovaram, através de diagnósticos e levantamento de dados, a desigualdade de gênero entre homens e a mulheres e os altos índices de violência contra a mulher.

E é nesse cenário, de efervescência do debate público, que a temática foi colocada em debate pela igreja com a presença de pesquisadoras e ativistas. Uma das entrevistas, quando perguntada sobre os motivos que fizeram-na ingressar no projeto respondeu o seguinte: “E a gente vê, cada vez mais, a mulher se posicionando, e falando a respeito de como que ela quer ser enxergada, então, isso também acho que ecoa muito forte dentro da minha cabeça. (Entrevista 4).

Embora, esse tenha sido o pano de fundo, as narrativas das entrevistas explicitam que não havia uma militância ou engajamento político com a causa previamente organizado. Mas, foi o contato com os dados de violência contra a mulher que foram decisivos para a estruturação do projeto. A partir disso nasceu por parte de algumas pessoas o desejo de produzir medidas de enfrentamento para essa realidade:

“A gente fez um encontro sobre mulheres. Enfim, tem um grupo de mulheres na igreja e num desses encontros foi sobre violência. Esse encontro suscitou um monte de temas e um monte de gente vindo nos procurar sobre esse assunto. Essa história é a (nome da pessoa) quem fala muito sobre ela, porque era ela que estava à frente desses encontros. **E aí, a gente começa a receber muitos casos de mulheres em situação de violência, de pessoas que tem conhecidas que estão em situação de violência.** E a gente fala: o que a gente vai fazer com isso? **A gente levantou a bola de um assunto e a gente começa a receber casos concretos e a gente percebe que a gente não tem nenhuma expertise, a gente não tem capilaridade com a rede local, a gente não sabe sobre esse assunto...só sabe que é uma dor que dói na nossa comunidade e dói na gente como mulher.** Então, o que a gente faz? Aí a gente busca se conectar com pessoas que saibam do assunto e é aí que a gente se conecta com a Casa das Mulheres Vivas e a Celina, e começa a amadurecer ações concretas do que a gente pode fazer para tanto encaminhar casos que apareçam na nossa comunidade, quando apoiar a comunidade local e a rede de acolhida nas necessidades dela. (...) Então, a gente surge desse levante. **Assunto surge na pauta, vai na agenda e a gente começa a receber um monte de caso concreto.** A gente faz essa conexão com a comunidade e faz a via de mão dupla.” (Entrevista 1)

“O Espelho começa de uma inquietação. A Betesda tem um Fórum de Mulheres e veio esse tema: violência contra a mulher. A Valéria Vilhena que defendeu a tese dela falando sobre a situação de violência contra as mulheres dentro das igrejas. **Ela trouxe uma estatística que quarenta por cento das mulheres que sofrem violência doméstica são mulheres evangélicas.** E a pesquisa dela foi na zona sul de São Paulo, onde estamos situados. **Eu falei pô...isso tá acontecendo aqui no nosso quintal e a gente desconhece, nunca se preocupou com o tema** apesar de a Betesda ter essa preocupação de dar o lugar de fala para a mulher. Mas, tudo isso em construção eu ainda vejo. Porque o lugar de fala ainda é do homem. (...) **E aí quando a gente viu esse índice e as mulheres da Betesda quiseram voltar a falar nesse assunto, me inquietou falar**

sobre isso sem ter nada na mão. Se eu mexer nesse vespeiro, vai surgir a coisa vai vir, pessoas vão começar a falar e mulheres vão pedir ajuda e eu não sabia o que fazer. (Entrevista 2)

Os trechos acima destacados permitem concluir que o engajamento na causa é fruto de uma postura de indignação diante do problema e uma resposta ética da igreja: “(...) a gente não tinha uma motivação clara de um movimento de emancipação de mulheres. **Mas, sim de dores que apareceu na comunidade e que isso precisa ser olhado.** Porém, é um projeto que tem algum nível de emancipação feminina” (Entrevista 1). Ou seja, as agentes se sentiram na responsabilidade de organizar uma iniciativa para debater violência de gênero dentro da igreja, com intuito de conscientizar a comunidade religiosa e desenvolver atividades que beneficiassem também o entorno vizinho da igreja.

Ainda, a análise aponta que foi o pertencimento religioso e a relação afetiva entre as pessoas que conferiu unidade ao projeto. Quando perguntadas sobre o ingresso no projeto, as entrevistadas fizeram referência a vínculos de amizade e o desejo de fazer parte de algum trabalho ou atividade na igreja:

“Eu participei desse processo de formação dessa frente. **Mas, também tem o vínculo de amizade com (nome da pessoa), do relacionamento da comunidade religiosa. Eles são amigos dos meus pais, tem uma trajetória comum ali.** Acho que tem as duas coisas, da minha carreira como gestora e esse apoio que eu fazia antes aos outros projetos sociais e também o vínculo de amizade.” (Entrevista 1)

“Em relação ao meu histórico de militância, infelizmente, depois que eu fui pro mundo corporativo, eu acho que eu fiquei muito alheia. Falando de forma muito sincera. Porque um pouquinho antes de ser CLT, dentro da escola eu sempre fui uma pessoa que gostava dos movimentos de minoria, e inclusive a gente articulou várias ações (...) E até dentro do meu trabalho eu sentia uma certa discriminação. Por quê? Negra, de origem pobre. O cargo... a minha empresa é uma empresa muito machista... então essas coisas também me incomodavam demais. Enfim, só que essas coisas ficavam aqui dentro, por ser CLT, numa empresa cheia de burocracias eu não me manifestava e não levantava nenhuma Bandeira. Aí, o que aconteceu? **Dentro da igreja, eu não fiz parte do grupo que fez a organização inicial. Eu estava assistindo culto, e de repente, no meio do culto, tem uma exposição falando sobre as “Penhas Mortas”.** Eram 21 silhuetas de mulheres que foram vítimas da violência. No caso, se eu não me engano, eram casos específicos de violência doméstica. Eu estou na dúvida, mas eram todas mulheres vítimas da violência. **E aí, tinha uma chamada, após esta exposição, teve uma chamada da (nome da pessoa), falando que quem queria participar, quem queria se voluntariar, que teriam várias ações ali.** Falaram sobre a parceria com a casa Mulheres Vivas e que teriam várias ações que poderiam ser realizadas e quem estava lá disposto ali para trabalhar. (...) **E tem um gancho que eu acho importante, da minha entrada ali no Espelho Meu: eu queria fazer alguma coisa na igreja, eu queria me sentir parte, eu queria me sentir comunidade. E eu percebi que pra gente se sentir comunidade, a gente tem que se enveredar pra conseguir estar dentro.** Porque o convite tá aberto, e é quem quer mesmo né, ninguém vai puxar sua mão, dizer “olha, agora você faz parte, agora você é comunidade com a gente”. Numa igreja grande tá? Estou falando por uma perspectiva de uma igreja grande. (Entrevista 4)

Os estudos sobre a relação entre religiosidade e ação social⁶⁷ indicam que o cristianismo tem sido um elemento importante para motivar trabalhos voluntários variados. (MACHADO e MARIZ, 2007), e que as ações sociais religiosas contemporâneas guardam consigo um compromisso ético, o que Scheliga (2010) chama de “responsabilidade social evangélica”, que seria um engajamento político religioso que não se resume a ações pontuais de ajuda, mas sim numa atuação sistemática método e estrategicamente organizada. (idem, 2010, p. 104). Ainda, segundo a autora (2010), os projetos sociais contribuem para a consolidação da identidade da igreja publicamente, como uma comunidade religiosa que tem relevância na sociedade para além da atuação religiosa.

A IBSP tem uma tradição de projetos sociais com variados tipos de serviço e assistência oferecidos voluntariamente, prestados através do Instituto Coexistência, pessoa jurídica de direito privado distinta da igreja, responsável pela execução dos projetos sociais, que tem como missão: “Executar ações que complementem o trabalho social com crianças, adolescentes, jovens e refugiados, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária, através da educação, acolhimento e desenvolvimento do ser humano em sua totalidade”.⁶⁸

Existe um campo de estudos sobre projetos sociais, seja eles seculares organizados por ONGs, emprestas, artísticas, atletas, sejam eles religiosos, que os analisam sobre os efeitos dos projetos. Uma corrente entende que tais projetos podem promover integração social e reduzir criminalidades, drogadição, além de promover saúde e ampliação de horizontes e perspectivas de futuro. Por sua vez, a outra corrente entende os projetos pela ótica do disciplinamento e do controle de corpos, e entendem que a ausência do Estado que permite o surgimento desses

⁶⁷ Adoto a noção de ação social trabalhada por Eva Scheliga (2010), segundo a qual: “A nova configuração das práticas de assistência, que supõe a racionalização de métodos de trabalho e participação na gestão de resultados, também leva em conta um projeto de superação do que se considera ser uma falha na constituição das relações descritas pelas outras duas categorias, a de caridade e assistência. A nova categoria, a de ação social, remete a um campo semântico no qual as ideias de movimento e mudança são fundamentais e supõe que não só quem promove a ação, mas também aquele para quem a ação foi dirigida é sujeito desta ação. A opção pelo termo ação social indica, portanto adesão a um projeto que, por princípio, rejeita a assistência e a caridade, por considerá-las inadequadas: ao invés de primar pela autonomia do sujeito, transformando-a protagonista da ação, elas perpetuariam uma relação de tutela. A ação social, pelo contrário por orientar-se por princípios de uma racional e eficiente dos recursos humanos e financeiros, teria mais condições de emancipar os sujeitos envolvidos em uma relação de assistência seja o beneficiário final em relação à organização que lhe presta algum tipo de auxílio, seja a própria organização social que promove a assistência em relação as agências de cooperação e financiamento.” (idem, 2010, p. 82)

⁶⁸ Informação disponível em <<http://betesda.com.br/igrejas/jardimdasfontes/institutocoexistencia/>> Acesso em 06 Dez 2020.

projetos. (THOMASSIM, 2006). A literatura foi consultada para auxiliar na formação do argumento, no entanto, essa discussão de maneira aprofundada, não está no escopo dessa pesquisa. Os esforços de pesquisa se concentram em entender quem pensa (liderança), porque pensa (motivos e objetivos) e o que produz o projeto (o que entrega). Penso que para uma discussão dessa profundidade seria necessário ouvir também as pessoas beneficiárias do projeto, o que fica, quem sabe, para uma pesquisa futura.

Na seção seguinte, trabalho de mais detidamente sobre a participação masculina no projeto, fato que chamou atenção tornou-se um ponto importante de pesquisa, e, na sequência, a o papel e a compreensão social do projeto, como ele é pensado e percebido por quem o lidera.

3.3.2. Conjugalidade, presença masculina e legitimidade

Os projetos destinados às mulheres são tradicionalmente organizados e articulados por outras mulheres, sejam eles feministas ou não. Além disso, pesquisas reafirmam a superioridade da presença feminina na membresia das igrejas evangélicas e, por consequência, nos trabalhos voluntários de caráter religioso. Cecília Mariz em parceria com a socióloga Maria das Dores Campos Machado no artigo “Religião, trabalho voluntário e gênero”, (2007), concluem o seguinte: “[as mulheres] são as principais responsáveis pela transmissão das crenças e valores, as mulheres constituem a maior parte do voluntariado religioso.” (MACHADO e MARIZ, 2007, p. 319).

Durante as interações com as mulheres da equipe de coordenação, notei que o fato de existirem homens no PEM é positivamente avaliado por elas e reputado como pioneirismo: “Eu não senti resistência nem antes e nem depois, conforme o assunto vai ganhando mais corpo dentro da igreja, vai aparecendo mais gente querendo apoiar o projeto, homens inclusive. **Isso é uma coisa legal que a gente inclui sempre. Não é um grupo só de mulheres**” (Entrevista 1). Ou ainda: “O nosso convite foi para homens e mulheres. **Esse é o diferencial do Espelho Meu, ele é um projeto ‘startado’ por mulheres, mas para a comunidade**” (Entrevista 2).

A minha intenção era entrevistar os dois homens integrantes da equipe de coordenação do PEM. Porém, no momento do contato para acerto das datas de entrevistas, um deles me comunicou o seu recente desligamento do projeto e sugeriu que eu procurasse a coordenadora para obter as informações que eu precisasse. Havia da minha parte interesse em entrevistá-lo,

especialmente porque ele foi responsável pela elaboração de algumas ações do projeto, com destaque especial para o livro “Penhas Vivas” e prestou contribuições para a elaboração do *site* e de conteúdos publicados no *Instagram*, conforme informações obtidas nas outras entrevistas. No entanto, a partir de outras falas foi possível extrair informações relevantes para pensar a atuação masculina no projeto.

No roteiro da entrevista havia uma questão sobre o papel dos homens nas atividades do PEM. De maneira geral, as pessoas entrevistadas informaram que não havia divisão e hierarquização do trabalho de acordo com os gêneros, e que todas as pessoas contribuíam igualmente, de acordo com as suas potências e a disponibilidade de tempo: “Só mais uma coisa, você me perguntou o papel dos homens no grupo. Não sei se eu já te respondi ou não. **Mas, assim, eu quero dizer que é igual ao das mulheres.**” (Entrevista 1)

Porém, à despeito de uma posição de vanguarda ou do progressismo identificado pelas mulheres entrevistadas, foi na entrevista com o supervisor do projeto, que é pastor da IBSP e casado com a coordenadora do PEM, que foi possível identificar um ponto de tensão e conhecer o contexto da participação dele no projeto:

“Na verdade, eu acho que o meu papel. Ele entra como uma espécie de mediador. No começo aconteceram algumas coisas estranhas. **Porque as pessoas, inclusive no grupo de pastores, em vez de dirigirem a pergunta a ela, quererem saber com ela sobre o projeto, eles vinham a mim.** Porque tem uma estrutura ali, que por mais que a igreja queira se colocar no campo progressista, a natureza, o *ethos* diário não adianta, vem na fala, vem na postura.” (Entrevista 4)

O ingresso da figura masculina e a configuração de um casal como responsáveis pela coordenação das atividades do PEM suscitam reflexões sobre a legitimidade e autonomia feminina na liderança do projeto e a centralidade da figura do pastor na igreja e nos projetos nela oriundos. Para analisar essa questão, utilizado a categoria “conjugalidade”, aqui entendida como o vinculado conjugal que une os coordenadores do projeto, considerando ainda que o casamento como instituição importante dentro do cristianismo e da tradição bíblica.⁶⁹ Uma vez delimitado que estou chamando de conjugalidade e a influência do *ethos* religioso na ideia de casamento, retorno à entrevista. A reflexão feita pelo interlocutor demonstra que a presença masculina serviu como: (i) legitimador do projeto perante a comunidade religiosa e (ii) estratégia de comunicação

⁶⁹ No primeiro texto da Bíblia⁶⁹ aparece narrativa da união (casamento) de Adão e Eva “numa só carne” com o objetivo de ajuda mútua e cuidado: “Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne.” (GÊNESIS, 2:24). Importante registrar também que a interpretação literal desse versículo é utilizada por alguns religiosos na defesa do casamento monogâmico e heterossexual e interdições de uniões poligâmicas e homoafetivas.

entre o projeto e o grupo de pastores e pastoras. De acordo com a fala, a liderança feminina sozinha encontrou dificuldades na execução do projeto, ao passo que existência de um casal (homem e mulher) e especialmente a entrada do homem dirimiu obstáculos identificados.

Os trechos destacados das entrevistas oferecem uma contradição. Embora haja por parte da igreja um compromisso com o enfrentamento à violência de gênero (por isso, existe o projeto), a ordenação feminina ao pastorado⁷⁰ e a presença de mulheres no seu rol líderes de ministérios, projetos e ações sociais. No cotidiano das relações institucionais, é o homem quem chancela um projeto cujo objetivo é enfrentar violência de gênero. A situação contraditória do papel da mulher dentro da IBSP foi explicitada nas entrevistas em momentos diferentes.

Na entrevista 1, quando perguntei como a interlocutora avaliava a participação dos membros da igreja no debate, ela respondeu da seguinte maneira:

“Tem uma questão na Betesda que reflete muito o machismo das instituições religiosas que é a pequena presença de mulheres pastores. **Ainda que seja uma igreja progressista, a gente só escuta numa fala muito enfaticamente na fala da (nome da pessoa) essa questão do feminismo.** A quantidade de pastoras mulheres na igreja já é uma representação desse machismo estrutural que não permite que as mulheres acessem esse espaço de liderança. As mulheres ainda estão em minoria nesses lugares. Na Betesda, ainda que **tenha uma narrativa progressista, a baixa representatividade feminina no grupo de pastores e pastoras acaba fazendo com que a essa pauta só apareça quando (nome da pessoa) vai falar.**” (Entrevista 1)

Na entrevista 2, quando perguntada sobre o contexto de criação do projeto a interlocutora fala:

“Eu falei pô...isso tá acontecendo aqui no nosso quintal e a gente desconhece, nunca se preocupou com o tema **apesar de a Betesda ter essa preocupação de dar o lugar de fala para a mulher.** Mas, tudo isso em construção, eu ainda vejo. **Porque o lugar de fala ainda é do homem.**” (Entrevista 2)

As falas transcritas permitem concluir que, mesmo num espaço que se propõe a tematizar e enfrentar a violência de gênero, podem ser percebidas desigualdades de gênero, como por exemplo, o silenciamento de mulheres. A predominância da figura masculina e os silenciamentos das mulheres na igreja foi tematizada por Silvia Geruza Rodrigues, na sua dissertação de mestrado, ela sustenta que os discursos, pregações e ensino religioso foram pensados por homens e para impor uma posição de superioridade hierárquica do homem em relação a toda criação, nas palavras dela: “[como se ele fosse] um cidadão de primeira classe, escolhido para dominar não somente os animais e a terra, como também a mulher” (RODRIGUES, 2011, p.11). No entanto, é

importante registrar que o silenciamento de mulheres não é prática exclusiva das instituições religiosas. Há diversas pesquisas sobre o silenciamento e invisibilização da mulher ao longo da história (PERROT, 2005), nas variadas instituições sociais, inclusive nas igrejas evangélica (TEIXEIRA, 2015).

Outro ponto a se observar é que a liderança feminina que articula o projeto é esposa de um pastor que está na igreja há 28 anos. O que significa dizer que é uma mulher que já possuía uma posição consolidada dentro da igreja. E possui um histórico de outras atividades sociais dentro da igreja, é responsável pelo grupo de voluntários que faz trabalho voluntário com as crianças da comunidade religiosa e pelo grupo de psicólogas que trabalha junto às famílias, chamado “Companhia de Pais”, faz parte do grupo de casais, além de ser coordenadora do PEM. Analisando o protagonismo de mulheres dentro das igrejas evangélicas, Machado (2005) percebe associação entre o sacerdócio feminino e o exercício de cargos hierárquicos com o laço matrimonial. Segundo ela “As trajetórias de algumas das mais expressivas lideranças pentecostais revelam a importância dos vínculos domésticos e o papel decisivo dos homens no processo de ascensão das mulheres nas hierarquias religiosas” (idem, 2015, p. 391).

Em sentido parecido, Maciel (2015, p. 132-136), na sua pesquisa sobre relações de gênero no espaço religioso pentecostal, também identificou influência do casamento sobre a mobilidade social, a consolidação do *status* e posição das mulheres na igreja. A pesquisadora entrevistou mulheres que exercem cargos de liderança dentro das igrejas e todas elas eram casadas com pastores, ou sejam eram “esposas de pastor”, categoria utilizada por ela na análise. E concluiu: “Essa exigência (ser esposa de pastor) pode ser entendida como um mecanismo desenvolvido pelos dirigentes do sexo masculino para garantir o controle sobre a atuação feminina na igreja” (idem, 2015, p. 135).

Além disso, a conjugabilidade confere um caráter quase familiar ao projeto e se apresenta como experiência prática do possível trabalho comum e a cooperação que envolve homens e mulheres no enfrentamento à violência de gênero. Isto porque, o casal enquanto líderes desempenham múltiplos papéis, atuando como administradores do projeto, mobilizadores e estrategistas da causa defendida, e servem de exemplo e inspiradores para os voluntários e para pessoas beneficiadas projeto, especialmente porque muitos casos de violência contra a mulher

acontecem dentro das relações conjugais e são cometidas pelo parceiro íntimo⁷¹, conforme os dados de produzidos por diversos institutos de pesquisa. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). O exercício conjunto da liderança, ainda que não tenha sido intencionalmente pensada, pode significar um modelo de conduta moral possível entre os pares, capaz de produzir em outras pessoas a motivação para mudanças e revisões de padrões de gênero ou de comportamentos violentos.

Outra questão interessante é o reconhecimento de alguns limites que a presença masculina coloca para o projeto. A presença masculina foi reconhecida como um fator de desconforto e ou inibição de mulheres em situação de violência que se sentiram melindradas ao relatar agressões vivenciadas para os homens do projeto:

“Sabe uma coisa que é interessante? As entrevistas para fazer o livro. Um homem fazendo essa entrevista é absurdamente diferente de quando uma mulher faz. A gente foi aprendendo no caminho, é ok incluir os homens. Porém, tem alguns momentos que ou a gente faz sozinha ou a gente faz junto com eles. Porque tem alguns momentos que eles não conseguem sacar a dimensão...pensa um homem entrevistando uma mulher sobre uma situação de violência. Tem dores que a gente identifica na outra mulher que para eles é do tipo: como assim? É uma questão de identificação mesmo.” (Entrevistada 1)

De toda forma, a presença masculina é considerada um acerto do projeto pelas entrevistadas. A partir das falas, é possível perceber que a liderança enquadra violência de gênero como produto do machismo e considera que a superação dela implica na revisão dos papéis de gênero, com a desconstrução da masculinidade e a construção de novas subjetividade. Por isso, consideram imprescindível a participação masculina:

“Estamos em processo. Mas, o que a gente tem de prático, pensando a comunidade e em transformar, né? **Acho que essa é a nossa maior dificuldade que é destruir essa cultura já cristalizada desse patriarcado e do machismo que dentro da igreja, mesmo que seja uma igreja que se diga como nós mais fora da caixa, está culturalmente empregando.** (...) fomos para o NOOS, que é um instituto pioneiro e que começou esse trabalho com os homens. **E ele começou a trabalhar masculinidade tóxica, que é a construção ruim da masculinidade** (...) hoje eu tenho uma outra leitura do machismo. Eu vejo que os homens são vítimas do machismo também. Fomos para o NOOS⁷² para nos capacitar para criar grupos reflexivos de gênero.” (Entrevista 2)

“A gente, no projeto Espelho Meu, a gente está querendo trazer é um outro olhar sobre o quanto a mulher tem necessidade ainda de ter o seu espaço, conseguir ter voz. Até mesmo dentro do meio evangélico né, a gente sabe. Quantas mulheres que foram ali relatar pra gente que passaram por violência, foi falar com seu pastor, e o seu pastor falar

⁷¹ Por parceiro íntimo estou me referindo a cônjuge, marido, amante, esposo, companheiro, namorado, noivo, ex-cônjuge, ex-marido, ex-amante, ex-esposo, ex-companheiro, ex-namorado, ex-noivo. (Ver Stöckl H, Devries K, Rotstein A, Abrahams N, Campbell J, Watts C, et al. The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. Lancet 2013; 382(9895): 859-65. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61030-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61030-2))

⁷² Mais sobre em: <http://noos.org.br/instituto/>, Acesso em 14 Nov. 2020.

“ora, minha irmã, ora”, “a mulher sabia...”, “você não pode ir contra o seu marido”. Então a gente tá desconstruindo algo que durante muito tempo foi incutido ali dentro dessas pessoas. Então, pra mim, o Espelho Meu tem um papel assim fundamental, como um divisor, para colocar os holofotes sobre esse tema, sobre a violência contra a mulher. Mas a gente tá falando do fim né. Porque o negócio começa lá atrás. A gente tá falando do machismo, da masculinidade tóxica. São esses olhares que a gente quer trazer também para a nossa comunidade. Então, quando a gente fala de grupos reflexivos, é disso que a gente tá falando. A gente já começa trazendo para a masculinidade, “então peraí, o negócio não começa aqui com a violência. Começa lá atrás, quando eu falo que a mulher, ela não pode usar uma roupa “x”, porque eu não permite ou eu não permite que a minha esposa participe de alguma coisa, enfim, tem “n” tipos de violência e que a gente fala que começa com a masculinidade tóxica. Eu vejo que o Espelho Meu teve um papel importante ali na comunidade, com ações que visavam fomentar esse tipo de olhar.” (Entrevista 4).

3.3.3. Academicismo: a capacitação e linguagem para efetivação do projeto

Durante a análise dos dados, notei o nível de escolaridade das pessoas da equipe de coordenação do projeto⁷³ – todas possuem nível superior completo, alguns com pós-graduação ou especializações – e o investimento intelectual na busca de capacitação e a orientação técnica qualificada para a execução do projeto. Para o cotejamento dos dados, mobilizo a categoria “academicismo”, que faz referência ao movimento em busca de capacitação para utilização de técnicas e estratégias qualificadas para a execução do projeto. Esse ponto é relevante e vai subsidiar o entendimento das discussões feitas nas seções seguinte, quando debato a percepção de que a liderança tem do projeto em si, o seu papel e a sua relevância social, bem como as medidas de enfrentamento produzidas para alcançar os seus fins do projeto: “objetivo de despertar o olhar da comunidade para o tema [violência contra a mulher], criar mecanismos para acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino e, através ações sistemáticas ser referência no combate a essa violência” (PROJETO ESPELHO MEU, 2018).

Conforme já explicitado, o PEM nasceu num levante, sem um antecedente histórico de engajamento político ou formação especializada em gênero e violência. E para a estruturação do projeto e organização das atividades, os coordenadores dividiram-se em frentes de atuação: financeira, compras, mutirões e doações, mídia e comunicação, relação públicas, projetos,

⁷³ Informações coletadas do site e nas entrevistas. A composição é a seguinte: (1) Graduação em Serviço Social, pós-graduação em Terapia Familiar Sistêmica e especialização em Gestão de Políticas Sociais; (1) Graduação em Administração de Empresas e Teologia; (1) Graduação em Economia e especialização em Recursos Humanos; (1) Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Mestrado em Administração Pública; (1) Graduação em Pedagogia e Gestão de Recurso Humanos; (1) Graduação em Pedagogia.

serviços, núcleo de voluntários e oficinas. Além disso, se movimentaram em busca conhecimento técnico e repertório de práticas para acolhimento e orientação das mulheres em situação de violência:

“Não sabia como encaminhar e sempre achei muito simplório falar assim: vai lá e denuncia. A mulher vai denunciar e depois? Ela vai voltar para a casa? Eu acho que é irresponsável da minha parte só mostrar essa porta. Ou eu tenho um lugar para acolher e orientar a prosseguir. Daí eu falei, precisamos fazer algo antes. **O primeiro passo nosso foi pensar uma parceria com quem já tem *know how* porque eu acho que nisso a igreja costuma pecar muito, a gente tá sempre querendo inventar a roda. Começar um projeto do nada, mas tem tanta gente que já está fazendo isso que a gente podia simplesmente ser parceiro e aprender com essas pessoas.** (...) Foi o que a gente fez, a gente procurou uma pessoa de referência que na época eu busquei a Valéria que era alguém que tinha se identificado na pesquisa, eu pedi a ela uma indicação e nós fomos na Casa das Mulheres Vivas que é uma CDCM, aqui no Campo Limpo. A gente propôs uma parceria, a gente fazia doações e assistência material da Casa e ela acolhia as mulheres que a gente encaminhava para ajudar a cuidar da mulher.” (Entrevista 2)

“**Nós participamos de diversos eventos** como “Papo de homem”, “dialogo possível”, “Fale sem medo”, **além de ver publicações, documentários...**a gente fez o grupo a respeito de grupos reflexivos, a gente teve acesso a esse material e **isso ajudou a gente na nossa prática, no modo de fazer.**” (Entrevista 3)

O investimento intelectual para construir um arcabouço teórico “secular” e obter capacitação profissional, como eles disseram *know how*, pode indicar algum grau de racionalidade para embasar métodos de trabalho do PEM e a produção de conteúdo por parte do projeto:

“**O nosso passo para 2020 era a formação mais conceitual.** O grupo é enorme são oitenta e poucas pessoas. Mas, ele ainda não é um grupo coeso, é uma grande colcha de retalhos. Eu acho que as costuras precisam estar mais alinhadas. **Nós fizemos uma capacitação para que eles pudessem entender o contexto.**” (Entrevista 2)

“**A gente precisa ter uma produção de conteúdo para levar nesses lugares...por que como a gente vai falar com crianças sobre isso?** Sendo que a gente ainda está amadurecendo o tema dentro da gente.” (Entrevista 1).

Sobre o engajamento e obras sociais no meio pentecostais foram identificadas algumas pesquisas (MARIZ, 2016; SCHELIGA, 2010; MILLER E YAMAMORI, 2007; MACHADO e MARIZ, 2007; CONRADO, 2006; MACHADO, 2003). Dentre as pesquisas citadas, destacamos o trabalho da socióloga da religião Cecília Mariz, intitulado “Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil: O discurso de seus líderes” (2016), no qual a autora faz uma análise dos discursos acionados pelos pentecostais e pelos católicos carismáticos acerca dos projetos sociais que desempenham. Mariz (2016) dialogando com outras pesquisas, chega a uma importante conclusão acerca do trabalho social realizado por movimentos religiosos e igrejas:

Ao assumir um trabalho social, a maioria dos movimentos religiosos ou das igrejas tem como pressuposto uma agenda mais universal para demonstrar que não se organiza apenas para conquistar mais adeptos. Por meio da realização de um projeto de ajuda social, assim como via a adesão ao discurso dos direitos humanos, as igrejas, como já mostrou Machado (2012a e 2012b), conseguem obter legitimidade para atuar na esfera pública. Baseadas em Habermas (2006), Machado (2012b), Scheliga (2010) e Montero (2009) já destacaram a necessidade de atores religiosos adotarem em suas falas argumentos racionais, não encantados, e valores universalistas para obterem legitimidade no debate democrático. Por esse motivo, salientam Machado e Burity (2014), os líderes religiosos cada vez mais passam a desenvolver uma fluência na linguagem secular especialmente para falarem de política e também dos trabalhos sociais de suas igrejas. Esses autores mostram como os discursos de líderes religiosos sobre as obras sociais desempenham papel importante na construção de uma imagem positiva do grupo religioso e na luta por legitimidade no jogo político e por acesso a verbas públicas que financiem seus projetos sociais. (MARIZ, 2016:2).

O extrato acima demonstra como essa entrada dos evangélicos ao ambiente político e a esfera pública tem feito com que eles adequem a linguagem e os argumentos aos procedimentos formais da democracia, sem usar o texto religioso ou fundamento religioso como argumento, de forma terem suas questões escutadas e consideradas na esfera pública, além de viabilizar o recebimento/captação ou não de verbas públicas para o desenvolvimento do projeto e de suas atividades. É o que o Vaggione (2006) chama de “secularismo estratégico” e Machado (2017) chama de deslocamentos discursivos.

Também foi possível identificar uma preocupação com o discurso religioso e teológico e a produção de uma linguagem coerente com os debates contemporâneos sobre gênero, a articulação entre referenciais bibliográficos, bíblicos e práticos que dialoguem com a realidade das pessoas da comunidade de fé também me parece um indicativo desse academicismo: “O meu grande interesse tem a ver com a área pastoral e teológica, **de refazer a teologia, de refazer a linguagem, de refazer a comunicação com a igreja.**” (Entrevista 3). O mesmo interlocutor disse o seguinte:

“Dentro do ambiente de igreja, você pode ter todas as pesquisas para provar que aquilo é daquele jeito, mas não interessa é o que a bíblia diz. Então, por isso que a gente tem esse negacionismo do Covid, isolamento para que? (...) Se a gente não tiver uma mudança teológica, a gente não terá uma mudança dentro da estrutura da igreja.” (Entrevista 3)

Especificamente no contexto evangélico, algumas atitudes individuais e problemas sociais tendem a ser espiritualizados, tratados como ação demoníaca ou uma provação de Deus e o crente colocado como alguém que dependente do divino, por exemplo, no caso de enfermidade, é deus quem cura; no caso de dependência química, é deus quem liberta; no caso de violência, é deus quem expulsa o demônio do agressor e pacifica a situação. Vilhena (2010, p. 94-95) identificou

que muitas mulheres evangélicas protelaram a denúncia e postergaram rompimento da relação, pois acreditam que os atos de devoção - oração e jejum - seriam instrumentos capazes de converter os autores da agressão e reestabelecer a harmonia conjugal, ou ainda foram aconselhadas a suportar situações de violência no âmbito privado.

O atendimento inadequado e despreparado pode implicar na revitimização das mulheres em situação de violência que é quando num espaço institucional, que deveria ser de acolhimento e cuidado, a mulher passa por nova experiência de sofrimento e angústia por conta de tratamento inadequado ou recriminatório. Ocorre, por exemplo, quando a mulher é desacreditada e tem a sua dor e seu sofrimento diminuída, sofre julgamento moral, é desestimulada a denunciar ou aconselhada a não tomar nenhuma atitude contra a situação de violência suportada.

No vídeo intitulado “Papo no Espelho”⁷⁴, divulgado no Instagram o casal de coordenadores do projeto conversam sobre a relação entre violência contra a mulher e a igreja. Ao longo da conversa eles desmitificam a violência de gênero afastando as justificativas exclusivamente espirituais, fazem a descrição do que entendem ser comportamento violento, divulgam canais de denúncia e a incentivam as mulheres a busca de assistência estratégica e escuta técnica. Num determinado momento do vídeo, a gramática religiosa é acionada como recursivo discursivo para afirmar o corpo e a integridade das mulheres como sagrados e, portanto, alvo de proteção e cuidado. Porém, em momento alguma retira o teor de crime violência contra a mulher. Pelo contrário, o projeto utiliza a religião em favor do enfrentamento da violência de gênero, mas demonstra interesse de replicar práticas desenvolvidas por profissionais especialistas na temática. Para tanto, o PEM está articulados com equipamentos da rede pública de assistência social da cidade de São Paulo e interessado ao que vem sendo produzido tanto pela militância e academicamente para subsidiar a elaboração da metodologia própria.

3.3.4. Papel social: a compreensão de si e a negociação de fronteiras entre a Igreja e o Estado

As ações realizadas pelo PEM ocorrem dentro e fora das dependências da igreja, de tal forma que pode ser considerado um projeto paraeclesiástico e seus interlocutores são as mulheres e homens membros da igreja, as organizações parceiras e, de maneira indireta, as mulheres em situação de abrigo a quem são prestadas a assistência. Com relação a atuação

⁷⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDCdAW0JB-H/>, Acesso 2 Dez 2020.

do projeto junto as casas da assistência social, uma questão se colocou para mim: se haveria objetivo de evangelização e a conversão de pessoas ao cristianismo. E essa foi uma das perguntas que fiz e refiz às minhas interlocutoras e meus interlocutores nos contatos informais e nas entrevistas. E as respostas juntamente com a análise dos dados foram no sentido de que o desejo dos participantes do projeto está mais associado ao exercício de valores cristãos – solidariedade e o amor ao próximo – com o objetivo de transformação social do que de proselitismo.

No *Instagram* do PEM é possível ver publicações com as seguintes mensagens: "Viva uma vida, de forma que o mundo precise de você", "Seja a razão para alguém acreditar no amor", "O mais importante é o impacto que causamos na vida de outras pessoas!", entre outras, com objetivo de recrutar voluntários e doadores para o projeto. Ainda, há um vídeo institucional cujo título é "Impacte o mundo. Seja diferente", no qual a coordenadora do projeto fala da importância das pequenas ações no cotidiano e a capacidade que elas têm de juntas transformar a realidades.⁷⁵ E tive a oportunidade de ouvir a Celina Borges, então responsável pela CDCM - Casa Mulheres Vivas, falar sobre a parceira com o PEM. A fala dela foi durante o evento Inside Fórum, realizado na sede igreja, e ela foi enfática ao dizer que a condição para firmar parceria foi proibição de qualquer menção à religião ou tentativa de conversão dentro da casa de abrigo.⁷⁶ Essas dados, me fazem retomar ao item "O projeto como resposta ética da igreja", no qual trabalhei compreendi a atuação do projeto como um compromisso ético com valores cristãos e promoção de justiça social. Ainda que o entanto, no ambiente religioso, a articulação da pauta mistura princípios religiosos com noções seculares de direito e igualdade.

O PEM também divulgou nas suas redes sociais a participou de audiências públicas na Câmara de Vereadores, a realização de uma mobilização para coleta de assinaturas para abaixo assinado, visita à Promotoria de Justiça especializada em violência contra a mulher. Sobre essas atividades, os entrevistados mostram-se engajados e informados sobre a atuação estatal no enfrentamento da violência de gênero e, por reconhecem a centralidade do Estado no enfrentamento à violência de gênero, acreditam que precisam estar mais próximos do poder público acompanhando a gestão de políticas públicas já existentes e a implementação de outras. A partir da análise, pode-se afirmar que existe uma relação de complementariedade da atuação estatal, e não de substituição:

⁷⁵ Vídeo publicado em 7 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.instagram.com/p/B03XLfKBi6s/>, Acesso em 15 Dez 2020.

⁷⁶ Informação registrada em caderno de campo.

“(...) começa a amadurecer ações concretas do que a gente pode fazer para tanto encaminhar casos que apareçam na nossa comunidade, **quando apoiar a comunidade local e a rede de acolhida nas necessidades dela**. Dado que a gente sabe que os recursos recebidos do setor público são escassos e não estão na tempestividade necessária. Uma mulher precisa de um fogão hoje, não é daqui um mês quando o recurso vier da Prefeitura. Então, a gente surge desse levante.” (Entrevista 1)

Em outra perspectiva, o levantamento permitir concluir que o projeto pensa a si mesmo como uma contribuição para as iniciativas já existentes e, ao mesmo tempo, um mobilizador social para engajamento de novos grupos em torno da pauta com objetivo de transformar relações sociais de gênero dentro do ambiente religioso.

Outro aspecto importante diz respeito ao financiamento das atividades do PEM. Apesar de a IBSP ser considerada uma igreja de grande porte⁷⁷, nas entrevistas verifiquei que a obtenção de recursos financeiros é um ponto sensível e deficitário. Por exemplo, a falta de recursos inviabilizou temporariamente o lançamento do livro “Penhas Vivas” que estava previsto para março 2020, mas não foi possível realizar a impressão dos livros na data inicialmente estipulada. As falas sobre o financiamento são no seguinte sentido:

“Trabalhar com doações também é difícil porque oscila bastante e num contexto de crise econômica as pessoas conseguem doar menos. **Ah! Tem uma coisa super importante que é legal falar: que é a disputa de recursos dentro da igreja. Quando a gente pede doação para os membros da igreja, significa que ele está doando para o meu projeto e não está doando para o outro. Isso é super complexo.** A hierarquia de problemas sociais, para quais a pessoa precisa doar mais? A Igreja passa por um período de restrição econômica altíssima em razão da crise econômica dos seus membros e aí projeto o projeto sai pedindo dinheiro. Fica a igreja sem caixa para pagar os seus funcionários e a gente pedindo dinheiro para o projeto social. Fica uma disputa” (Entrevista 1)

“O projeto não tem financiamento, é de voluntariado. Quando a gente precisa a gente faz uma campanha para arrecadar. (...) a gente faz tudo na raça, a gente tem sempre um fundo de caixa para doações”. (Entrevista 2)

Os trechos destacados indicam uma tensão interna acerca da divisão e alocação de recursos financeiros entre a igreja e o projeto e permitem constatar que o projeto é uma atividade secundária em relação à igreja em si. Diferentemente da igreja que tem um fluxograma e compromissos financeiros com seus profissionais, o projeto não tem profissionais remunerados

⁷⁷Por uma série de questões institucionais, a Igreja Betesda de São Paulo não faz mais controle do seu quadro de membros com a emissão de carteirinhas e coisas do gênero. No entanto, a estimativa é que semanalmente são 1.500 frequentadores nos cultos e atividades da igreja. Desse montante, aproximadamente 900 contribui de maneira mais regular financeiramente e na execução dos projetos. Informação dada por um interlocutor e registrada em caderno de campo.

no seu quadro de colaboradores e a execução das atividades depende do engajamento e da disponibilidade de tempo e de dinheiro seus voluntários.

Como alternativa para superar a escassez de recursos e desenvolver suas atividades, o PEM tem recorridos a algumas estratégias além da arrecadação na igreja. Uma delas são as campanhas de arrecadação pela internet, através de plataformas virtuais onde os usuários podem cadastrar-se e doar fazendo o pagamento com o cartão de crédito ou boleto bancário⁷⁸. Outra é a captação de recursos junto ao poder público e a iniciativa privada, mediante submissão de projetos a editais de fomento, o que também tem relação com a constituição de uma pessoa jurídica e a desvinculação com a igreja:

“A gente tem o Instituto Coexistência, a gente tá buscando financiamento de empresas e outras organizações, instituições e participando de editais. E a gente não conseguiu acessar recurso externo que seja representativa. Para a gente concorrer a esses financiamentos a gente tem que se adaptar ao fundo, por exemplo, o “fundo elas”. Toda vez que a gente vai concorrer a um edital a gente se adaptar ao objetivo deles. E você fica tendo que se mudar, as vezes nem era o que a gente gostaria de fazer, mas precisa se adaptar. A gente tentou no segundo semestre de 2019 para acessar editais e não rolou. Isso demanda uma energia grande, porque você precisa escrever um projeto para cada edital, nem sempre é o que você gostaria de fazer e as vezes é frustrante.” (Entrevista 1)

“A gente tenta desvincular muitas vezes da igreja em si, porque, por exemplo, quando eu fui atrás de captação de recursos, inclusive na empresa onde eu trabalho, a primeira coisa que eu ouvi é que a gente não podia estar vinculado a nenhuma entidade religiosa. Então, dentro das dificuldades que a gente tem, estar vinculado a uma igreja, isso também acaba interferindo, dependendo do tipo de parceria que a gente quer realizar. É tudo uma linha muito tênue. **A gente tá vinculada a uma igreja, o Instituto Coexistência é da Betesda, tem lá seu CNPJ e tal. Mas as pessoas que fazem parte da diretoria do Instituto são os mesmos do corpo diretivo da Betesda.** Então, assim, eu vejo que é muito complicado. Bem, bem complicado. No entanto, em determinados momentos, a gente precisa se posicionar como parte de um projeto, um instituto, não vinculado à igreja. É meio paradoxal, meio contraditório. Eu fico pisando em ovos para poder falar sobre esse assunto.” (Entrevista 4)

A tentativa de captação de recursos públicos e de realização de parcerias com o Estado e a iniciativa privada é uma prática das organizações religiosas e projetos sociais nelas oriundos que tem se tornado comum nos últimos anos. Sobre a parceria e participação de igrejas nas políticas sociais no Brasil, a literatura sociojurídica indica que instituições religiosas firmam parceria com o Estado para a execução de políticas sociais das mais variadas (BURITY, 2011). A legislação brasileira considera legítima a parceria entre organizações religiosas, o regime jurídico das

⁷⁸O Projeto Espelho Meu fez uma campanha de arrecadação em dezembro de 2019, na qual doadores utilizavam uma plataforma virtual para fazer doações com o valor mínimo de dez reais. Mais sobre em: <https://www.instagram.com/p/B7JqBegBjaw/>, Acesso 16 Dez 2020.

parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, desde que as organizações religiosas se dediquem a atividades ou projetos de interesse público e de cunho social distintos dos exclusivamente religiosos (BRASIL, 2014).

3.4. Produção de sentidos para a violência de gênero e de medidas de enfrentamentos

O Projeto Espelho Meu tem como objetivo “despertar o olhar da comunidade para o tema [violência contra a mulher], criar mecanismos para acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino e, através de ações sistemáticas ser referência no combate a essa violência”. (PROJETO ESPELHO MEU, 2019). E para cumprir com seus objetivos, o projeto desenvolve uma série de atividades que serão descritas e analisadas nessa seção. A análise dos dados indica que o PEM funciona como uma ouvidoria e apoio psicológico, assistencial, legal e espiritual às mulheres em situação de violência; pretende ser um espaço de ressocialização de homens agressores, com interlocução junto aos órgãos responsáveis pela gestão de políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero como se demonstrará a seguir.

3.4.1. A metáfora do “Espelho” e a produção de sentidos para violência

A expressão “Espelho Meu” é conhecida dos contos de fadas, mais especificamente da história da Branca de Neve e os sete anões.⁷⁹ No entanto, a escolha do nome do projeto não se deu em razão da história, mas através de uma inspiração de uma das integrantes da equipe de coordenação:

“Na primeira sentada, uma das participantes disse eu tive um insight essa noite, e essa pessoa passou por situação de violência num antigo casamento. E pouco ela falava sobre isso. Quando começamos a planejar o grupo, essa coisa veio à tona para ela. (...) O insight foi a imagem que veio para ela foi um espelho, e aquela espelho era dela e a frase que vinha era: “me ajuda a ver ela, como eu”. Porque ela mesmo parou de ver a outra como ela, porque ela se distanciou da história dela. Uma projeção de ver o outro.” (Entrevista 2).

O grupo inicial, a Gi, o Eliel, a Brenda, a Mônica e a Cida Valença, eles se reuniram, viram a necessidade, a Gi principalmente ficou muito incomodada depois de uma fala da

⁷⁹ Na história, Branca de Neve é uma jovem órfã e muito bonita. Ela é perseguida pela raiva que tem inveja da sua beleza e manda matá-la. Porém, o lenhador encarregado da missão de matar não teve coragem de cometer o crime e cria um plano para que a jovem continue viva e segura. Branca de Neve passa a morar na floresta com 7 amigos, os anões. A rainha tinha o costume de olhar para o espelho mágico e perguntar: “Espelho, Espelho meu existe alguém mais bonita do que eu?” O espelho respondia que a Branca de Neve era a mais bonita.

Valéria Vilhena, e ela falou “a gente precisa fazer alguma coisa”. E então a Cida um dia dormiu e teve um sonho, e nesse sonho ela vê claramente, acho que alguém olhando no espelho, e falando “espelho, espelho meu”. Tanto que no início era “Espelho, Espelho Meu”. E tem muito, muito a ver com o projeto. Tanto que a gente quer olhar pro espelho e enxergar quem a gente é. E a gente como voluntário, quer que aquela mulher também se olhe no espelho, e também se enxergue como mulher, forte, empoderada, que reconheça os direitos que ela tem, enfim. Tem vários significados que a gente traz, a partir desse espelho meu. Mas quem teve, quem pensou, foi a Cida num sonho. (Entrevista 4)

O Espelho aparece como um instrumento que permite o reconhecimento de si e, ao mesmo tempo, a visibilidade das histórias de outras mulheres cumprindo a função de “despertar o olhar da comunidade”. A visibilidade é uma estratégia ativista com o objetivo de difundir uma determinada causa, propor debates e medidas educativas de transformação social. E tal estratégia é comumente utilizada por movimentos sociais a fim de criar relevância e legitimidade ao que se reivindica.

Uma questão importa é sobre a produção de sentidos sobre a violência de gênero, ou seja, como o conceito de violência de gênero é absorvido e trabalhado pelo projeto. Conforme exposto no item “2.2.1. Violência de gênero contra as mulheres e as representações cristãs de gênero”, dentro do universo evangélico um dos sentidos correntes é que a violência seria resultado da influência demoníaca na vida do crente ou que a prática de atos de devoção (jejum e oração) seriam ferramentas para enfrentar as adversidades, inclusive as situações de violência.

O Projeto Espelho Meu desconstrói esses sentidos desvelando violências e o machismo naturalizados nessas visões religiosas. Essa afirmação pode ser feita com base na análise, por exemplo, no vídeo “Papo no Espelho”, os coordenadores do projeto desmistificam a violência e o uso de expressões recorrentes no debate sobre violência de gênero como “mulher gosta de apanhar”. Essa máxima fala de uma suposta convivência por parte das mulheres com os homens autores de violência ou da fetichização da dor e do sofrimento. (GREGORI, 2003). Ao substituir a expressão por sua negativa “ninguém gosta de apanhar”, eles utilizam na sua argumentação significantes diluídos na sociedade para desconstruir uma ideia cristalizada e construir novos sentidos. Ou seja, estão produzindo sobre o que entendem ser violência, que é um processo de nominar, ao mesmo tempo que estimulam a denúncia:

“(...) por conta do projeto, eu recebi mulheres da comunidade que denunciavam situação de violência. Outra coisa, o grupo de adolescente, que é um nicho que me interessa muito, e elas participaram de um vídeo que fizemos recentemente e isso ‘startou’ nelas o desejo de fazer uma denúncia institucional de uma situação que elas tinham vivido com alguns meninos da igreja. Mas, elas se empoderaram através do projeto para falar desse tema que já é passado, e elas resolveram tirar da caixa.” (Entrevista 1)

Ao produzir sentidos para violência, o PEM utiliza as categorias jurídicas constantes na legislação nacional sobre violência de gênero contra a mulher, em especial na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006, o que evidencia a influência jurídica na construção da legitimidade das reivindicações pelo enfrentamento à violência de gênero.⁸⁰ A violência tematizada não é apenas física, mas abarca outras formas de violência previstas na legislação. Além disso, a gramática religiosa também é estrategicamente acionada. No vídeo já referenciado, a coordenadora do projeto apresenta Jesus como alguém que denuncia as violências. A simbologia tem efeitos na compreensão do fenômeno por parte de pessoas cristãs, ao criar paralelos e posicionar Jesus Cristo como exemplo a ser seguido, pretende-se criar um comportamento combativo à violência de gênero. Dessa forma, o projeto também disputa sentidos acerca do que deve ser a atitude de uma pessoa cristã com relação à violência.

Ainda, importante destacar que a gramática religiosa não afasta da violência contra a mulher o seu teor de crime em que se deva ser aplicado às penalidades legais. A possibilidade de mudança de conduta por parte do autor da agressão é uma das questões importantes para o projeto. Tanto é assim que uma das frentes de trabalho são os grupos reflexivos de gênero. No entanto, convém destacar que a orientação oficial do projeto é que a mulher em situação de violência se afaste e busque ajuda qualificada antes de reatar o relacionamento. No vídeo, essa orientação foi acompanhada da explicação das três fases do “ciclo da violência”, a saber: aumento de tensão, ataque violento e lua de mel. O ciclo da violência é teoria que pretende identificar e explicar os padrões abusivos dentro de uma relação afetiva e os motivos que fazem com que seja difícil romper com ela (WALKER, 1979; CÔRTEZ, 2012; SCHRAIBER, 2007).

De acordo com a referida teoria, a fase de aumento de tensão é acontece quando o homem autor de violência apresenta comportamento ameaçador e violento. A fase do ataque violento é quando as agressões físicas e verbais acontecem de fato, e é comum que nessa fase as mulheres procurem ajuda e formalizem denúncias. Por fim, a fase de lua de mel sucede ao ataque violento e se caracteriza pela tentativa de reconciliação do casal, quando o agressor tenta se redimir dos seus atos, pede perdão e promete não fazer novamente. Para os coordenadores, uma orientação qualificada é de extrema importância para que a mulher tenha condições de fazer escolhas de

⁸⁰ No site oficial do PEM, existe uma seção chamada “PVDES” na qual está disponível para *download* a cartilha de Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres com a Estratégia de Saúde da Família previsto na Lei do Município de São Paulo n. 16.823/18. Disponível em <https://www.espelhomeu.sampa.br/pvdesf>, Acesso 20 Dez 2020.

continuar ou não no relacionamento, e romper com o ciclo da violência, seja qual escolha ela tomar.

As pesquisas feita com mulheres em situação de violência indicam que elas buscam estratégias para lidar coma situação, com expectativa de cessar a violência e reestabelecer a convivência harmoniosa. Dentre as mais variadas estratégias, o suporte espiritual e a igreja são utilizados por essas mulheres para lidar com a situação de violência. (VILHENA, 2009). A busca de ajuda junto à rede de enfrentamento acontece quando as esperanças de mudança desaparecem (FERRER, 2011). O PEM incentiva à denúncia ao sistema de justiça. Essa postura de referendar a denúncia e a tratativa judicial dos casos de violência tem lastro nas reivindicações feministas, que compreendem as relações de gênero como assimétricas e, portanto, sem condições de negociar com igualdade. Tal atitude pode ser lida como empoderamento do Estado e da institucionalidade como responsáveis pela gestão desse tipo de conflito (HOLZENTIER, 2017). A questão da eficácia da criminalização da violência de gênero vem sendo pesquisada e tematizada pela literatura sociolegal (IZUMINO, 2003, 2007; DEBERT, 2006; DEBERT E GREGORI, 2008).

No entanto, certo é que a denúncia da situação da violência não se traduz necessariamente no desejo de ruptura da relação, ela pode ser também a imposição de um limite a situação de violência, uma negociação ou gerenciamento da crise (RIFIOTIS, 2008; PASINATO, 2004; MORAES, 2006; MORAES & GOMES, 2009). Além disso, os estudos sobre violência de gênero demonstram uma certa descrença das medidas protetivas por parte das mulheres, seja porque o trâmite é moroso, seja porque a mulher não possui recursos financeiros para contratar um advogado ou ainda em razão do descumprimento das medidas protetivas por parte dos autores de violência (MORAES, SOARES e CONCEIÇÃO, 2005). Ante a insuficiência do Direito penal e do Estado para solução da violência de gênero, a igreja pode ser um espaço de diálogo e de fortalecimento das mulheres (SOARES, 2012), além um importante ator social na internalização de novos papéis sociais de gênero, mais simétricos e harmônico e novas formas de sociabilidade nas relações de gênero, o que pode influenciar no êxito de políticas públicas de gênero. Os estudos sobre a produção e políticas públicas indicam que as pessoas beneficiárias de tais políticas aderem ou não o proposto a partir de um filtro de ideias, valores e normas pessoais (FINNEMORE, 2009; FINNEMORE & SIKKING, 2005) e, por que não, religiosas.

3.4.2. As medidas de enfrentamentos produzidas pelo PEM

O Projeto Espelho Meu iniciou suas atividades em novembro de 2018 e desde então diversas ações são executadas visando apoio às mulheres em situação de violência, a ressocialização de homens agressores e a interlocução com órgãos públicos responsáveis pela gestão das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Assim, faço uma análise de algumas atividades e ações do PEM utilizando o conceito e os enquadramentos que orientam essa dissertação apresentados no item “2.3. O conceito de enfrentamento à violência de gênero”. As atividades aqui descritas aconteceram ao longo do período pesquisado e a maior parte delas possuem registro fotográfico ou audiovisual publicado na rede social do projeto.

a) Campanhas de sensibilização e visibilização pública da violência de gênero

O Projeto Espelho Meu realizou diversas campanhas de conscientização para a temática da violência de gênero. Entendo por campanhas ações ou conjunto de ações planejadas e não espontâneas de difusão de informações, dados e conhecimentos, compartilhamento de sentimentos que visam construir responsabilidades e mobilização social entorno de um tema. As campanhas aconteceram dentro da igreja e no ambiente virtual das redes sociais.

A intervenção chamada “Corpos da Penha” realizada durante o culto de domingo, em março de 2019, consistiu na apresentação de silhuetas de mulheres que foram vítimas da violência. Na ocasião, o projeto realizou a apresentação de oito histórias, com nomes, motivos, arma e local do crime, tendo ao fundo som de tambores. Essa é a atividade inaugurou o projeto dentro da igreja e envolveu pessoas que desejaram se voluntariar para trabalhar no PEM:

“Nós fizemos um movimento para impactar a comunidade, com um material que elas desenvolveram que se chama Corpos da Penhas, que elas inclusive emprestam, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira quando inaugurada estava com os Corpos da Penha lá. São silhuetas de mulheres que já foram a óbito por causa de feminicídio. As silhuetas são no formato do corpo, a cor do cabelo delas, cor de pele e no peito um pequeno descritivo com a idade, nome dos filhos, situação da morte, por quem morreu e onde e horário do crime. Nós fizemos um impacto na igreja, tudo aconteceu na hora certa. Fizemos uma entrada no culto, apagaram-se as luzes e uma pessoa foi narrando o descritivo de cada silhueta e uma música no fundo. Cai uma ficha para a Igreja. Naquele dia eu tinha quatro pessoas comigo pensando o projeto e nós passamos a ser sessenta e quatro em um dia, muitos voluntários surgiram.” (Entrevista 2)

“Eu estava assistindo culto, e de repente, no meio do culto, tem uma exposição falando sobre as Penhas mortas. Eram 21 silhuetas de mulheres que foram vítimas da violência. No caso, se eu não me engano, eram casos específicos de violência doméstica. Eu estou

na dúvida, mas eram todas mulheres vítimas da violência. E aí, tinha uma chamada, após esta exposição, teve uma chamada da (nome da pessoa) perguntando quem queria participar, quem queria se voluntariar, que teriam várias ações ali. Falaram sobre a parceria com a casa Mulheres Vivas e que teriam várias ações que poderiam ser realizadas e quem estava li disposto ali para trabalhar.

Nessa primeira chamada eu dei meu nome, meu telefone, tudo bonitinho, participei da primeira reunião, e fiz parte do grupo que foi... os primeiros voluntários foram entrevistados por (nome das pessoas).” (Entrevista 4)

O culto de domingo é uma das atividades mais importantes de uma igreja e da rotina dos fiéis e membros de igrejas evangélicas. E certamente a intervenção durante o culto levou em consideração a relevância do momento. A “Campanha do Laço Laranja” também começou durante o culto e propôs que as pessoas utilizassem um laço laranja na roupa com objetivo de mobilizar e conscientizar as pessoas sobre as mulheres em situação de violência. Vale lembrar que laranja é a cor da identidade visual do Projeto Espelho Meu. Na rede social, tem fotos da ação com a distribuição dos laços e o compartilhamento dos depoimentos de pessoas que aderiram a campanha e utilizaram o laço no trabalho, na escola e faculdade.

As pessoas entrevistadas consideram que, de maneira geral, as intervenções feitas pelo Projeto Espelho Meu agregaram engajamento para a temática, criando um ambiente favorável para o debate sobre gênero e violência de gênero. Porém, reconhecem a existência de resistência ao tema por parte de alguns membros e para contornar a situação empregam estratégias de comunicação e linguagem visando diluir esses conflitos:

“Eu acho que a gente não teve muita resistência de debater esse assunto dentro da igreja não. Eu pelo menos acho isso, é uma igreja super progressista que não tem nenhum problema de a gente falar sobre esse assunto. É super bem vindo, o grupo de jovens super se interessa. Inclusive, agora, durante a pandemia eles gravaram um podcast sobre a questão de gênero na pandemia. Quem está na linha de frente, quem é que está morrendo, que são as enfermeiras, as assistentes sociais, os agentes de saúde que estão na luta nesse momento atual. Isso mobiliza uma narrativa que é super legal em outros ministérios da igreja, por exemplo os ministérios dos jovens. **Eu não senti resistência nem antes e nem depois, conforme o assunto vai ganhando mais corpo dentro da igreja, vai aparecendo mais gente querendo apoiar o projeto, homens inclusive.**” (Entrevista 1)

“Acho que existe resistência à causa dentro da igreja. Mas, a grande maioria abraça a causa. A fala é positiva de gente que está se conscientizando disso. (...) A gente está tendo uma prudência de usar uma linguagem não agressiva, não violenta. De usar uma linguagem que o que a gente quer como resultado, que é a transformação social, que é a mudança de padrão de comportamento. Eu tento ao máximo respeitar e entender as pessoas que não entendem. Entender o processo das pessoas. A palavra feminismo é um problema, você acredita? Ainda dentro da Betesda.” (Entrevista 2)

“Como a gente escolheu um caminho de uma linguagem pastoral, não violenta, de envolver as pessoas e mostrar que estamos falando de uma coisa séria. Por isso que

a gente não usa a palavra feminismo, até porque tem pesquisas sobre isso....direitos humanos, feminismo e gênero. São três palavras que você perde 62% por cento da audiência, do diálogo.” (Entrevista 3)

“Durante muito tempo, por conta de uma... eu vou colocar “deturpação” tá... sobre o papel da mulher, em relação ao homem.. a mulher não tinha voz. Muitas pessoas que estão ali na Betesda, e eu posso dizer que são pessoas que são mais progressistas, que já tem uma outra visão, uma outra cabeça, muitas dessas pessoas vem de uma formação mais tradicional. Eu inclusive entendo que algumas pessoas talvez olhem para o feminismo ainda com um olhar meio de repúdio. Fazendo referências de “ah, ser feminista é odiar homem”, “quer tirar o homem do poder”... não é isso. A gente quer. A gente, no projeto Espelho Meu, a gente está querendo trazer é um outro olhar sobre o quanto a mulher tem necessidade ainda de ter o seu espaço, conseguir ter voz. Até mesmo dentro do meio evangélico né, a gente sabe. Quantas mulheres que foram ali relatar pra gente que passaram por violência, foi falar com seu pastor, e o seu pastor falar “ora, minha irmã, ora”, “a mulher sabia...”, “você não pode ir contra o seu marido”. Então a gente tá desconstruindo algo que durante muito tempo foi incutido ali dentro dessas pessoas. Então, pra mim, o Espelho Meu tem um papel assim fundamental, como um divisor, para colocar os holofotes sobre esse tema, sobre a violência contra a mulher. Mas a gente tá falando do fim né. Porque o negócio começa lá atrás. A gente tá falando do machismo, da masculinidade tóxica. São esses olhares que a gente quer trazer também para a nossa comunidade.” (Entrevista 4)

Os trechos destacados podem conduzir ao entendimento de que a o projeto utiliza intencionalmente a liturgia e a linguagem religiosa em favor do enfrentamento da violência de gênero para desenvolver um processo educativo e socializador o que está compreendido dentre as medidas de enfrentamento à violência de gênero.

Com relação à polêmica acerca do termo “feminismo” destaco que não é uma exclusividade do ambiente religioso, o discurso antifeminista circula na sociedade brasileira e tem sido interpretado por alguns pesquisadores como uma reação aos avanços e conquistas feministas nas últimas décadas (VAGGIONE, 2005; CUNHA, LOPES, LUI, 2017; VITAL & LOPES, 2013). O que Faludi (2001) chamou de *backlash*, movimento que visa conter os avanços e desarticular mulheres do engajamento feminista, através de discurso contrário ao feminismo:

“Toda a vez que as mulheres parecem ter algum sucesso na sua marcha rumo a igualdade, surge uma inevitável geada atrapalhando o florescimento do feminismo. ‘O progresso dos direitos da mulher na nossa cultura, ao contrário de outros tipos de ‘progresso’, sempre foi estranhamente reversível’, observou a estudiosa de literatura americana Ann Douglas. [...] ‘Enquanto os homens prosseguem no seu desenvolvimento, construindo sobre tradições herdadas’, escreve a historiadora Dale Spender, ‘as mulheres ficam confinadas em ciclos contínuos de recomeço’. (FALUDI, 2001, p.65)

O PEM também desenvolveu campanhas nas redes sociais de apoio a “21 dias de luta ativa contra o feminicídio”, estímulo à denúncia da violência com a divulgação de endereços dos

equipamentos da rede de enfrentamento e telefones de apoio á mulher, há também campanhas de contra o racismo e contra o abuso infantil entre outras. Além disso, criou uma coleção de camisetas de engajamento com o nome do projeto e ilustrações variadas e panfletos para distribuição durante a realização de atividades dentro e fora da igreja.

b) Mutirões, doações e oficinas profissionalizantes para CDCM – Casas Mulheres Vivas

Os voluntários do PEM realizam uma série de ações junto e na CDCM - Mulheres Vivas. Dentre elas, a ação em apoio a “Campanha Olhe em Meus Olhos”, cujo objetivo era arrecadação de fundos para as ações de acolhimento à mulher, mutirão de reparo do telhado e manutenção da parte elétrica da casa, doação de eletrodomésticos para mulheres em situação de violência, saindo da casa do agressor e precisando montar uma casa nova e a oferta de palestras e oficinas de capacitação profissional para mulheres em situação de violência. Essas atividades estão registradas na rede social e no documento de apresentação institucional do projeto.

As oficinas profissionalizantes têm o objetivo de geração de renda e são ministradas por voluntários do projeto. A oferta das oficinas é precedida de um mapeamento das necessidades das mulheres combinada com as habilidades e expertise dos voluntários, por exemplo, foram ministradas oficinas de Bijuteria com Cápsulas de Café, Customização e Reformas de Roupas e Brigadeiria Gourmet. (PROJETO ESPELHO MEU, 2019). A dependência financeira aparece como uma das razões para mulheres em situação de risco se continuarem em relacionamentos violentos. (Data Senado, 2017).

O empoderamento feminino e a autonomia financeira são apontados pela literatura como estratégias que podem contribuir para o rompimento do ciclo violência, na medida que conferem à mulher um potencial de barganha maior dentro do ambiente doméstico. A cartilha de Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres com a Estratégia de Saúde da Família (2019) utilizada e divulgada pelo projeto e elenca a autonomia financeira como uma medida de enfrentamento à violência de gênero e propõe estratégias como empreendedorismo, orientações sobre legalização de negócios entre outras. No entanto, convém registrar também que mesmo mulheres com autonomia financeira e bons empregos sofrem violência haja vista que a

violência de gênero é um fenômeno democrático, que afeta mulheres de todas as classes sociais, culturas, raças e religião.⁸¹

c) Grupos reflexivos de gênero

A Lei Maria da Penha prevê medidas de prevenção à violência como a oferta de ações de reeducação dos autores de violência e a construção de novas masculinidades (BRASIL, 2006). Os entrevistados entendem que a oferta dos grupos reflexivos de gênero é de fundamental importância para superar a violência de gênero: “os grupos reflexivos são uma chave muito importante para o trabalho dentro da igreja” (Entrevista 3)

“Eu sabia pouco da Lei Maria da Penha e depois que eu entrei no projeto fui entender a complexidade dela. Ela propõe ali falar sobre gênero na escola como lei, o agressor ter a oportunidade do grupo reflexivo para trabalhar a masculinidade. E isso não é efetivado porque não tem interesse político, e é isso que transforma, entendeu?” (Entrevista 2)

O templo da IBSP é grande, os cultos e demais atividades são transmitidos em telões para o público presente e também há câmeras para transmissão ao vivo para o público em casa, mesmo antes da pandemia. De maneira geral, essas celebrações e atividades observam um grau de formalidade e são impessoais. Os grupos reflexivos pretendem um ambiente seguro, informal e mais pessoal que permita a aproximação de homens e mulheres, de maneira que elas se sintam encorajadas a denunciar, e eles revejam comportamentos anteriormente naturalizados:

“Começamos os primeiros grupos e a pandemia chegou. Fizemos grupos separados para trabalhar os homens e as mulheres porque elas também reproduzem essa estrutura machista. (...) Eu só acredito na transformação assim com pequenos grupos, com rodas reflexivas, onde a pessoa possa ter um tempo de elaboração. Eu não acredito que a pessoa possa mudar com uma palestra.” (Entrevista 2)

O serviço do grupo reflexivo de gênero foi iniciado em março de 2020. Porém, em razão da pandemia da Covid-19, a igreja e o projeto suspenderam todas as atividades presenciais, o que acabou prejudicando a continuidade dos grupos:

“Durante a pandemia, a gente tentou direcionar as ações que a gente tinha condições de fazer. A gente ficou muito no campo das doações, a gente ficou fazendo os mutirões, tentando fazer o básico, para até não colocar ninguém em risco, não afetar a vida de ninguém. Mas a gente tem se reunido, mesmo online, e colocado em pauta quais são as nossas próximas ações. Então, a gente deve reiniciar com os grupos reflexivos.” (Entrevista 4)

⁸¹ Sobre a violência contra mulheres ricas ver <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/06/mulheres-ricas-e-escolarizadas-tambem-apanham-diz-promotora.html>, Acesso 19 Dez 2020.

Em novembro de 2020, ainda com as atividades presenciais suspensas por causa da pandemia, o projeto retomou atividades de formação utilizando a plataforma virtual "Zoom" para realização de palestras e rodas de conversas. Fui convidada pela coordenadora do projeto a participar dos eventos "Preparando um Natal Anti-machista", que aconteceram nos dias 30 de novembro e 07 de dezembro de 2020. De acordo com a descrição oficial, o evento procurava conversar sobre equidade de gênero e fortalecer o combate da violência contra mulheres. O evento contou com a presença das lideranças do projeto, pastores da igreja, membros da igreja interessados em refletir sobre essas questões, voluntários do projeto e com duas professoras universitárias e pesquisadoras, uma delas não evangélica, que ofereceram informações mais técnicas a respeito do feminismo. O teor dos discursos formulados no evento era no sentido de rever papéis de gênero naturalizados socialmente e a necessidade da construção de alianças políticas com movimentos sociais existentes a favor da igualdade, direitos e cidadania. Posteriormente, outro evento foi realizado a *live* "Masculinidade e a violência contra a mulher: o que precisamos refletir?", no dia 21 de dezembro de 2020, quando o texto dessa dissertação já estava finalizando e em fase de revisão.

Uma das principais críticas feministas com relação à religião e a Igreja concentra-se nos papéis sociorreligiosos de gênero e na ideia de que a religião controlar o corpo das mulheres perpetua o papel subalternizado atribuído à mulher. A reivindicação por igualdade de gênero implica em revisão de papéis de gênero, a redefinição da masculinidade e a superação da ideia de submissão - subordinação feminina típica da lógica patriarcal, a desconstrução do masculino violento e transformação de condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de setenta, os movimentos feministas e de mulheres vem mobilizando a sociedade em torno da violência de gênero e produzindo diversas medidas de enfrentamento à violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha, criada em 2006, e a Lei do Feminicídio, criada em 2015, podem ser consideradas marcos históricos, políticos e jurídicos de toda essa articulação. No entanto, os estudos sobre a violência de gênero demonstram que a criminalização da violência contra a mulher não é suficiente para resolver o problema, tendo em vista que os enunciados legais, por si só, são incapazes de modificar condutas e comportamentos.

Tanto é assim que durante o período de revisão do texto final desta pesquisa, compreendido entre os dias 22 de dezembro de 2020 a 1 de janeiro de 2021, pelo menos seis mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil. São elas: Thalia Ferraz, 23, de Jaraguá do Sul (SC); Evelaine Aparecida Ricardo, 29, de Campo Largo (PR); Loni Priebe de Almeida, 74, de Ibarama (RS); Anna Paula Porfírio dos Santos, 45, de Recife (PE); e Aline Arns, 38, de Forquilha (SC), Viviane Vieira do Amaral, de 45 anos, moradora de Niterói (RJ), todas elas mortas por seus companheiros ou ex-companheiros.⁸² Essa última era juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a sua morte brutal gerou comoção nacional e debates nas mais altas cortes de justiça do país, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.⁸³

Da mesma forma, as pesquisas constataam que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher desenvolvidas pelo Estado brasileiro ainda são incipientes, sendo necessário o engajamento dos diferentes setores da sociedade afim de que seja feita uma transformação cultural, com a revisão de padrões sociais de gênero e moralidades para uma possível redução dos índices ou a eliminação da violência contra a mulher. No esforço de conhecer as iniciativas capitaneadas pela sociedade civil no enfrentamento à violência de gênero, esta pesquisa nasceu. Ela surge a partir de inquietações pessoais minhas – enquanto mulher negra, advogada e religiosa – e coletivas.

⁸² QUEIROGA, Louise. No período de Natal, pelo menos seis mulheres foram vítimas de feminicídio no país. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro 27 Dez 2020. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/no-periodo-de-natal-pelo-menos-seis-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-no-pais-24813436.html>, Acesso 1 Jan. 2021.

⁸³ JANONE, Lucas; ARAUJO, Thayana. Após assassinato de juíza no Rio de Janeiro, Feminicídio vira pauta no STF. *CNN Brasil*, Rio de Janeiro 27 Dez de 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/12/27/apos-assassinato-de-juiza-no-rio-de-janeiro-feminicidio-vira-pauta-no-stf>, Acesso 1 Jan. 2021

Como em toda pesquisa, no caminho novas indagações surgiram, assim como novas situações e circunstâncias que me levaram a fazer escolhas metodológicas e teóricas que me permitissem concluir o trabalho no tempo hábil. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram supridos: analisar as relações entre os feminismos e cristianismos e as aproximações, negociações e críticas; descrever e analisar a pesquisa realizada junto ao Projeto Espelho Meu da Igreja Betesda de São Paulo, a fim de identificar quais ideias mobilizadas pelo projeto e as formas de enfrentamento produzidas pelo Espelho Meu.

O Projeto Espelho Meu é um projeto social do Instituto Coexistência, pessoa jurídica responsável pelas ações sociais da Igreja Betesda de São Paulo, localizada em São Paulo (SP). A Betesda é uma igreja pentecostal independente desde a sua desvinculação da Assembleia de Deus, atualmente, a maior denominação pentecostal do Brasil por motivos de incompatibilidade teológica, conforme apresentado no item “1.5. A Igreja Betesda”. Fundada em 1981, a sede da Igreja Betesda fica na Zona Sul de São Paulo, no bairro Jardim Marajoara, havendo unidades em outras cidades do Estado de São Paulo, nos Estados do Ceará, Alagoas, Piauí, Pernambuco entre outros.

Além das igrejas e do Instituto Coexistência, a Betesda conta também com a Editora Doxa, responsável pela impressão e circulação da produção literária dos seus pastores, pastoras e intelectuais, com a Rádio Betesda, responsável pela transmissão de cultos, palestras e *podcast* sobre variados temas. O Projeto Espelho Meu surgiu em novembro de 2018, após uma série de debates sobre violência de gênero e a sua relação com a igreja e a religião. Em que pese o pouco tempo de existência, chamou atenção o seu grau de institucionalização e, especialmente, as atividades desempenhadas dentro e fora do ambiente religioso com a articulação com a rede pública de enfrentamento à violência contra a mulher, que envolve desde equipamentos da Assistência Social ao Sistema de Justiça.

O projeto é organizado e coordenado por um grupo de pessoas, majoritariamente mulheres e alguns homens, que também são membros da igreja, com a proposta de dialogar com a comunidade religiosa sobre a violência de gênero e construir alternativas ao problema com a criação de espaços de acolhimento, auto reconhecimento e empoderamento feminino (PROJETO ESPELHO MEU, 2019). O que eu chamei de resposta ética da Igreja porque, ao ter contato com os dados de violência de gênero, se viu na responsabilidade de contribuir com os movimentos já

existentes e de criar espaço para o engajamento de novos grupos mobilizados no enfrentamento à violência de gênero.

Conforme apresentado a igreja é uma instituição social onde geralmente ocorre a socialização primária, quando os indivíduos aprendem a linguagem, regras sociais e morais e o padrão de comportamento socialmente admitido e desejado. Portanto, pode ser um lugar de aprendizagem, produção e reprodução das assimetrias de gênero e das desigualdades entre mulheres e homens. Assim como pode ser ambiente de enfrentamento à violência de gênero com dimensões que o Estado não alcança. Na medida em que a solução desse problema não se resume ao Estado-juiz e a penalização dos autores de agressão, mas sim em criar espaços seguros de acolhimento e de convivência no qual a dignidade de quem experimentou a situação de violência seja restaurada; e de oportunidade de revisão de comportamento por parte dos autores de violência.

A metodologia selecionada para realizar esta pesquisa visou construir um aparato teórico-metodológico que possibilitasse a construção de categorias analíticas adequadas, a fim de compreender como se estabelece a interseção entre feminismo e cristianismo na contemporaneidade, a partir da experiência prática do Projeto Espelho Meu. Os dados demonstram que há por parte da equipe de liderança uma autopercepção de que o projeto tem uma perspectiva feminista e possui compromissos de emancipação feminina, o que está enunciado no material institucional do site e se percebeu nas entrevistas. A análise permitiu concluir que há apropriação de práticas e sentidos feministas por parte do projeto para: (i) propor a criação de ambiente seguro para o diálogo sobre as variadas formas de violência de gênero e acolhimento de mulheres em situação de violência; (ii) revisar papéis de gênero e redefinir a masculinidade e, via de consequência, a feminilidade; (iii) promover o empoderamento feminino através da difusão de conhecimento e a capacitação formação profissional; (iv) apoiar equipamentos públicos destinados a execução de políticas públicas de gênero.

Outro ponto importante revelado pela análise é a utilização do enquadramento legal “crime” e da gramática jurídica, bem como da legislação nacional e de dados sobre o tema para construir a sua legitimidade e relevância do projeto perante as pessoas membras e não membras da igreja e tendo em vista que nas redes sociais o conteúdo divulgado pelo projeto é público e não restrito à igreja ou a parcela de pessoas. A gramática religiosa aparece também, mas não com tanta ênfase no conteúdo público nas redes sociais o que pode ser relacionado com a apresentação

pública que o projeto pretende ter e a necessidade de captação de recursos financeiros oriundos de empresas, instituições e até mesmo do Estado.

Além disso, as entrevistas evidenciaram que a linguagem parece é uma questão para a liderança do projeto, existe uma preocupação de não causar rachas, rupturas internas ou afastamento das pessoas das atividades do projeto sob uma incompreensão do que ele venha a ser e quais são seus objetivos. A relação com o feminismo aparece com “borramentos” e alguns limites que impedem uma vinculação evidente para que não haja conflitos interno e distanciamento de voluntários e de membros da igreja. Tais limites fazem com que o projeto precise desfazer a compreensão de que o feminismo seria um movimento contrário aos homens ou um movimento violento e extremista.

Em outros momentos, os coordenadores do projeto parecem fazer uma espécie de tradução (ALVARES, 2009) das reivindicações feministas para o público religioso e articulam premissas feministas e de gênero são colocadas estrategicamente em diálogo com o conteúdo religioso para atingimento dos seus objetivos. Da mesma forma, o Projeto Espelho Meu e a Igreja Betesda de São Paulo se aproxima e se distancia das demais igrejas evangélicas. Como se demonstrou, a igreja tem uma atuação distinta das igrejas evangélicas hegemônicas ou do *mainstream* religioso no que se refere ao tratamento dado ao debate de gênero que não se reduz a uma lógica familista, mas de afirmação de direitos e de dignidade às mulheres. Com isso, a intersecção entre o cristianismo e o feminismo faz com que as duas tradições teóricas sejam articuladas em busca de tratamento igualitário e superação da violência de gênero.

Trago como questão nessa dissertação, a análise do Projeto Espelho Meu como um projeto de ressignificação das relações de gênero dentro da igreja com objetivo de reduzir desigualdades de gênero e superar violências dessa natureza. Com relação ao Estado e ao direito penal, identifiquei que a violência de gênero contra a mulher é tratada como crime e o reconhecimento da centralidade do Estado como espaço para a solução dos litígios envolvendo violência de gênero. E o projeto, por sua vez, assume o papel social complementar de apoio psicológico, legal e espiritual às mulheres em situação de violência, e de criação ambientes seguros para o debate sobre a violência de gênero e a revisão dos papéis de gênero e ressonância das políticas de gênero já existentes.

No entanto, acredito que devo fazer maior esforço para aprofundá-los e problematizar da forma que penso que a temática demanda especialmente para analisar e discutir futuro das

políticas de gênero no Brasil diante do embate entre os movimentos feministas e os movimentos religiosos conservadores. E as possíveis coalizões com a formação de alianças políticas comprometida com a defesa de direitos e a emancipação feminina, dentro e fora da igreja. A minha gravidez de risco, a viagem para os Estados Unidos, a maternidade num contexto da pandemia da Covid-19 e isolamento social foram acontecimentos que trouxeram mais desafios à pesquisa e, cada qual a sua maneira, inviabilizaram uma pesquisa de campo mais aprofundada. Porém, ainda assim pude perceber como o Projeto Espelho Meu vem sendo pensado e organizado por seus líderes, como se produz lideranças dentro do projeto e como as ações e discursos oficiais do projeto são elaborados.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Beatriz Hiromi da Silva. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: perspectiva relacional da construção social das feminilidades e masculinidades no contexto brasileiro**. Niterói, Dissertação de mestrado em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2017.

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro , v. 39, n. 3, p. 173-196, Dec. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872019000300173&lng=en&nrm=iso>. Acesso 03 Jan. 2021

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332017000200302&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 Jan. 2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. Os Pentecostais serão maioria no Brasil?. **Revista de Estudos da Religião**, dezembro – Ano 8 - 2008, pp. 48-58 2008.

ALMEIDA, Ronaldo e TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalistas análises conjunturais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 743-753, Dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2009000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jan. 2021

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**, 383-426. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

AQUINO, Maria Pilar. **A teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1997.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 3 de Setembro de 1981**. Gabinete de documentação e Direito Comparado, Organização das Nações Unidas, Estados Unidos da América, 3 de setembro de 1981. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dm-convedcmulheres.html> > Acesso 05 Nov. 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. DE. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 17 dez. 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jan. 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, Agosto 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jan. 2021

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Juris, 2011.

BATISTA, Eliel. Caim. o Homem no Espelho. São Paulo, Editora Doxa Produções, 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol.2. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BIRMAN, P. Mediação feminina e identidades pentecostais. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 6/7, p. 201–226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1868>. Acesso em: 4 jan. 2021.

BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145515>. Acesso em: 4 jan. 2021.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdade de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. Variações sobre o uso do Skype na pesquisa empírica em comunicação: apontamentos metodológicos. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 24, n. 1, pp 4-18, 2012.

BRASIL, República Federativa do. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Política para as Mulheres, 2011.

BRASIL. República Federativa do. Projeto de Lei nº 4559/2004. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências, 03 de dezembro de 2004. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, de 03 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=272058>, Acesso em 05. Nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. pp. 1-12. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de. “**Razão e Sensibilidade**: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha”, in: Carmen Hein de Campos(org), Brasil. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Yuris, 1-12, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de; SEVERI, Fabiana Cristina. Violência contra mulheres e a crítica jurídica feminista: breve análise da produção acadêmica brasileira. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 962-990, Junho 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217989662019000200962&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 05 Jan. 2021.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, José. Public Religions Revisited. In: VRIES, Hent de. (ed.). **Religion: Beyond a Concept**. Nova Iorque: Fordham University Press, pp. 101-119, 2008.

COLEN, Karen. **Religião e esfera pública**: sentidos emancipatórios das evangélicas feministas à luz da teoria feminista deliberativa. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, (16), 13–30, 2001.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E.. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-586, Agosto 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jan. 2021.

DUARTE, Sandra; OSHIRO, Claudia. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso? **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v 16, 2018.

ELINA, Voula. Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião. In: ROSADO, Maria José (org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

FINNEMORE, Martha et al. "**International norm dynamics and political change**". International Organization. Abril de 2005. Vol. 52, nº 4, 2005, pp. 887-917.

FINNEMORE, Martha. "**Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism**". International Organization. Maio de 2009. Vol. 50, nº 2, 2009, pp. 325-347.

FIORENZA, Elisabeth Schussler. **As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Edições Paulinas, 1992[1988].

FONSECA MORAES, Aparecida; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência" Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, núm. 11, agosto, 2012, pp. 37-58 Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, Brasil.

FURLIN, Neiva. Inserção feminina nos territórios do saber teológico: Uma perspectiva de gênero. In: **Fazendo Gênero 8** - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n 47, maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONDIM, Ricardo. **É proibido**: o que a Bíblia permite e a Igreja proíbe. São Paulo. Editora: Mundo Cristão, 1998.

GONDIM, Ricardo. **Eu creio, mas tenho dúvidas**. São Paulo. Editora: Ultimato. 2007

GOSSMANN, Elisabeth; MOLTSMANN-WENDEL, Elisabeth [orgs.] [et. al.]. **Dicionário de Teologia Feminista**. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.1, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HOLZLEITHNER, Elisabeth. “Emancipação por meio do direito?”. Trad. Carolina Alves Vestena. **Revista Direito e Práxis**. v. 7, n. 3, 2016, pp. 889-900. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25363>, Acesso em 4 Jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso: 5 Nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios – 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=33>> Acesso em: 5 Nov. 2019.

IZUMINO, W.P. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo. Annablume, 2004.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. In: WEST, Robin. **Género y teoría del derecho**. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uníandes, Instituto Pensar, p. 27-66, 2000.

MACHADO, Maria das Dores C. & MARIZ, Cecília L. Religião, trabalho voluntário e gênero. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 9: 309-32, (2007).

MACHADO, Maria das Dores C. Igreja universal: uma organização previdência, in A. P. Oro, A. Corten e J. P. Dozon (orgs.), **Igreja Universal do Reino de Deus**: os novos conquistadores da fé, São Paulo, Paulinas, pp. 303-320, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campo. O tema do aborto na mídia pentecostal. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 211-223, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 7: 25-54, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Carismáticos e Pentecostais -Adesão Religiosa na Esfera Familiar. Campinas, SP, **Autores Associados ANPOCS**, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Cultura y Religion**, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, 23(47), 351-380, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e as assimetrias de gênero na América Latina. In: A. Oro (org.). **Latinidade da América Latina. Enfoques socioantropológicos**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, Agosto. 2005.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-112, Out. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 Jan. 2021

MACIEL, Pollyane Rachel Fernandes. **Relações de gênero no espaço religioso pentecostal paraibano: comparação entre Assembleia de Deus e a Bola de Neve Church, em Campina Grande- PB**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, Maio, 2006.

MARIZ, Cecília Loreto. Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil. O discurso de seus líderes. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, 2016.

MARIZ, Cecília Loreto. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, pp. 25-39, 2000.

MARIZ, Cecília. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja? Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v.3, n.1, 2003.

MATOS, Marlise. **A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil**: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, p. 1-28, 2014.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MATOS, Marlise. O Campo Científico-crítico-emancipatório das Diferenças como Experiência de Descolonização Acadêmica. In: Flavia Biroli; Luis Felipe Miguel. (Org.). **Teoria Política e Feminismo**. Vinhedo Belo Horizonte, 2012, v. 01, p. 47-101, 2012.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio/ago., p. 333-357, 2008.

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. “Quem Ama Não Mata”: A atuação do feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social** - Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes 1996 (5.ed.)

MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durhan: Duke University, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourse. **Boundarie** 2, pp.71-92, 1984.

MONICA, Eder Fernandes; MARTINS, Ana Paula Antunes; ROCHA JUNIOR, Márcio Henrique B.. Representações de mulheres estudantes de direito sobre direitos reprodutivos: entre saberes e valores. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MONTERO, Paula. O Campo Religioso, Secularismo e a Esfera Pública no Brasil. **Boletim Cedex**, Rio de Janeiro, p. 1-7, out./dez. 2011.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 47-65, mar. 2006.

MONTERO, Paula. Religiões públicas ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 2016.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil, **Etnográfica**, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

MORAES, Aparecida F. & GOMES, Carla C. 2009. “O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro”. In: MORAES, A. & SORJ, Bila. **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras. p. 75-109.

MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In: MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MORAES, Aparecida. 2006. “‘Universal’ e ‘local’ nas expressões da violência conjugal”. **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 37, p. 60-78.

NOAVES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções**, v. 20, n. 2, Julho-Dezembro 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/39020>, Acesso em 5 Jan. 2021.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. 1 ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

ORO, Ari e MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 11, n. 18, 2010.

ORO, Ari e URETA, Marcela. RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DOS PAÍSES. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007

PACHECO, Ronilso. **Ocupar, Resistir e Subverter: Igreja e Teologia em tempos de violência, racismo e opressão**. Novos Diálogos: Rio de Janeiro, 2016.

PACHECO, Ronilso. **Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito**. Novos Diálogos: Rio de Janeiro, 2019.

PARIZOTTO, Natália Regina. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 287-305, ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200287&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jan. 2021.

PASINATO, Wânia. 2004. “Delegacias de defesa da mulher e JECRIMs: mulher, violência e acesso à justiça”. 28º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG.

PASINATO, Wânia. **Estudo de Caso sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços de Cuiabá – Mato Grosso**. Relatório Final. Salvador: Observe – Observatório Lei Maria da Penha. 2009. 103 p.

PASINATO, Wânia. **Rede de serviços para enfrentamento da violência contra as mulheres em Belo Horizonte: um estudo de caso**. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (orgs.). O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília: AGENDE, 2006.

PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 70, p. 321-360, jan.-fev. 2008^a

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília M. dos. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. PAGU-UNICAMP/CEPLAES/IDRC, 2008b

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a la dicotomía público/privado**. Barcelona: Paidós, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs). **Globalização e religião**. Petrópolis, Vozes, 1997a.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p. 99-118, 1997b.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.37, pp.43-73, 1998.

PINEZI, Ana Keila. **A dimensão de presente e futuro em contextos religiosos diferenciados: uma análise comparativa entre dois grupos evangélicos**. Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto – SP; XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. v.11, n.2, p. 263 a 274, 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, 19(1), 2004, pp.85-119.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: sujeito de direitos e direitos dos sujeitos. In: SILVEIRA, M. R. G. et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007b, p. 231-244.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. **Revista Katálisis** 11(2), Florianópolis, 2008a, pp.225- 236.

RIFIOTIS, Theophilos. **Violência e poder: avesso do avesso? O poder no pensamento social: dissonâncias do mesmo tema**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008b, pp.153-173.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 11 nº. 2 p. 225-236 jul./dez. 2008.

RODRIGUES, Silvia Geruza Fernandes. **Um outro gênero de igreja - As mulheres e sua ordenação sacerdotal**. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

ROESE, Anete. Feminismo e Religião: conquistas e desafios do século XXI. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 29, n.1, pp. 9-26, jan./jun. 2016.

ROHDEN, Fabíola. **Feminismo do sagrado: o dilema “igualdade/diferença” na perspectiva de teólogas católicas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

ROSADO, Maria José. (org.). **Gênero, feminismo e religião**: Sobre um campo em constituição. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ROSADO, Maria José. As complexas relações entre religião e gênero. In: ROSADO, Maria (org.) **Gênero, Feminismo e Religião**: sobre um campo em construção. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 7-18, 2015.

ROSADO, Maria José. De mulheres e de deuses. In: **Estudos Feministas**. v. 0, n. 0, p. 530, 1992.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**, p.79-96. 2001.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres**: Notas Sobre a "Economia Política dos Sexos. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 1ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHIS, Pierre. A contribuição de Émile Durkheim. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 36-66, 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. 2005. Disponível em: < <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482>>. Acesso em: 5 Jan. 2021.

SANTOS, Cecília. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, Naira. Representações sócio-religiosas e tolerância à violência de gênero. In: SOUZA, Sandra e SANTOS, Naira (orgs). **Estudo feministas e religião: tendências e debates**. 1 ed. Curitiba, Editora Prismas, 2012.

SCHELIGA, Eva L. **Educando sentidos, orientando uma prática**: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros Tese de doutorado em antropologia, Universidade de São Paulo, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, pp.71-99, 1995.

SCOTT, Joan. **Sex & Secularization**. Princeton: Princeton University Press. 2018.

SCOTT, Joan. Sexularization. On Secularism and Gender Equality. In: **The Fantasy of Feminist History**. Duke University Press. 2011.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, Abr. 2006.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico e descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, p. 106-131, 2012

SEGATO, Rita Laura. La normal y el sexo. Grente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidade. In: BIDAISECA, K. **Genealogías críticas de la colonialidade em América Latina, África, Oriente**. Buenos Aires: IDAES, p. 31-64, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003

SEVERI, Fabiana, **Enfrentamento à violência contra mulheres e a domesticação da Lei Maria da Penha**: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. 240p. Tese (Livre Docência do Departamento de Direito Público – Área de Direitos Humanos), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2017.

SEVERI, Fabiana. Justiça em perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, pp. 574-601, 2016.

SEVERI, Fabiana. O gênero da Justiça e a problemática da efetivação dos direitos das mulheres. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 81-115, 2016.

SIQUEIRA, P. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre Parceiros íntimos E criminalização da Vida privada: onde nos leva esse caminho?, In Aparecida F. Moraes e Bila Sorj (Orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

SOARES, Barbara Musumeci. A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. In: **Dilemas**, v.5 nº 193, p.191-210, 2012.

SOUZA, André Ricardo de. A livre religiosidade e a compulsória ciência do sociólogo. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. v. 5, n. 2 p. 309-325, Jul.–Dez. 2015. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/353/159>, Acesso em 4 Jan. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 Jan. 2021.

SOUZA, S. D. (Org.) **Gênero e religião no Brasil**: ensaios feministas. São Bernardo do Campo: Umesp, 2006. p. 29-43.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 122-130, Dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300014&lng=en&nr m=iso. Acesso em 04 Jan. 2021.

SOUZA, Sandra Duarte. Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas. **Mandrágora - Gênero, Religião e Políticas Públicas**. v. 13, n. 13, 2007. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5538>, Acesso 4 Jan 2021.

SOUZA, Sandra. Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas protestantes In: SOUZA, Sandra; TELES, Carolina. **A Casa, as mulheres e a Igreja: relação de Gênero e Religião no contexto familiar**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009

TARDUCCI, Monica. Estudios feministas de religión: una mirada muy parcial. **Cadernos Pagu**, (16), 97-114, 2016.

TARDUCCI, Monica. La Iglesia Catolica y los Encuentros Nacionales de Mujeres. **Revista Estudos Feministas**, 13 (2), pp. 397-402, Florianapolis, 2005.

TARDUCCI, Monica. O Senhor nos libertou. **Cadernos Pagu**, 3, pp. 143-63. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, 1994

VAGGIONE, Juan Marco. A “cultura de la vida: Desplazamientos estratégicos: reconfiguraciones políticas del activismo religioso conservador. **Religião e Sociedade, Rio de Janeiro**, 32(2): 57-80, 2012.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

VAGGIONE, Juan Marco. Reactive politicization and religious dissidence: the political mutations of the religious. **Social Theory and Practice**, v. 31, n. 2, p. 233-255, 2005.

VAGGIONE, Juan Marco. Sexualidad, derecho y religión: entramados en tensión In: SÁEZ, Macarena y FAÚNDES, José Manuel Morán (Editores). Sexo, Delitos y Pecados Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina. **Center for Latin American & Latino Studies, American University, Washington, D.C**, p. 17-47, 2016.

VANHALA, Lisa. “**Legal Mobilization**”. In: Oxford Bibliographies. Consultado em 5 de janeiro de 2021, no endereço eletrônico: <http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/obo/9780199756223-0031>

VILHENA, Valéria Cristina (org.). **Evangélicas por sua voz e participação**: gênero em discussão. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela Voz das Mulheres**: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. 152p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Paul, 2009.

VILLELA, Wilza Vieira et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saude soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 113-123, Mar. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902011000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Jan. 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Vitor; LUI, Janaina. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

WASELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLASCO/ONU-Mulheres/OPAS/OMS/SPM, 2015.

WALBY, Silvia. Beyond the politics of location: the power of argument in a global era. **Feminist Theory**, v. 1, n. 2, p. 189-206, 2000.

WALBY, SILVIA. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.

WEBER, Florence; BEAUD, Stéphane. **Guia para pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Tradução Sérgio Joaquim de Almeida. Editora Vozes. Petrópolis, 2007.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Atica, 2006.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. São Paulo. Criola-Geledés, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016

WOODHEAD, Linda. As diferenças de gênero na prática e no significado da religião. **Revista de Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.18, n.34, pp.77-100, jan./jun. 2013.

Sites consultados

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Disponível em <<http://www.catolicasonline.org.br>>. Acesso em 05: Nov. 2019.

COLETIVO VOZES MARIA. Disponível em:< <https://vozesmarias.wordpress.com/>> Acesso em: 5 Nov. 2019

EVANGÉLICAS PELA IGULDADE DE GÊNERO. Disponível em <<https://mulhereseig.wordpress.com>>, Acesso em: 05 Nov. 2019.

IGREJA BESTESDA DE SÃO PAULO. Disponível em <<https://betesda.com.br>>. Acesso em: 04 Nov. 2019

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. A Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/damare-alves>>, Acesso 05 Nov. 2019.

PROJETO ESPELHO MEU. (2018). Disponível em <www.espelhomeu.sampa.br> Acesso em 04 Nov. 2019

PROJETO REDOMAS. Disponível em < <http://projetoedomas.com/>>, Acesso em: 5 Nov. 2019

RICARDO GONDIN. Tempo de partir, 13 Fev. 2012, São Paulo. Disponível em <<http://www.ricardogondim.com.br/estudos/tempo-de-partir>>, Acesso 06 Nov. 2019

APÊNDICE A
TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Espelho Meu: a iniciativa das mulheres da Igreja Betesda de São Paulo no enfrentamento à violência de gênero

Pesquisadora: Juliana Maia Victoriano da Silva

Orientador: Eder Fernandes Monica

Instituição: Universidade Federal Fluminense

1. Natureza da pesquisa: A senhora está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade realizar uma análise sociojurídica da violência doméstica de gênero e a religião evangélica. O estudo será desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas, observação e pesquisa de práticas na internet e consulta bibliográfica.

2. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo o (a) senhor (a) permitirá que a pesquisadora utilize as informações fornecidas através de gravação ou texto escrito na elaboração de um panorama sobre o Projeto Espelho Meu no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. Tal panorama integrará o projeto de dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense. A senhora tem a liberdade para se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o (a) senhor (a), comunicando-se por escrito com a pesquisadora através do e-mail julianamvsilva@gmail.com. Sempre que quiser poderá solicitar mais informações sobre a pesquisa através dos e-mails da pesquisadora do projeto e de seu orientador, Eder Fernandes Monica (ederfm@gmail.com).

3. Sobre as entrevistas: As entrevistas presenciais serão realizadas através de gravação em meio eletrônico e serão disponibilizadas por e-mail às entrevistadas. As entrevistas por correio eletrônico serão realizadas através de um contato inicial ao qual seguirá o envio das perguntas. As entrevistas seguirão um roteiro pré-determinado em projeto, podendo ser acrescentadas ou subtraídas perguntas de acordo com a necessidade de esclarecimentos específicos com relação às informações dadas.

4. Anonimato: Conforme a ética de pesquisa, o anonimato será preservado na escrita da dissertação de Mestrado e de artigos científicos, a não ser que a entrevistada/interlocutora solicite ou permita que seu nome seja divulgado.

5. Riscos e desconfortos: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Por envolver elementos da biografia pessoal, é possível que traga à memória situações desconfortáveis ou penosas, situações em que será respeitado o tempo e a necessidade da entrevistada. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº

466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as propostas e práticas das feministas evangélicas em sua busca por emancipação, de forma que os dados obtidos a partir desta pesquisa possam ajudar no reconhecimento das atividades desenvolvidas por este grupo de mulheres, dentro e fora das instituições religiosas. Desse modo, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

8. Financiamento da pesquisa: A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Após tais esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Entrevistada/Interlocutora CPF:

Juliana Maia Victoriano da Silva

Matrícula: 045.117.006

Eder Fernandes Monica - Orientador

Matrícula SIAPE: 3896734

_____, ____ de _____ de 2020

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista semiestruturada

PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

I. Questões pessoais

1. Nome:
2. Sexo/Orientação Sexual/Identidade de Gênero:
3. Idade:
4. Raça/cor:
5. Estado Civil:
6. Tem filhos? Qual idade deles?
7. Portador de alguma necessidade especial. Se sim, qual?
8. Escolaridade:
9. Qual profissão que exerce atualmente:
10. Religião:
11. Se membro da Betesda, está há quanto tempo e se exercer alguma outra função na Igreja?

II. Questões relativas ao feminismo, direito das mulheres, violência de gênero, justiça de gênero, voluntariado e Igreja.

12. Participa ou participou de algum outro grupo ou entidade de mobilização em defesa do direito das mulheres?
13. Você já se sentiu discriminada ou sofreu algum tipo de violência em razão de defender, promover ou garantir direito das mulheres? Como e aonde foi? Alguma delas foi na Igreja?
14. Como se deu a sua chegada à equipe de coordenação do Projeto Espelho, você possui alguma expertise em violência contra a mulher? E qual é a sua função/responsabilidade e há quanto tempo?
15. O Projeto Espelho Meu pode ser considerado um Projeto Feminista? Por que o nome Espelho Meu?
16. - Quais eram as principais questões quando do surgimento do grupo? Como o contexto social influenciou nisso?
17. Quais são as teorias, autores e profissionais que orientam a atuação de vocês? Quais estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher vocês utilizam/promovem e estimulam e por quê?
18. Qual a influência da Teologia Feminista nas concepções do grupo? Qual a relação com as teólogas feministas católicas e protestantes?
19. O suporte religioso está dentre as estratégias de enfrentamento? Na sua percepção qual o papel e a importância do suporte religioso nas situações de violência contra a mulher?

20. Você consegue identificar alguma conquista importante para o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres que você ou o Espelho Meu conseguiu nesse um ano de existência? O que viabilizou essa conquista?
21. Quais são as principais dificuldades que você ou o Projeto Espelho Meu tem enfrentado para efetivação dos objetivos?
22. Como é a questão do financiamento do projeto?
23. Qual é a sua percepção sobre a relação entre feminismo/cristianismo e violência de gênero/cristianismo?
24. Qual é a sua percepção sobre a relação entre Igreja/Estado?
25. Como se desenvolve a parceria de vocês junto à Casa Mulheres Vivas de Campo Limpo? Por favor, fale um pouco do Projeto Penhas Vivas.
26. Qual é a sua percepção acerca do suporte jurídico e das políticas públicas nas situações de violência contra a mulher? Você conhece à rede estatal (jurídico, saúde e assistência social) de atendimento às mulheres em situação de violência?